

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS EM AGRONEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

JULIANO GARRETT GALVÃO

***DISCLOSURE* AMBIENTAL DAS COOPERATIVAS DE AVICULTURA DO
ESTADO DO PARANÁ**

PORTO ALEGRE

2019

JULIANO GARRETT GALVÃO

***DISCLOSURE* AMBIENTAL DAS COOPERATIVAS DE AVICULTURA DO
ESTADO DO PARANÁ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Agronegócios.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica Schmidt

PORTO ALEGRE

2019

JULIANO GARRETT GALVÃO

***DISCLOSURE* ECO SOCIO AMBIENTAL DAS COOPERATIVAS DE
AVICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agronegócios do Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Agronegócios

Data de aprovação: 30 de setembro de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Verônica Schmidt (Orientadora) – UFRGS

Prof.^a Dr.^a Sirlei Tonello Tissott – UFMS

Prof.^o Dr. Leonardo Xavier da Silva - UFRGS

Prof.^o Dr. Luiz Panhoca – UFPR

Em memória da minha avó, Paulina de Almeida Garrett, com amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela vida.

À minha família, em especial à minha mãe Marilda Garrett, pelo exemplo e incentivo.

Aos professores do CEPAN – UFRGS que foram excepcionais em suas aulas, em especial à minha orientadora, professora Verônica, pela paciência e compreensão que sempre demonstrou.

Agradeço também aos Professores Homero, Kelly, Marcelino, Leonardo, Glauco, Talamini e Letícia pela dedicação, empenho e entusiasmo em suas aulas.

Aos integrantes da banca examinadora pela leitura atenta e contribuições ao trabalho.

Ao SESCOOP-PR e aos dirigentes das Cooperativas Copacol, Coopavel, C. Vale, Lar, Copagril e Coasul, pelo apoio em fornecer informações relevantes para essa pesquisa.

Expresso, também, minha gratidão pelo companheirismo dos colegas durante o período que estivemos juntos.

Enfim, agradeço a todos que de forma direta ou indireta me apoiaram nesta caminhada.

“De tudo ficaram três coisas...
A certeza de que estamos começando...
A certeza de que é preciso continuar...
A certeza de que podemos ser interrompidos antes de terminar...
Fazemos da interrupção um caminho novo...
Da queda, um passo da dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro!”
(Fernando Sabino, 1956)

RESUMO

Esta pesquisa objetiva determinar o nível de *disclosure* de informações ambientais nas demonstrações financeiras das cooperativas agropecuárias de avicultura do estado do Paraná. Para tanto, foram analisadas as demonstrações contábeis e relatórios de sustentabilidade referentes ao período de 2018. Identificaram-se os motivos que levam essas cooperativas a divulgarem dados ambientais. Este estudo se classifica como descritivo explicativo pelo fato de se destinar a explicar os fatores que determinam a evidenciação de informações ambientais. Quanto à abordagem do problema, foram utilizados métodos qualitativos, analisando a contabilidade ambiental, a teoria da divulgação, bem como outros referenciais. Foram, também, utilizados métodos quantitativos, em função da análise estatística dos dados na pesquisa. Em relação aos procedimentos, caracteriza-se como uma pesquisa documental. Para a análise dos dados utilizou-se uma métrica para a análise de conteúdo e foram desenvolvidos três índices para a avaliação: 1) nível de aderência de cooperativas de avicultura à evidenciação voluntária; 2) nível de *disclosure* das cooperativas em relação ao máximo de informações que estas poderiam divulgar; e 3) nível de evidenciação em relação ao número total de cooperativas analisadas. Com base nestes índices, concluiu-se que todas as cooperativas analisadas apresentam algum nível de informação de caráter ambiental havendo, no entanto, a necessidade de ampliar a divulgação no que tange às categorias de Mercado de Créditos de Carbono, bem como de Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente. Ressalta-se que os resultados não podem ser generalizados, pois se restringem a uma amostra de um setor específico e a um único período contábil.

Palavras-Chave: *Disclosure*; Cooperativas; Gestão Ambiental; Contabilidade Ambiental

ABSTRACT

This research aims to determine the level of disclosure in the financial statements of poultry farming cooperatives in the state of Paraná. To achieve that, were analyzed the financial statements and sustainability reports of 2018. It is intended to identify the reasons that lead these cooperatives to disclose environmental data. This study is classified as explanatory descriptive because it is intended to explain the factors that determine the disclosure of environmental information. About the approaching of the problem, qualitative methods were used, analyzing environmental accounting, disclosure theory, as well as other references. Quantitative methods were also used, depending of the statistical analysis of the data in the research. Regarding the procedures, it is characterized as a documentary research. For data analysis a metric was used for content analysis and three indices were developed for the evaluation: 1) level of adherence of poultry cooperatives to voluntary disclosure; 2) level of disclosure of cooperatives regarding the maximum information they could disclose; and 3) level of disclosure in relation to the total number of cooperatives analyzed. Based on these indices, it was concluded that all analyzed cooperatives present some level of environmental information, however, there is a need to broaden the disclosure regarding the Carbon Credit Market categories, as well as the Impacts of Products and Process in the Environment. It is noteworthy that the results cannot be generalized, since they are restricted to a sample of a specific sector and to a single accounting period.

Keywords: Disclosure; Cooperatives; Environmental management; Environmental Accounting

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fatores determinantes da degradação na agropecuária	22
Figura 2	Distribuição dos Cooperados no Brasil	38
Figura 3	Quantidade de frangos abatidos no Brasil, de 1997 a 2019	41
Figura 4	Frangos abatidos no 2.º trimestre de 2019 (em toneladas)	42
Figura 5	Destino da produção brasileira de carne de frango	43
Figura 6	Países para onde o Brasil exporta carne de frango	43
Figura 7	Série histórica das exportações brasileiras de carne de frango	45
Figura 8	Cabeças de frango abatidas no 2.º trimestre de 2019	47
Figura 9	Exportação no Paraná	48
Figura 10	Fatores relevantes na decisão de evidenciar	61
Figura 11	Etapas da pesquisa	67
Figura 12	Comparação geral de <i>disclosure</i>	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Características de uma Cooperativa e de uma Sociedade Mercantil	26
Tabela 2	Princípios do Cooperativismo	28
Tabela 3	Relação entre Cooperativas, Setores e Empregabilidade	37
Tabela 4	Exportações do Brasil em maio/2019	43
Tabela 5	Propriedades avícolas no Brasil e no Paraná	45
Tabela 6	Rebanhos avícolas no Brasil e no Paraná	45
Tabela 7	Cabeças de frango abatidas no 2.º trimestre de 2019	46
Tabela 8	Exportação e abate no Paraná	47
Tabela 9	Características da Divulgação das Categorias de Pesquisa	50
Tabela 10	Estágios da evolução da Contabilidade Social	57
Tabela 11	Principais estudos sobre <i>disclosure</i> ambiental no Brasil	68
Tabela 12	Cooperativas de Avicultura do Estado do Paraná	72
Tabela 13	Métrica de pesquisa para coleta de informações ambientais	73
Tabela 14	Métrica de pesquisa para coleta de informações econômicas	74
Tabela 15	Métrica de pesquisa para coleta de informações sociais	75
Tabela 16	<i>Disclosure</i> ambiental	88
Tabela 17	<i>Disclosure</i> econômico	89
Tabela 18	<i>Disclosure</i> social	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCOOP	Associação Brasileira de Cooperativas
ABLP	Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública
ABPA	Associação Brasileira de Proteína Animal
ACARPA	Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ADR	American Depositary Receipt
AGROMATE	Federação das Cooperativas de Mate
ANDA	Associação Nacional para Difusão de Adubos
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
C.VALE	C. Vale Cooperativa Agroindustrial
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFP	Comissão de Financiamento à Produção
COASUL	Coasul Cooperativa Agroindustrial
COCECRER	Cooperativa Central de Crédito
COOPAVEL	Cooperativa Agroindustrial de Cascavel
COPACOL	Cooperativa Agroindustrial Consolata
COPAGRIL	Cooperativa Agroindustrial Copagril
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFP	Demonstração Financeira Padronizada
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FECOOPAR	Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
FIMAI	Feira Internacional do Meio Ambiente Industrial e Sustentabilidade
GEE	Gases de Efeito Estufa
GRI	Global Reporting Initiative
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ID	Índice de Disclosure
IDE	Índice de Disclosure das Empresas

IGDE	Índice Geral de Disclosure das Empresas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LAR	Lar Cooperativa Agroindustrial
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MS	Ministério da Saúde
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
NORCOOP	Projeto Norte de Cooperativismo
OCA	Organização das Cooperativas da América
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCE	Organização Estadual de Cooperativas
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Paraná
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PARA	Programa de Análise de Resíduo de Agrotóxico em Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Projeto Iguaçu de Cooperativismo
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPCDAM	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RIO+20	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
RS	Relatórios de Sustentabilidade
SEAB	Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento do Paraná
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem Cooperativa
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SIMAI	Seminário Internacional do Meio Ambiente Industrial e Sustentabilidade
SINCOOPAR	Sindicato das Cooperativas do Estado do Paraná
SINDAG	Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola
SINDIAVIPAR	Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná
SULCOOP	Projeto Sul de Cooperativismo
SUS	Sistema Único de Saúde
UNASCO	União Nacional de Cooperativas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	13
1.2	OBJETIVOS	15
1.2.1	Objetivo Geral	15
1.2.2	Objetivos Específicos	15
1.3	JUSTIFICATIVA	16
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	17
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1	GESTÃO AMBIENTAL	18
2.1.1	Gestão ambiental na agropecuária	20
2.2	O COOPERATIVISMO	25
2.2.1	A História do Cooperativismo	30
2.2.2	O Cooperativismo no Brasil	37
2.3	A AVICULTURA	41
2.3.1	A avicultura no Brasil	41
2.3.2	A avicultura no Paraná	45
2.3.3	Cooperativas de Avicultura	49
2.4	AS MOTIVAÇÕES PARA A DIVULGAÇÃO: A TEORIA DA DIVULGAÇÃO E A TEORIA DA LEGITIMIDADE	50
2.4.1	A Teoria da Divulgação	50
2.4.2	A Teoria da Legitimidade	52
2.5	ESTUDOS SOBRE DISCLOSURE AMBIENTAL	54
2.6	CONTABILIDADE E EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL	62
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	73
3.1	ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	73
3.2	SELEÇÃO DA AMOSTRA E COLETA DE DADOS	74
3.3	MÉTRICA DE PESQUISA	75
3.4	ANÁLISE DE DADOS	78
4	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	80
4.1	CARACTERIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS	80
4.1.1	Copacol	80
4.1.2	Coopavel	81
4.1.3	C.Vale	83
4.1.4	Lar	85
4.1.5	Copagrill	87
4.1.6	Coasul	88
4.2	ANÁLISE DE DADOS	89
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
	REFERÊNCIAS	96

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, busca-se fazer uma contextualização da pesquisa através de uma breve reflexão sobre a preservação do meio ambiente e a importância da divulgação voluntária de informações ambientais por parte das empresas. Enuncia-se a questão da investigação, os objetivos traçados e a justificativa para os motivos do referido estudo.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

O processo econômico, com base no crescimento da população, procura tornar a sociedade sustentável; no entanto, a utilização de combustíveis fósseis, a destruição da camada de ozônio e a erosão do solo, entre outros fatores de degradação do meio ambiente, refletem a limitação desse crescimento econômico (CALLADO e FENSTERSEIFER, 2010).

Segundo Callado e Fensterseifer (2010), existe forte pressão sobre os recursos da natureza, como decorrência direta da necessidade para manter o equilíbrio do sistema, da elevação contínua e crescente da produção e do consumo, conduzindo ao esgotamento dos recursos naturais e ao conseqüente aumento da pressão sobre o meio ambiente, degradando-o e comprometendo sua sustentabilidade.

Fernandes (2013) ressalta que é cada vez maior a preocupação mundial com o meio ambiente e, por isso, há uma grande cobrança para que as empresas adotem atitudes sustentáveis visando a preservação do meio em que está inserida. Neste sentido, a adesão ao *disclosure* ambiental torna-se um conflito para a empresa, à medida que procura evitar e/ou reduzir os custos políticos envolvidos. Tudo isso faz com que as organizações incluam em seus objetivos de planejamento estratégico uma visão socioambiental.

Segundo Albuquerque et al. (2009), a questão ética da responsabilidade social é, por certo, a principal e as empresas traçam uma estratégia de duas formas: definindo “Políticas de Responsabilidade Social” e desenvolvendo “Ações Sociais”.

De acordo com Rover (2009), visto que as empresas precisam se adaptar às práticas ambientais de fornecedores, clientes, parceiros empresariais etc., isso se reflete na própria gestão e na divulgação da sua interação com o meio ambiente.

Devido a isso, cada vez mais empresas buscam por maior *disclosure*, melhor governança corporativa e ação ética, especialmente na área ambiental (COSTA, 2011).

Para Costa (2011), *disclosure* ambiental significa que, a partir do momento em que as empresas adotam políticas ambientais de proteção, recuperação e controle do meio ambiente, a divulgação dos gastos e investimentos efetuados durante o ano se tornará imprescindível para a boa imagem dessas empresas.

Por um lado, essas organizações também podem evidenciar dados negativos voluntariamente no momento que considerarem que poderão sofrer sanções da parte dos usuários, caso não apresentem tais dados. Por outro lado, existindo a possibilidade de haver informações não evidenciadas, os acionistas talvez prefiram não investir em empresas que não tomam a iniciativa de divulgar informações ambientais (BRAMMER e PAVELIN, 2006).

Um estudo feito por Rover et al. (2012) teve bons resultados estatísticos no teste da divulgação ambiental voluntária. Concluiu-se que as empresas que divulgam voluntariamente um maior número de dados ambientais, tendem a também divulgar voluntariamente mais informações financeiras, econômicas ou operacionais.

Algumas das evidenciações informadas pelas empresas são exigidas por leis e regulamentos e, por isso, são compulsórias. Outras são baseadas em recomendações e diretrizes e, portanto, voluntárias. A evidenciação ambiental por parte das empresas não é obrigatória no Brasil, de modo que o *disclosure* é voluntário (ROVER, 2009).

Quanto às cooperativas no Brasil, estas são diretamente relacionadas à natureza e devem apresentar uma preocupação constante com o meio ambiente, devido à sua constituição ser voltada ao desenvolvimento local. Suas ações incluem pesquisas acerca das espécies e variedades florestais que mais se adaptam a uma determinada região, mudanças climáticas e utilização da água, incentivo do uso e controle biológico de pragas e técnicas de conservação de solos (TEIXEIRA, 2011).

Uma sociedade cooperativa possui dois objetivos básicos. O primeiro é a distribuição dos resultados (sobras de capital) aos seus associados, no final do período. O segundo está relacionado à melhoria de preços de venda de insumos, de produtos agrícolas ou até mesmo na prestação de serviços. Na maioria dos países, o primeiro dos dois objetivos é o mais importante, enquanto no Brasil, o principal interesse é o segundo. Isso acarreta a busca por um melhor *disclosure*, mais transparência na distribuição dos resultados aos associados, uma vez que isso é de interesse dos próprios membros da cooperativa (SCHULTZ et al., 2012).

Para Schultz et al. (2012), o *disclosure* voluntário de informações ambientais, econômicas e sociais nas cooperativas do setor agropecuário, é avaliado, possivelmente, através

da comparação dos preços de mercado imediatos, não levando em conta as demonstrações financeiras e o *disclosure* do final do período. A evidenciação das demonstrações financeiras obrigatórias das cooperativas é modesta e tem como objetivo, basicamente, a comunicação aos membros cooperados. Ainda assim, o *disclosure* de informações de forma voluntária é possível e vem sendo utilizado por algumas cooperativas.

Assim sendo, pelo fato de não existir obrigatoriedade na evidenciação ambiental, a presente pesquisa se propõe a responder a seguinte questão:

Qual o nível de divulgação voluntária de informações ambientais pelas cooperativas de Avicultura do Estado do Paraná?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos visam à busca de respostas e demonstram os passos que irão conduzir o trabalho à resolução da questão-problema apresentada. São divididos em objetivo geral e objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o nível de divulgação voluntária de informações ambientais pelas Cooperativas de Avicultura do Estado do Paraná.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram traçados:

- a) Identificar as informações ambientais divulgadas pelas cooperativas;

- b) Verificar a quantidade de informações ambientais divulgadas pelas cooperativas de avicultura.

1.3 JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos, as discussões envolvendo a temática ambiental têm aumentado muito em função da preocupação com o futuro do planeta, devido a fatores cada vez mais presentes, como a emissão de gases poluentes, o efeito estufa, o aquecimento global e a escassez de recursos naturais não renováveis. Além disso, esse é um tema multidisciplinar, que envolve várias áreas do conhecimento.

No que tange à evidência ambiental, existe uma escassez de literatura acerca desse assunto, principalmente no que se refere a pesquisas de caráter quantitativo em cooperativas de avicultura.

A justificativa para o desenvolvimento desse estudo baseia-se no crescente relacionamento das cooperativas com a sociedade e sua relevância na questão ambiental. Um dos sete princípios cooperativistas (Tabela 2, p. 28) é o interesse pela comunidade em que está inserida, de modo que a sociedade também espera usufruir das benfeitorias que a cooperativa fará.

Além disso, considerando que as cooperativas representam uma parcela considerável no setor do agronegócio, na geração de empregos, no setor agropecuário brasileiro e também no movimento da balança comercial internacional, entre outros fatores, estas empresas exercem forte influência na sociedade e no ambiente em que atuam (SCHULTZ et al., 2012).

Um diferencial proposto nesta pesquisa é investigar, através de uma estrutura conceitual de análise, que tipo de informações ambientais são voluntariamente divulgadas pelas cooperativas de avicultura do estado do Paraná com base nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), nos Relatórios de Sustentabilidade (RS) e demais relatórios relacionados à questão ambiental, levando em consideração que há pouca pesquisa sobre essa abordagem.

Assim sendo, pretende-se explorar os motivos que levam essas cooperativas a, voluntariamente, divulgarem dados ambientais.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação está dividida em 5 capítulos, nos quais são abordados: (1) Introdução; (2) Fundamentação Teórica; (3) Metodologia da Pesquisa; (4) Descrição e Análise dos Resultados; e (5) Considerações Finais.

No capítulo introdutório, fez-se uma explanação das considerações iniciais, do tema e do problema em estudo, os objetivos geral e específico, a justificativa da pesquisa e a organização do trabalho. Com relação à fundamentação teórica, abordam-se aspectos conceituais do estudo, provendo suporte à análise dos resultados.

Os tópicos abrangidos na fundamentação teórica são: Gestão Ambiental, o Cooperativismo, a Avicultura, as Motivações para a Divulgação – a Teoria da Divulgação e a Teoria da Legitimidade –, Estudos sobre Evidenciação Ambiental e Contabilidade e Evidenciação Ambiental.

Os procedimentos metodológicos visando à execução do trabalho dividem-se em 4 tópicos: enquadramento metodológico, delimitações da pesquisa, seleção da amostra e coleta de dados e métrica da pesquisa.

O capítulo 4 trata da descrição e análise dos resultados, apresentando as constatações da análise do conteúdo obtido através da informação ambiental evidenciada.

No último capítulo da dissertação são expostas as principais conclusões do estudo e as recomendações para futuras pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresenta-se a base teórica para o estudo proposto. Foram considerados os seguintes eixos: Gestão Ambiental, Cooperativismo, Avicultura, Motivações para a Divulgação – a Teoria da Divulgação e a Teoria da Legitimidade –, Estudos sobre Evidenciação Ambiental e Contabilidade e Evidenciação Ambiental.

2.1 GESTÃO AMBIENTAL

A Conferência de Estocolmo, na Suécia, em 1972, foi a primeira reunião de chefes de estado organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para considerar assuntos relacionados ao meio ambiente. Nas discussões estiveram presentes chefes de 113 países e mais de 400 instituições governamentais e não governamentais que, pela primeira vez no mundo, deram atenção aos problemas do crescimento da população mundial, bem como da poluição e intensa exploração dos recursos naturais. Pode-se afirmar que esta Conferência em Estocolmo foi o marco decisivo para o início de um planejamento ambiental mundial.

Segundo Zanatta (2017), devido à criação do conceito global de sustentabilidade, Organizações Não Governamentais (ONGs) voltadas à defesa ambiental têm pressionado, desde 1972, o desenvolvimento de eventos com o fim de discutir a questão ambiental e fazer acordos, por exemplo, para redução da emissão de CO₂ na atmosfera.

A partir da década de 80, o Brasil tem demonstrado maior preocupação com a utilização de seus recursos naturais. Na Constituição Federal de 1988 foram criadas condições para o desenvolvimento de políticas fazendo com que os estados e municípios fossem mais ativos em questões ambientais. No entanto, segundo Lopes et al. (2001), a disseminação de informações sobre práticas de gestão de recursos naturais é quase inexistente no Brasil e para fora do país.

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92 ou RIO 92), foi realizada no Rio de Janeiro, com o objetivo de debater problemas relacionados ao meio ambiente e ao desenvolvimento.

Na conferência ECO-92 criou-se a Agenda 21, um instrumento que envolve planejamento participativo visando o desenvolvimento sustentável do país, que é o resultado de uma vasta consulta feita à população brasileira. Esse projeto foi coordenado pela Comissão de

Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira (CPDS), constituído com base nas diretrizes da Agenda 21 Global; e divulgado em 2002.

Conforme explanado por Voss et al. (2013), em 2012 a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) trouxe ao Brasil debates e discussões sobre mudanças climáticas, impacto ambiental e educação ambiental no mundo. Discutiu-se amplamente sobre como conciliar o consumo e o desenvolvimento com um ambiente sustentável. Parte essencial na economia das nações, o tema dos resíduos sólidos também foi debatido na conferência: seu gerenciamento, depósito, reutilização, reciclagem etc.

Segundo Zanatta (2017), desse modo reconheceu-se a importância de incluir a sustentabilidade em programas e atividades de desenvolvimento e, em decorrência disso, as organizações, sejam privadas ou públicas, acabam por ter um papel essencial na adoção deste conceito.

O evento XII FIMAI e SIMAI – Feira Internacional do Meio Ambiente Industrial e Sustentabilidade e Seminário Internacional do Meio Ambiente Industrial e Sustentabilidade –, em 2010, promoveu cursos sobre o assunto dos resíduos sólidos. Um ano depois, em 2011, a Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública (ABLP) organizou o 3.º Fórum Internacional de Resíduos Sólidos. Fica evidente um movimento social e empresarial buscando discussões e conhecimento sobre o tema, em especial depois da aprovação da Lei Federal n.º 12.305/2010 (BRASIL, 2010), que impulsionou essa pesquisa sobre a visão contábil das companhias abertas no Brasil (VOSS et al., 2013).

De acordo com Zanatta (2017), houve significativo aumento no investimento por parte de muitas organizações, na qualificação de profissionais e processos, tendo por finalidade atingir um melhor desempenho na questão ambiental. A fim de atender a novas exigências relacionadas a práticas ambientais, as empresas têm estabelecido metas de produção que minimizem os impactos no ambiente e na sociedade, mas ao mesmo tempo adotando procedimentos focados em reciclagem e na redução da emissão de poluentes. As empresas que aderem à adoção de medidas ambientais tendem a receber retornos benéficos, como por exemplo: diminuição de custos de produção, agregação de valor aos produtos, produção de novos materiais com base na reciclagem, maior aproveitamento de resíduos, melhoria da imagem institucional, além de benefícios para saúde do meio ambiente e da população.

Ainda para Zanatta (2017), o melhor modo de uma empresa sobreviver no mercado é melhorando sua gestão ambiental sistêmica e solidamente. Para tanto, ela precisa planejar, analisar e organizar cada passo dado, a fim de que atinja a excelência ambiental e se torne

competitiva no mercado. A empresa também precisa investir em tecnologias e produção limpa, gerando, assim, o mínimo de resíduos.

Devido a essas manifestações, muitas empresas do Brasil têm demonstrado uma preocupação maior com a preservação ambiental, especialmente aquelas relacionadas à agropecuária.

2.1.1 Gestão ambiental na agropecuária

A revolução verde é definida como sendo um programa de inovações tecnológicas no setor da agricultura, que permitiu um considerável aumento na oferta de alimentos e de outros produtos derivados da agropecuária.

Segundo Gebler et al. (2007), o aumento do consumo trouxe como consequência sérios danos ao ambiente, pois, a preocupação de maximizar a produção relegou a segundo plano aspectos essenciais relacionados à preservação de matas, mananciais de água, solo, fauna e flora nativas, macro e microrganismos.

Os autores afirmam, ainda, que o crescimento da agricultura e as políticas públicas praticadas no Brasil são inseridos em situações sociais e econômicas delimitados por questões de cunho histórico (como o acesso à terra através de assentamento e colonização), regional (como a localização geográfica, qual a importância da região em termos econômicos e as relações de troca entre agentes econômicos), étnico-cultural (o tipo de população, quais seus valores e atitudes, etc.), ambiental (qual a disponibilidade e a qualidade dos recursos naturais), religioso, entre outras. Nesse caso, não se podem fazer comparações sem levar em conta esses fatores, especialmente se a reprodução das experiências for feita em outros contextos. Com novas possibilidades de trabalho e renda no ambiente rural brasileiro, é de suma importância avaliar os meios de regulação do meio ambiente no espaço rural, assim como os eventuais impactos ambientais que tais atividades possam causar, promovendo assim políticas públicas e estratégias que se adéquem a um desenvolvimento sustentável.

A devastação ou deterioração ambiental é definida por Pinto, Rossato e Coronel (2019) como destruição ou desgaste do meio ambiente. Os autores ainda afirmam que o que é mais prejudicial na devastação do meio ambiente é a diminuição da capacidade de produção das terras. Além disso, os impactos ambientais causam modificações no meio ambiente, sendo estas boas ou ruins, mas, na maioria das vezes, os resultados são negativos.

De acordo com Araujo et al. (2010), os impactos ambientais ligados às atividades agropecuárias dificilmente deixarão de ocorrer, uma vez que a natureza da atividade em si faz com que as ações ligadas ao agronegócio interajam com o meio a sua volta, modificando-o. Entretanto, de acordo com os mesmos autores, é preciso persuadir o agropecuarista sobre a preservação ambiental e oferecer a ele formas e métodos eficazes a fim de incentivar um desenvolvimento sustentável.

No que tange aos impactos negativos originados pela degradação ambiental, exigem-se conhecimentos multidisciplinares por parte de pessoas relacionadas ao manejo do solo ou de outros elementos naturais, pelo fato de ser um assunto muito complexo (PINTO, ROSSATO E CORONEL, 2019).

No que se refere ao uso da água, Deus e Bakonyi (2012) mencionam que a demanda total de água no mundo é de apenas cerca de 11% da vazão média dos rios, 70% utilizados pelas atividades agrícolas, 20% pelas indústrias e 10% deve-se à demanda do consumo doméstico e uso municipal. Corroborando com estes autores, Souza et al. (2017) afirmam também que a agricultura e a pecuária são os que mais consomem e desperdiçam recursos hídricos, além de causar contaminações, e isso produz profundos efeitos na qualidade e na quantidade da água disponível.

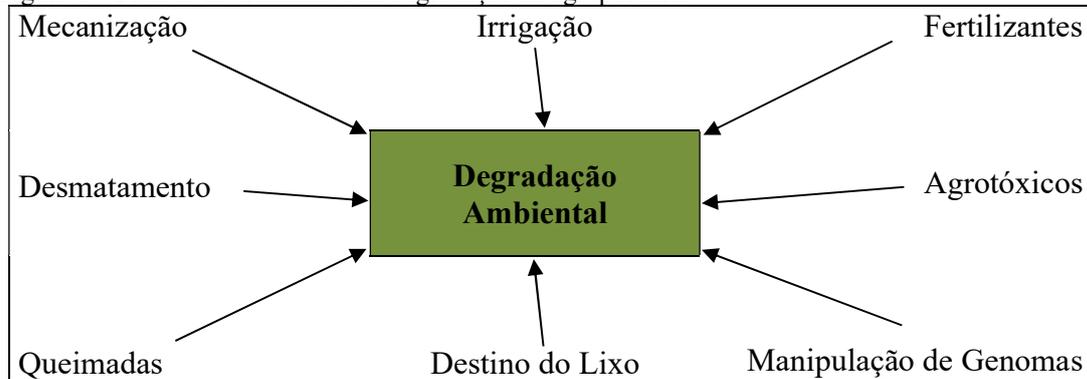
A produção agropecuária no Brasil é fortemente dependente da disponibilidade de recursos hídricos, o que inclui principalmente a existência de chuvas e de água para irrigação das lavouras. Por outro lado, essa mesma produção causa também importantes impactos sobre esses recursos. O desmatamento causado pela abertura de novas áreas de cultivo leva a alterações no ciclo hidrológico que podem resultar em diminuição ou excesso de chuvas. Além disso, a degradação dos solos leva à redução da infiltração da água e ao aumento do escoamento superficial, causando abaixamento do lençol freático, perda de nascentes, erosão, enchentes e assoreamento de rios e reservatórios (SAMBUICHI et al., 2012).

Para Souza et al. (2017), a solução de problemas relativos à quantidade disponível e à qualidade da água, exige que os recursos hídricos sejam estáveis. No que se refere aos recursos hídricos no âmbito agropecuário, o problema principal está direcionado na constatação da necessidade de uma visão ecológica.

Segundo Pinto, Rossato e Coronel (2019), além do uso da água, com o passar dos anos, os diferentes interesses da sociedade tornaram a degradação ambiental uma questão relevante nas discussões globais. Grande parte da degradação ambiental deriva da interação entre homem e natureza e, portanto, a agropecuária, respondendo às demandas do mercado, parece ser um dos principais fatores responsáveis por esse processo de atrito. Assim, a deterioração está ligada

a um conjunto de causas relacionadas à atividade agropecuária e, dentre seus fatores determinantes, podemos enfatizar o uso intensivo de mecanização, agrotóxicos, fertilizantes, irrigação, desmatamento, queimadas e destino de resíduos, como mostra a Figura 1:

Figura 1 – Fatores determinantes da degradação na agropecuária



Fonte: Adaptado pelo autor de Pinto, Rossato e Coronel (2019)

Pais (2012) indica que priorizar a produtividade sem levar em conta a responsabilidade socioambiental, bem como a negligência dos resíduos gerados na agropecuária, são as principais causas da degradação ambiental. A atividade agropecuária atua no meio ambiente de maneira não sustentável em relação à sua produção e leva a impactos ambientais, como emissões de gases de efeito estufa por queima e desmatamento, assoreamento de rios, desertificação, eutrofização e salinização do solo.

Os impactos da atividade agropecuária no meio ambiente resultam principalmente de dois fatores: mudança no uso da terra decorrente do desmatamento e conversão de ecossistemas naturais em áreas cultivadas, e degradação das áreas cultivadas, causada por práticas de gerenciamento inadequado. Esses dois fatores são interdependentes, e a degradação das áreas cultivadas aumenta a demanda por novas terras cultiváveis, visto que os custos da limpeza e integração de novas terras nas áreas fronteiriças são muitas vezes mais baixos que os da recuperação de terras não produtivas. A esses fatores são adicionados os impactos ambientais negativos causados pela queima e contaminação ambiental devido ao uso excessivo de fertilizantes e agrotóxicos nas lavouras (PAIS, 2012).

Embora a área total de estabelecimentos agropecuários tenha aumentado relativamente pouco nas últimas décadas, a conversão de florestas para outras formas de uso da terra tem aumentado muito no país. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) estima que uma área de cerca de 7,536 milhões de km² de vegetação natural tenha sido desmatada na Floresta Amazônica (INPE, 2019). Vários fatores contribuíram para esse desmatamento, como políticas para incentivar a colonização, incentivos à exportação de *commodities*, grilagem e especulação

imobiliária. No entanto, nos últimos anos, as taxas de desmatamento foram reduzidas, em parte devido a medidas tomadas pelo governo federal para fiscalizar e combater o desmatamento como parte do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). Entretanto, há também uma correlação entre as taxas de desmatamento e os preços dos principais *commodities* no mercado internacional, indicando a estreita ligação entre a expansão agropecuária e o desmatamento no país (ASSUNÇÃO, GANDOOUR e ROCHA, 2012; BARRETO, PEREIRA e ARIMA, 2008).

Outro impacto importante da atividade agropecuária é a contaminação do meio ambiente causada pelo uso de agrotóxicos e fertilizantes. O consumo desses produtos no Brasil aumentou nos últimos anos, principalmente devido à tecnificação e intensificação das culturas, mais do que por causa do aumento da área cultivada. Por exemplo, entre 2004 e 2008, a área cultivada aumentou 4,6%, enquanto a quantidade de agrotóxicos vendidos no mesmo período aumentou cerca de 44,6%, segundo pesquisa do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (SINDAG, 2009). Um total de 800,2 toneladas desses produtos foram vendidos apenas em 2009, conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011). Esses dados mostram que os avanços tecnológicos observados nos últimos anos em muitos casos não levaram em conta os impactos ambientais e ainda estimularam o consumo de agroquímicos no país, como a tecnologia transgênica, com o desenvolvimento de soja resistente a herbicidas. Estimativas do setor produtivo industrial e de entidades governamentais indicam que o valor total das vendas de agrotóxicos no Brasil é de US \$ 8,5 bilhões/ano, o maior mercado de agrotóxicos do mundo (SANTOS, 2012).

Os principais problemas causados pelo uso excessivo de agrotóxicos em culturas e pastagens são a ameaça à saúde dos agricultores e consumidores de produtos agropecuários e a contaminação do solo, do ar e dos corpos d'água onde os pesticidas são aplicados. Somente em 2008, 5.295 casos de intoxicação por agrotóxicos no Brasil foram registrados no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo 2.136 resultantes do uso agrícola, e que levaram a 107 óbitos, segundo o Ministério da Saúde (MS, 2009).

Entre 2001 e 2004, o Programa de Análise de Resíduo de Agrotóxico em Alimentos (PARA), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), analisou 4 mil amostras de alimentos e detectou irregularidades no uso de agrotóxicos em 28% deles (RODRIGUES, 2006). Além disso, estima-se que apenas 30% do total de agrotóxicos aplicados permaneçam na planta, sendo que o restante acaba causando contaminação ambiental. Os efeitos negativos desses produtos nos ecossistemas naturais e cultivados incluem a morte de polinizadores e

organismos que controlam as populações de pragas, bem como a microbiologia do solo, que também causa danos às lavouras (PINHEIRO e FREITAS, 2010).

Os fertilizantes químicos intensamente aplicados também têm efeitos ambientais significativos e podem levar à eutrofização de rios e lagos, acidificação de solos, contaminação de aquíferos e reservatórios de água e geração de gás associados. No Brasil, o consumo de fertilizantes químicos passou de 270 mil toneladas em 1961, para 7.682 mil toneladas em 2002. Segundo pesquisa da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), entre janeiro e agosto de 2011, as entregas de fertilizantes no Brasil atingiram 17.053 mil toneladas de produtos, um crescimento de 25,6% em relação ao mesmo período de 2010, quando foram entregues 13.573 mil toneladas. Esses dados mostram um crescimento muito rápido no uso desses produtos, com grandes perspectivas de crescimento para o setor.

As atividades relacionadas ao setor agropecuário são direta ou indiretamente responsáveis pela maior parte das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no Brasil. O desmatamento para a pecuária extensiva é a maior fonte de emissões, respondendo por dois quintos das emissões nacionais brutas. A produção agropecuária também gera emissões diretas correspondentes a um quarto das emissões nacionais brutas. Na agricultura, essas emissões diretas resultam principalmente do uso de fertilizantes e mineralização de nitrogênio do solo, cultivo de arroz irrigado em várzeas, queima de cana-de-açúcar e queima de combustíveis fósseis usados em máquinas agrícolas. As emissões diretas da atividade pecuária consistem, principalmente, na liberação de metano (CH_4) resultante do processo de digestão de bovinos de corte (GOUVELLO, SOARES FILHO e NASSAR, 2010).

A busca pela sustentabilidade na agricultura é uma prática crescente. No entanto, conciliar interesses econômicos e socioambientais, particularmente no que diz respeito às cadeias de produção animal, é um dos principais obstáculos para alcançar essa sustentabilidade há muito buscada. Embora as cadeias de produção animal sejam muito bem projetadas, existe um padrão de excelência de produção a ser alcançado em termos de genética, criação, manejo, equipamentos e instalações, de modo que, no meio rural, as variáveis são numerosas, sendo elas ambientais, econômicas e sociais (GEBLER et al., 2007).

2.2 O COOPERATIVISMO

O cooperativismo é um movimento de caráter econômico e social, baseado na participação dos membros na geração de atividades (agricultura, pecuária, indústria, comércio ou serviço), com o objetivo de alcançar o bem comum, conforme informação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2019). Tachizawa (2015) explica que as cooperativas existem com a finalidade de prestar serviços aos seus associados e atender a um objetivo unificado, seja econômico, político ou social. Uma cooperativa é uma associação autônoma formada por, pelo menos, vinte pessoas, que se unem de modo voluntário com o fim de atender necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade coletiva e controlada democraticamente pelos associados. Assim, a lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, regulou as Sociedades Cooperativas, bem como instituiu a Política Nacional de Cooperativismo e o regime jurídico das Cooperativas (OCEPAR, 2019).

Uma cooperativa singular, também identificada como cooperativa de primeiro grau, é uma sociedade civil de pessoas, de natureza jurídica própria, não sujeita a falência, estabelecida para prestar serviços a seus membros e que segue os princípios fundamentais do cooperativismo (BUTTENBENDER, 2009).

Para Buttenbender (2009), as cooperativas singulares devem satisfazer uma série de características, dentre as quais destacamos: a) associação voluntária, com número ilimitado de membros, exceto pela impossibilidade técnica da prestação dos serviços; b) variabilidade do capital social, representada por ações; c) limitação do número de ações para cada empresa coligada, porém é permitido que sejam estabelecidos critérios de proporcionalidade; d) as ações do capital devem ser inacessíveis a terceiros fora da cooperativa; e) retorno do excedente líquido do exercício, de maneira proporcional às operações realizadas pela associada, salvo decisão em contrário da assembleia geral; f) quórum para a operação e deliberação da assembleia geral com base no número de membros e não no capital; g) fundos de reserva indivisíveis e assistência técnica educacional e social; h) neutralidade em sentido político e ausência total de discriminação seja ela religiosa, racial ou social; i) assistência aos membros e, nos casos previstos no contrato social, aos empregados da cooperativa; j) área de associação limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e serviços.

Por meio dos estatutos sociais, a organização é constituída formalmente e os associados passam a ter direitos e deveres. De acordo com o princípio da gestão e controle democrático,

os sócios têm igualdade na votação em cooperativas singulares (ou seja, cada sócio tem direito a um voto) (BUTTENBENDER, 2009).

As empresas cooperativas são baseadas em valores como a ajuda mútua, a solidariedade, a responsabilidade, a participação e a democracia. Tradicionalmente, os cooperados são guiados por valores éticos de responsabilidade social, honestidade e preocupação com o próximo. Diferente dos demais tipos de sociedades, a cooperativa é, ao mesmo tempo, uma associação de pessoas e um negócio, como demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 – Características de uma Cooperativa e de uma Sociedade Mercantil

Cooperativas	Sociedades Mercantis
• O principal é o homem	• O principal é o capital
• O cooperante é sempre dono e usuário da cooperativa	• Os sócios vendem seus produtos e serviços a uma massa de consumidores
• Cada pessoa conta com um voto na assembleia	• Cada ação ou quota conta um voto na assembleia
• O controle é democrático	• O controle é financeiro
• É uma associação cooperativa de pessoas que funciona democraticamente	• É uma sociedade de capital que funciona hierarquicamente
• As quotas não podem ser transferidas a terceiros	• As quotas podem ser transferidas a terceiros
• Afasta o intermediário	• São, muitas vezes, os próprios intermediários
• Os resultados retornam aos cooperados de forma proporcional às operações	• Dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao número de ações
• Aberta a participação de novos componentes	• Limita, por vezes, a quantidade de acionistas
• Valoriza o trabalhador e suas condições de trabalho	• Contrata o trabalhador como força de trabalho
• Defende preços justos	• Defende maior preço possível
• Promove a integração entre as cooperativas	• Promove a concorrência entre as sociedades
• O compromisso é educativo, social e econômico	• O compromisso é econômico

Fonte: Adaptado pelo autor de SESCOOP (2019)

O grande mérito do cooperativismo deriva do fato de ser um movimento comunitário de base, fundamentado em dons inatos de solidariedade, fraternidade e respeito mútuo pelos seres humanos. O cooperativismo se organiza voluntária e democraticamente em sociedades de pessoas para atender às necessidades comuns através da prática de cooperação e reciprocidade para melhorar a sociedade sem inadequações ou conflitos de classe.

Por outro lado, mesmo que a cooperativa seja uma opção viável para obtenção de propriedade, preço justo, distribuição de resultados etc., é impossível fugir da realidade vigente no mercado, devido à concorrência e à tecnologia em avanço (BUTTENBENDER, 2009).

Para Buttenbender (2009), o mundo em constante transformação gera crescentes mudanças que afetam de maneira rápida e profunda todos os segmentos da sociedade, as organizações e, especialmente, o cooperativismo. Estas mudanças geram novos cenários e desafios e criam oportunidades no cooperativismo que não eram possíveis nem conhecidas até então. Como resultado, o cooperativismo vem trazendo impactos significativos com efeitos sociais, econômicos e políticos em diversas áreas não relacionadas diretamente a ele. Por isso, para conseguir acompanhar estas e perpetrar outras transformações, o cooperativismo precisa de líderes com ampla visão a fim de atender às necessidades pessoais e cooperativas.

Se três (ou mais) cooperativas distintas decidirem se juntar por terem interesses comuns, elas formam uma “cooperativa central” ou “federação de cooperativas”, conforme as definições do Art. 6º, inciso II da Lei 5764/1971 (BRASIL, 2008). Estas instituições podem, de modo excepcional, admitir associados individuais. Formar uma federação ou cooperativa central tem por objetivo organizar, em maior escala, os serviços assistenciais e econômicos das cooperativas filiadas, por integrar e orientar suas atividades, e facilitar a utilização dos serviços de modo recíproco. Se três (ou mais) federações ou cooperativas centrais (da mesma modalidade ou não) decidirem se unir por interesses comuns, é formada uma “confederação de cooperativas”, cujo objetivo é orientar e coordenar as atividades das filiadas, caso o volume dos empreendimentos esteja além da capacidade ou conveniência para atuação das centrais e federações. As federações e organizações podem se estruturar para atuarem como representações sindicais das cooperativas, defendendo os interesses de cada cooperativa participante (OCB, 2019).

As cooperativas singulares fazem bem em elaborar mecanismos de organização interna, visando atender os interesses tanto da entidade quanto dos seus associados, conforme definido na legislação e regulamentado pelos seus estatutos e regimentos. Os associados às cooperativas singulares são ao mesmo tempo seus usuários e proprietários, que participam na gestão e controle, bem como elegem o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal (OCB, 2019).

As cooperativas centrais podem também ser chamadas de cooperativas de segundo grau, e o seu quadro de associados se forma, de modo exclusivo, pelas cooperativas singulares. Concordemente, as cooperativas centrais devem representar econômica e politicamente as cooperativas filiadas a ela, bem como estimular a intercooperação entre as cooperativas, seus cooperados e entre o sistema cooperativo. Quando se constituem cooperativas centrais, pode-se elencar a ocorrência de diversas vantagens e benefícios. Dentre esses, destaca-se o valor da intercooperação; o ganho em escala pela centralização dos serviços de apoio ao negócio; a possibilidade de investimentos que exijam maior capital, ou em áreas de conhecimento

específico; a viabilidade de estruturas de agroindustrialização, comercialização e distribuição, o que agrega valor à cadeia produtiva; a redução do valor mínimo como requisito de capital social das singulares; o fortalecimento do sistema através da padronização de procedimentos e normas; a garantia de mais segurança e credibilidade ao sistema, por intermédio de controles e participação nas operações financeiras (OCB, 2019).

As organizações em geral possuem sistemas de estruturação e de representação. Da mesma maneira, visto que o cooperativismo tem ampla participação na maioria dos países do mundo, ele também possui uma organização nacional e uma internacional. O sistema nacional está organizado e representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) com sede em Brasília, DF. Cada estado brasileiro possui uma organização estadual. O sistema internacional é representado pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), com sede em Genebra, na Suíça.

Os princípios do cooperativismo constituem um conjunto de regras para a criação e operação de cooperativas (Tabela 2).

Tabela 2 – Princípios do Cooperativismo

N.º	Princípio	Descrição
1.º	Adesão Voluntária e Livre	As cooperativas são abertas para todas as pessoas que queiram participar, estejam alinhadas ao seu objetivo econômico, e dispostas a assumir suas responsabilidades como membro. Não existe qualquer discriminação por sexo, raça, classe, crença ou ideologia.
2.º	Gestão Democrática	As cooperativas são organizações democráticas controladas por todos os seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. E os representantes oficiais são eleitos por todo o grupo.
3.º	Participação econômica dos membros	Em uma cooperativa, os membros contribuem equitativamente para o capital da organização. Parte do montante é, normalmente, propriedade comum da cooperativa e os membros recebem remuneração limitada ao capital integralizado, quando há. Os excedentes da cooperativa podem ser destinados às seguintes finalidades: benefícios aos membros, apoio a outras atividades aprovadas pelos cooperados ou para o desenvolvimento da própria cooperativa. Tudo sempre decidido democraticamente.
4.º	Autonomia e Independência	As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros, e nada deve mudar isso. Se uma cooperativa firmar acordos com outras organizações, públicas ou privadas, deve fazer em condições de assegurar o controle democrático pelos membros e a sua autonomia.
5.º	Educação, Formação e Informação	Ser cooperativista é se comprometer com o futuro dos cooperados, do movimento e das comunidades. As cooperativas promovem a educação e a formação para que seus membros e trabalhadores possam contribuir para o desenvolvimento dos negócios e, conseqüentemente, dos lugares onde estão presentes. Além disso, oferece informações para o público em geral, especialmente jovens, sobre a natureza e as vantagens do cooperativismo.

6.º	Intercooperação	Cooperativismo é trabalhar em conjunto. É assim, atuando juntas, que as cooperativas dão mais força ao movimento e servem de forma mais eficaz aos cooperados. Sejam unidas em estruturas locais, regionais, nacionais ou até mesmo internacionais, o objetivo é sempre se juntar em torno de um bem comum.
7.º	Interesse pela comunidade	Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades é algo natural ao cooperativismo. As cooperativas fazem isso por meio de políticas aprovadas pelos membros.

Fonte: Adaptado pelo autor de OCB (2019)

Toda atividade agropecuária é uma atividade econômica em que o produtor está envolvido no plantio, criação, produção e até industrialização, objetivando a venda do seu produto e obtenção de lucro. Esse é, obviamente, o objetivo final do produtor: lucrar com o seu produto. Nesta perspectiva, todo o processo de produção, administração e comercialização precisa ser bem feito e planejado. Em certos casos, um produtor não consegue alcançar seus objetivos simplesmente porque não planejou de maneira eficaz, e os maiores erros de planejamento vão da agricultura tradicional à falta de meios efetivos de escoar a produção.

Gonçalves (2005) também destaca que as cooperativas agrícolas servem para aproveitar ao máximo a produção agrícola. Por exemplo, um produtor de caju pode entregar todos os seus produtos a uma cooperativa de produtores sem ter que se preocupar em encontrar compradores e obter bons preços para seus produtos. Os preços de compra cobrados pelas cooperativas são geralmente razoáveis e apropriados, caso contrário, as próprias cooperativas querem saber as razões e eliminar as possíveis injustiças. A autogestão é outro aspecto importante que caracteriza o movimento cooperativo. É uma forma de democratização de decisões dentro de organizações econômicas simples ou complexas, que moldaram as cooperativas desde a sua criação.

2.2.1 A História do Cooperativismo

Para que se faça um aprofundamento em como se deu o desenvolvimento histórico do cooperativismo brasileiro, seria necessária uma divisão por tipos de cooperativas, visto que cada segmento teve a sua própria história, atravessando dificuldades e sucessos diversos, tendo como elemento comum as concessões ou impedimentos apresentados pelo Governo. Porém, levando em conta que esta dissertação analisa uma área específica de uso e ocupação, neste caso estritamente a avicultura, ela se deterá em analisar o histórico do ramo agropecuário.

Em 21 de dezembro de 1844, um grupo de 28 tecelões decidiu criar a primeira cooperativa do mundo, um movimento realizado na cidade de Manchester (Reino Unido) em Rochdale. Os pioneiros de Rochdale começaram discutindo ideias, ações e objetivos, e definiram metas voltadas para a organização social do grupo. Em doze meses, esses trabalhadores puderam economizar 28 libras, o que foi suficiente para abrir um pequeno armazém cooperativo, fornecendo aos trabalhadores necessidades básicas e uma variedade de outros serviços criando, desse modo, melhores condições de vida. E assim, a primeira cooperativa de consumo foi estabelecida. O sucesso da cooperativa de Rochdale gerou a criação de diversas cooperativas de consumo em toda a Europa e, por fim, diferentes cooperativas em todo o mundo em diferentes setores, sempre seguindo os mesmos princípios pioneiros, segundo a OCEPAR (2019).

Ainda de acordo com a OCEPAR (2019), quando a primeira cooperativa foi fundada, em 1844, os princípios básicos do cooperativismo foram definidos e postos em funcionamento. Com o passar do tempo, esses princípios permaneceram alinhados às mudanças econômicas e sociais do mundo, mas foram adaptados às necessidades sociais modernas. A última atualização foi realizada em 1995 quando da realização do Congresso do Centenário da ACI, na cidade de Manchester, Inglaterra.

Fundada em Londres em 1895, a ACI é uma associação formada pelas organizações que representam o sistema cooperativo em cada país membro da ACI. Atualmente, possui 75 países afiliados e está sediada em Genebra, Suíça.

A Organização das Cooperativas da América (OCA) foi fundada em 1963, na cidade de Montevideu, Uruguai, como um organismo que deve integrar, representar e defender o sistema cooperativo das Américas. Ao todo 20 países formam a OCA, que mantém relações com movimentos cooperativistas e organizações internacionais, governamentais ou não. Sua sede permanente é na cidade de Bogotá, na Colômbia.

A OCB é o sistema que, no Brasil, organiza e representa o sistema cooperativo e baseia-se na estrutura e representação das organizações cooperativas estaduais. Sua estrutura representativa oficial é regida pela lei que regula e estrutura o funcionamento das cooperativas. A OCB foi fundada em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo em Belo Horizonte e substituiu as duas unidades existentes, a Associação Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional de Cooperativas (UNASCO). As próprias cooperativas, de todos os segmentos, decidiram pela unificação. A Lei 5.764/71 estabeleceu e declarou que a OCB é o órgão consultivo técnico do governo e delegou outras responsabilidades, inclusive a

união das Organizações Estaduais de Cooperativas, as OCEs. Estes consistem nas mesmas características da unidade nacional.

Segundo Gonçalves (2005), em Minas Gerais começaram a ser organizadas as primeiras cooperativas agropecuárias, a partir de 1907. O Governador do Estado, João Pinheiro, iniciou seu projeto de cooperação com o objetivo de eliminar agentes que intermediavam a produção agrícola, visto que seu comércio era controlado por estrangeiros. O café era a principal das suas preocupações e foi criada uma área exclusiva para o produto, que oferecia isenção de impostos e incentivos materiais. Também no sul do Brasil surgiram cooperativas agropecuárias, sobretudo em comunidades com origem alemã e italiana, que conheciam o sistema cooperativista europeu, sendo Stéfano Paternó o principal divulgador.

Segundo a OCEPAR (2019), os primeiros movimentos caracterizados pela cooperação surgiram no Paraná em 1829, quando chegaram os primeiros 248 imigrantes alemães que fundaram a Colônia Rio Negro, que hoje é um município. Esses imigrantes já tinham como valores as práticas de cooperação e logo estavam tentando organizar sua vida comunitária em estruturas baseadas em atividades comuns, tanto em termos de compra e venda de produtos quanto em atender suas necessidades educacionais e recreativas.

Entre os mais de cem grupos de imigrantes que chegaram no Paraná até 1911, surgiram vários movimentos cooperativos. O mais importante movimento pré-cooperativo, no entanto, ocorreu entre os franceses, que fundaram em 1847 a Colônia Thereza Cristina às margens do Rio Ivaí, hoje Cândido de Abreu. Nesta colônia, sob a orientação de Jean Maurice Faivre, os imigrantes iniciaram um movimento cooperativo liderado pelo Dr. Benoit Joseph Mure, fundador da Vila da Glória, em Santa Catarina (OCEPAR, 2019).

Um dos experimentos mais importantes na área de cooperação é a “Colônia Cecília”, realizada em 1890 no município de Palmeira, no Paraná, idealizada pelo agrônomo Giovanni Rossi, líder do grupo italiano chamado de “anarquistas”. Vários outros movimentos cooperativos se seguiram, como a fundação da Associação Beneficente 26 de Outubro, em 1906, pelos ferroviários de Ponta Grossa, que se tornou mais tarde a Cooperativa Mista 26 de Outubro. Já em 1909, as indústrias madeireiras uniram forças e fundaram a Cooperativa Florestal Paranaense. Houve também a criação da Colônia Muricy, constituída em 1912, e da Sociedade Agrícola Polonesa, que em 1945 foi convertida em Cooperativa Mista Agropecuária São José Ltda. Sob a direção do ferroviário ucraniano Valentin Cuts, outros movimentos cooperativos foram surgindo, como a Sociedade Cooperativa Svitlo, em União da Vitória, em janeiro de 1920, e a Cooperativa Agrária de Consumo de Responsabilidade Ltda., “Liberdade”, em Vera Guarani, no município de Paulo Frontin, em 1930. Esta foi a primeira vez que uma

cooperativa foi oficialmente registrada, seguindo o Decreto-Lei 581/38, e seu registro foi feito no dia 19 de maio de 1942, sob o nº 1. Houve também uma curiosa experiência na comunidade de SantAna, atualmente município de Cruz Machado, quando da fundação da Sociedade Cooperativa de Comércio “União Lavoura” pelo padre Teodoro Drapienski em 3 de maio de 1920, com uma marca política confessional (OCEPAR, 2019).

É importante mencionar a chegada de 450 holandeses em Carambeí, em 1911, que fundaram uma das colônias de imigrantes mais desenvolvidas até hoje. Em 1925, eles fundaram a Sociedade Cooperativa Hollandeza de Laticínios Batavo, que ainda existe e é considerada uma cooperativa modelo (OCEPAR, 2019).

Esse movimento entre os imigrantes deu um impulso considerável ao cooperativismo estadual através das experiências bem-sucedidas de cooperativas coloniais. Destacam-se nomes como: Witmarsum, de Palmeira; Agrária, de Entre Rios; Batavo e Castrolanda, de Castro; e Capal, de Arapoti que são exemplos de comunidades rurais completamente urbanizadas, economicamente prósperas e socialmente integradas às condições de vida urbana e industrial do país.

A partir da década de 1920, o movimento também se desenvolveu entre madeireiros e ervateiros. Entre 1930 e 1940, havia 40 cooperativas parceiras no Paraná, que formaram a Federação das Cooperativas de Mate Ltda (AGROMATE) que marcou a história até a queda do setor ervateiro passando, então, a ser a Rural Sul, diversificando suas atividades na busca da sobrevivência. O cooperativismo viveu um momento marcante na década de 1960, quando o Instituto Brasileiro do Café (IBC) incentivou a fundação de cooperativas de café como tentativa de superar as dificuldades do setor. Em 1964, o Paraná tinha 33 cooperativas de café, algumas das quais desapareceram devido ao declínio da produção (OCEPAR, 2019).

A partir de 1969, o movimento cooperativista paranaense ganhou impulso e iniciou discussões sobre a implementação de projetos de integração desenvolvidos em conjunto pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB) e Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA, atual Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMATER), com apoio do Banco do Brasil, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e Comissão de Financiamento à Produção (CFP). O objetivo dos projetos era rediscutir como as cooperativas funcionam, já que alguns municípios competiam com mais de uma cooperativa, o que as enfraquecia, enquanto em outros municípios não havia cooperativas. O desenvolvimento dos projetos ocorreu em três fases, cobrindo diferentes

regiões. Lançado em 1971, o Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC) focou na reorganização do sistema no oeste e sudoeste. O Projeto Norte de Cooperativismo (NORCOOP), iniciado em 1974, reorganizou as cooperativas na região norte do Estado e o Projeto Sul de Cooperativismo (SULCOOP), implantado em 1976, reorganizou as cooperativas na região Centro-Sul. A OCEPAR foi fundada em 1971 durante o primeiro projeto e forneceu um apoio importante na realização dos projetos (OCEPAR, 2019).

Esses projetos, que abrangeram todo o Estado, permitiram estabelecer um contato mais efetivo entre produtores e cooperativas, incluindo a organização de comitês de treinamento e a promoção do cooperativismo para o empreendedorismo por meio da integração horizontal e vertical.

A integração permitiu que as cooperativas participassem mais efetivamente da atividade econômica, uma vez que os interesses dos produtores foram reunidos em uma economia de mercado, o que os levou a implementar a infraestrutura básica necessária para participação na produção, essencial para o início da integração e da agroindustrialização. Isso significa que, desde a organização da produção agrícola, as cooperativas agropecuárias se preocupam com a montagem do complexo agroindustrial, para que não sejam apenas quem repassa as matérias-primas para a indústria.

O Centro de Pesquisas da OCEPAR foi fundado em 1972 pelas Cooperativas do Paraná. É responsável pelo desenvolvimento de tecnologias agropecuárias de interesse das cooperativas e busca novas tecnologias para aumentar a produtividade e fornecer segurança e lucratividade aos agricultores. O Centro de Pesquisa mantém estreitas relações com instituições nacionais e internacionais e desenvolveu programas que incentivam novos cultivos de trigo, soja, milho, triticale e algodão, e muitas novas tecnologias. Por decisão das Cooperativas do Paraná, o Centro de Pesquisa adquiriu personalidade jurídica em 19 de abril de 1995 com o nome de Cooperativa Central Agropecuária de Desenvolvimento Tecnológico e Econômico e, após a aprovação da Assembleia Geral Extraordinária em 19 de maio de 2014, tornou-se a Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola, vendendo seu negócio de sementes para uma empresa privada.

No início dos anos 80, como pioneiro no Brasil, o cooperativismo do Paraná teve uma experiência muito positiva quando alcançou a retirada da intervenção estatal em cooperativas. Após longas discussões entre o governo, os órgãos representativos e as cooperativas, o projeto piloto de auto inspeção foi realizado em 07/02/1983, com a assinatura do acordo de adaptação entre OCEPAR e as cooperativas centrais do Paraná, com a participação do INCRA e da OCB, permitindo o início da autogestão nas cooperativas no Paraná.

Segundo a OCEPAR (2019), na promulgação da Constituição Brasileira em 1988, em seu art. 5 inc. XVIII, houve uma proibição da intervenção estatal na operação de cooperativas. Assim, as Cooperativas do Paraná, após grandes disputas e estudos, aprovaram na Assembleia Geral Extraordinária da OCEPAR em 25 de setembro de 1990 o Programa de Autogestão das Cooperativas Paranaenses, que começou em março de 1991, com os específicos objetivos de: orientar a criação e o registro de cooperativas; monitoramento de desempenho; educação, treinamento e reciclagem; organização de membros; comunicação e integração.

A fim de promover o estabelecimento de cooperativas de crédito, que o governo militar havia restringido severamente pela reforma do setor bancário em 1964, a OCEPAR organizou um seminário estadual, em agosto de 1982, para estabelecer o Comitê Pró-Constituição de Cooperativas de Crédito. E após muitos anos de trabalho duro e perseverança, foi criada a Cooperativa Central de Crédito (COCECRER), que mais tarde se tornou o Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI), que administra um dos três sistemas existentes de cooperativas de crédito no Paraná e reúne cerca de sessenta cooperativas de crédito singulares, além de algumas cooperativas individuais independentes.

A OCEPAR criou, em 1991, os Núcleos Regionais Cooperativistas, com os objetivos de possibilitar a participação e a integração de um número maior de Líderes Cooperativos em discussões sobre questões de interesse comum no sistema, promover um relacionamento mais próximo entre os vários segmentos das cooperativas associadas à OCEPAR, estabelecer as bases para a autogestão das cooperativas através de um sistema de cooperação por meio de discussão e troca de experiências e procedimentos técnicos e administrativos em nível regional e nacional, entre outros. Para isso, o estado foi dividido em cinco núcleos, dependendo da localização geográfica e do tamanho de todas as cooperativas. Durante as várias reuniões desses núcleos regionais, o planejamento estratégico das cooperativas paranaenses, o Plano Paraná Cooperativo 2000, foi apresentado, examinado, discutido e aprovado, com base na situação econômica do sistema, nas tendências do mercado interno e externo e no potencial de crescimento. Como resultado dos esforços integrados de dezenas de líderes, desenvolveram-se orientações de médio e longo prazo para direcionar futuros investimentos, cuja consolidação representa o grande desafio que permitiu incorporar o cooperativismo à modernidade imposta pela globalização.

Concretizando um velho sonho das cooperativas paranaenses quanto à atuação sindical da OCEPAR, transformando-a no único sindicato patronal das cooperativas, estas aprovaram a reforma estatutária necessária, em Assembleia Geral Extraordinária em 26 de janeiro de 1993. Assim, a OCEPAR passou a ter o objetivo primordial de representar e defender os interesses

do sistema cooperativo paranaense perante as autoridades constituídas e a sociedade, bem como prestar serviços adequados ao pleno desenvolvimento das sociedades cooperativas e de seus integrantes, além de exercer a representatividade sindical das cooperativas paranaenses. O registro sindical foi emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 15 de janeiro de 1997, tendo a Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 1997 alterado dispositivos estatutários, adequando os mesmos à necessidade de funcionamento como entidade sindical passando a OCEPAR a denominar-se Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. Como sindicato patronal das cooperativas paranaenses, defende os interesses trabalhistas e econômicos nas relações coletivas entre as cooperativas e seus empregados, cumprindo funções negociais, assistenciais, arrecadadoras e de representação nas relações de trabalho das cooperativas no mercado.

Para melhorar o sistema sindical, a OCEPAR realizou uma Assembleia Geral Extraordinária em 9 de setembro de 2003 para abrir sua base sindical. Criou cinco sindicatos regionais (um por núcleo cooperativo) representando o setor agropecuário, transporte, crédito e saúde, enquanto a OCEPAR manteve sua representação sindical para os outros ramos que não são representados por sindicatos específicos. Posteriormente, foi fundada a Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (FECOOPAR), com abrangência estadual e base territorial no Estado do Paraná. Fundada em 2004, a FECOOPAR é uma entidade sindical patronal de segundo grau, sem fins lucrativos, dedicada ao estudo e defesa das categorias e atividades dos sindicatos cooperativos do Paraná. O registro sindical da FECOOPAR no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais foi emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 23 de maio de 2006, após publicação no Diário Oficial da União de 28 de abril de 2006. A FECOOPAR apoia seus afiliados em ações trabalhistas, reunindo hoje as seguintes entidades sindicais: OCEPAR, Sindicato das Cooperativas do Estado do Paraná (SINCOOPAR) Transporte, SINCOOPAR Crédito, SINCOOPAR Norte, SINCOOPAR Noroeste, SINCOOPAR Oeste, SINCOOPAR Saúde, SINCOOPAR Centro-Sul e SINCOOPAR Sudoeste.

Além da OCEPAR, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) tem como objetivo gerenciar, profissionalizar e fornecer apoio social a membros, executivos e funcionários de cooperativas.

De acordo com a OCEPAR (2019), o SESCOOP foi criado pela Medida Provisória 1.715, de 3 de setembro de 1998, suas edições, e o Decreto 3.017, de 7 de abril de 1999. É uma personalidade jurídica de direito privado e tem como função exercer medidas de monitoramento, formação profissional e promoção social de cooperativas. O SESCOOP Paraná

foi descentralizado do SESCOOP Nacional em 10 de outubro de 1999, e isso realizou o desejo das cooperativas de viabilizar o Programa de Autogestão das Cooperativas. Foi criado para ser uma ferramenta de modernização e aprimoramento das atividades das cooperativas, para agregar valores aos associados, garantir a transparência da administração cooperativa, orientar a constituição e registro de cooperativas, promover a gestão profissional por meio da implementação de educação, treinamento, qualificação e reciclagem de trabalhadores, oficiais e membros da cooperativa, além de monitorar, supervisionar e auditar a gestão e controle das cooperativas, aumentando sua agilidade e competitividade no mercado, tornando o sistema um modelo de negócios cooperativo que reflete qualidade e confiabilidade para o público em geral.

Os recursos do SESCOOP provêm principalmente da contribuição mensal compulsória de 2,5% sobre o valor da remuneração paga pelas cooperativas aos seus empregados, que antes de seu estabelecimento era recolhido a outras instituições. Os órgãos de deliberação, fiscalização e assessoramento do SESCOOP/PR são o Conselho Administrativo Estadual, a Diretoria Executiva, a Superintendência e o Conselho Fiscal. O Conselho Administrativo é o órgão supremo na administração estadual, composto por cinco membros titulares e quatro suplentes. O presidente da OCEPAR é o mesmo desde o seu início, e com ele há três representantes e um número igual de suplentes, (um deles trabalhador em cooperativas e dois de cooperativas contribuintes, sendo escolhidos pelo presidente do Conselho Administrativo, após ouvir a diretoria da OCEPAR), e um representante do Conselho Nacional e seu suplente, nomeado pelo Presidente do Conselho Nacional.

O SESCOOP também é responsável por assessorar o Governo Federal em questões de formação profissional e governança nas cooperativas. O SESCOOP também está presente em todas as unidades da Federação, sendo que cada unidade estadual desenvolve medidas específicas baseadas na realidade local, conforme informação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2012).

2.2.2 O Cooperativismo no Brasil

São atuantes no Brasil treze segmentos do cooperativismo: Crédito, Consumo, Infraestrutura, Agropecuário, Saúde, Trabalho, Habitacional, Transporte, Educacional, Mineral, Produção, Turismo e Lazer e Especial (OCB, 2019).

O setor de crédito está no topo do ranking de associados, com 9,8 milhões de pessoas, representando 67% do total de cooperados do país (14,6 milhões). Em seguida, vêm as cooperativas de consumo (1,9 milhões de membros), infraestrutura (1,031 milhão) e agropecuárias (1,021 milhão). Juntos, estes setores abrangem 95% dos membros, conforme dados da OCB de 2018 constantes na Tabela 3:

Tabela 3 – Relação entre Cooperativas, Setores e Empregabilidade

Setores	Cooperativas	Cooperados	Empregados
	2018	2018	2018
Agropecuário	1.613	1.021.019	209.778
Consumo	205	1.991.152	14.272
Crédito	909	9.840.977	67.267
Educacional	265	60.760	3.412
Especial	10	377	8
Habitacional	282	103.745	742
Infraestrutura	135	1.031.260	5.824
Mineral	95	59.270	177
Produção	230	5.564	1.132
Saúde	786	206.185	107.794
Trabalho	925	198.466	5.105
Transporte	1.351	98.190	9.792
Turismo e Lazer	22	1.867	15
Total Geral	6.828	14.618.832	425.318

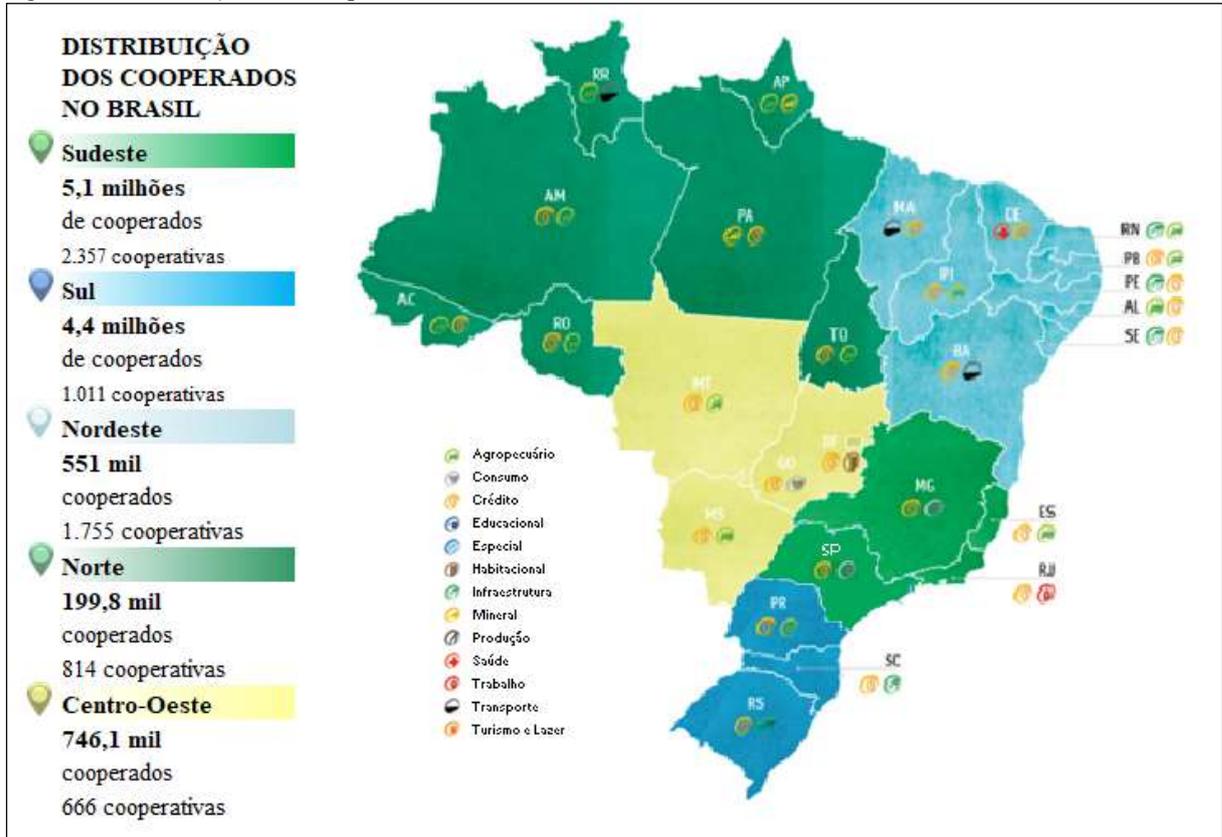
Fonte: Adaptado pelo autor de OCB (2019)

Enquanto a população empregada no Brasil caiu 5% de 2014 para 2018, o cooperativismo teve no mesmo período um crescimento de 17,8% nas contratações de sua força de trabalho. Atualmente, o setor conta com um contingente de 14,6 milhões de cooperados e 6.828 cooperativas em atividade que geram 425,3 mil empregos (OCB, 2019).

Mais de 80% dos 11 milhões de brasileiros envolvidos em uma cooperativa vivem no Sudeste (5,1 milhões) e no Sul (4,4 milhões). Alguns pesquisadores acreditam que a boa aceitação do cooperativismo nas populações dessas duas regiões se baseia na herança cultural dos imigrantes europeus do século XIX, caracterizada pela tradição associativista.

Os cinco estados com o maior número de cooperados são: São Paulo (3,4 milhões); Rio Grande do Sul (2,1 milhões); Santa Catarina (1,4 milhão); Minas Gerais (1,2 milhão); e Paraná (850 mil). A Figura 2 fornece informações sobre a distribuição dos associados por região.

Figura 2 – Distribuição dos Cooperados no Brasil



Fonte: OCEPAR (2019)

O Sudeste é a região com o maior número de cooperativas (2.357), das quais 949 estão localizadas no estado de São Paulo. Depois vem o Nordeste, com 1.755, e destas, 788 se encontram apenas na Bahia. Juntas, as duas regiões possuem 62% das cooperativas existentes no país.

As cooperativas brasileiras movimentam um volume de transações econômicas significativo para o mercado nacional. Apenas as cooperativas agropecuárias faturaram em 2018 o montante de R\$ 691 bilhões, o que representa 48% do Produto Interno Bruto (PIB) da categoria, equivalente a R\$ 1.441 bilhões. As cooperativas agropecuárias são divididas de acordo com os tipos de produtos com que trabalham. Muitas são mistas, ou seja, têm mais de um componente: compra conjunta (para a compra de insumos, fertilizantes, sementes, instrumentos, etc.) e venda conjunta (venda de produtos das cooperativas). O cooperativismo agropecuário já se espalhou pelo território nacional. No Brasil é o segmento mais conhecido, e

desempenha um papel fundamental na exportação, enquanto abastece o mercado interno de produtos alimentícios. Oferece uma ampla gama de serviços – desde suporte técnico a armazenagem, industrialização e comercialização de produtos, além de suporte social e educacional para os membros (OCB, 2019).

Segundo o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do número total de parcelas rurais, 26,4% possui uma área não superior a 10 hectares e 47,5% uma área entre 10 e 100 hectares (IBGE, 2017). Esses dados reforçam a necessidade de os produtores procurarem alternativas para tornar suas propriedades mais rentáveis. Com base nesse cenário, a avicultura tornou-se uma das possíveis soluções para os produtores explorarem suas terras, pois é uma atividade concentrada e altamente produtiva, que pode ser gerenciada juntamente com outras atividades pecuárias e agrícolas. Nesse contexto, o setor avícola nas cooperativas ocupa um lugar de destaque, pois a avicultura, além dos benefícios acima, agrega valor à produção de milho e soja, e introduz pequenos agricultores na cadeia de valor da agroindústria. As cooperativas são, assim, agentes na criação de valor em toda a cadeia produtiva, desde produtores de aves até produtos de consumo acabados (MONTEIRO, 2012).

Como citado, as cooperativas agropecuárias são hoje o segmento mais forte da economia no cooperativismo brasileiro. No entanto, a produção é apenas uma das etapas no complexo cooperativo agropecuário. O produto colhido deve ser transportado, armazenado, processado, comercializado e industrializado, o que requer eficiência técnica da estrutura cooperativa da qual depende a remuneração dos produtores cooperados. Para ser competitivo e seguro, o sistema cooperativo agora mantém uma rede de armazéns em todo o Brasil, terminais portuários e dezenas de indústrias que processam a produção para aumentar o valor dos produtos primários. É precisamente por causa de seu envolvimento significativo na produção que as cooperativas são muito sensíveis às crises econômicas que ocorrem no Brasil regularmente.

A solução desses problemas depende principalmente de ajustes incrementais para promover a economia. Ao mesmo tempo, as cooperativas devem usar esse momento de reestruturação para revisar seus negócios e fazer as mudanças necessárias para se equiparar a empresas que já consolidaram um modelo de negócios mais competitivo e mais adequado atualmente. Para chegar a uma conclusão mais correta, deve-se lembrar que a tese da cooperação é inspirada e baseada no desejo e na necessidade das pessoas de cooperar entre si para melhorar a qualidade de vida, o que dificilmente seria atingido de maneira isolada. Esta tese cooperativista reúne princípios muito mais elevados do que a teoria tradicional dos lucros e das relações entre capital e trabalho. Esses princípios prevalecem há mais de 150 anos e agora envolvem mais de 800 milhões de membros em todo o mundo. Esses valores são sempre

mantidos porque são a própria essência das cooperativas, porém, as antigas fórmulas de negócios não são mais válidas.

Assim, é necessário buscar alternativas comerciais competitivas sem perder de vista a cooperação de todos aqueles que tornam possível a existência da cooperativa. Então as cooperativas poderão ocupar seu espaço com especial importância. Isso poderá trazer um novo ciclo de desenvolvimento, de forma mais realista e com menos intervenções do governo. Assim, elas contribuirão para uma sociedade mais democrática, produtiva e socialmente justa. Mas para se preparar para essa nova era, uma condição é a busca pela eficiência da parte das cooperativas, tendo por base o agricultor, a cooperativas e o mercado. Ou seja, é necessário planejar empreendimentos que fortaleçam os membros, assim também garantindo profissionalismo cooperativo e produzindo de acordo com a demanda do mercado. É preciso um alto investimento em comunicação, marketing e treinamento pessoal para atingir a profissionalização e o mercado.

2.3 A AVICULTURA

Segundo Monteiro (2012), a avicultura é um dos componentes mais importantes do agronegócio global e nacional e atualmente é uma atividade econômica internacionalizada e unificada, sem limitações geográficas de tecnologia. É um dos setores mais dinâmicos da agroindústria paranaense e brasileira, que ganhou impulso nas décadas de 1970 e 1980 devido a uma série de fatores econômicos e produtivos que contribuíram com a expansão de atividades. Atualmente, é um dos segmentos mais inovadores no processamento de carne e é destacado pela cadeia de produção.

2.3.1 A avicultura no Brasil

O setor avícola adotou um processo de integração vertical, que consiste em uma relação de parceria entre agroindústria (processadores) e produtores rurais. Com esse fator, a avicultura brasileira alcançou produtividade e qualidade comparáveis às dos países mais desenvolvidos do mundo e, entre outras coisas, ajudaram a gerar receitas de exportação. Essa estratégia de

integração levou a diferenciais nas empresas, como aumento da qualidade da matéria-prima, fornecimento contínuo, redução de custos industriais no matadouro e padronização de carcaças, entre outras. Essa metodologia permitiu aos integradores oferecer algumas vantagens ao produtor de aves, como a maior produtividade, redução dos custos de produção e maior rentabilidade, formação de um plantel básico de reprodutores de alto valor zootécnico, uma garantia de comercialização da produção com conseqüente diminuição de seu risco. Essa estruturação da atividade avícola contribuiu para a geração de emprego e renda nessa área.

O sistema de integração aliado a recursos tecnológicos foi fundamental para a viabilidade de pequenas propriedades predominantemente familiares. Além disso, tem a vantagem de não depender de fatores sazonais e podem ser usados simultaneamente com outras atividades agropecuárias (MONTEIRO, 2012).

A série histórica da produção de frango no Brasil indica um aumento de 509,9 milhões de cabeças abatidas no 1º trimestre de 1997, para 1,42 bilhão no 2º trimestre de 2019 (Figura 3).

Figura 3: Quantidade de frangos abatidos no Brasil, de 1997 a 2019

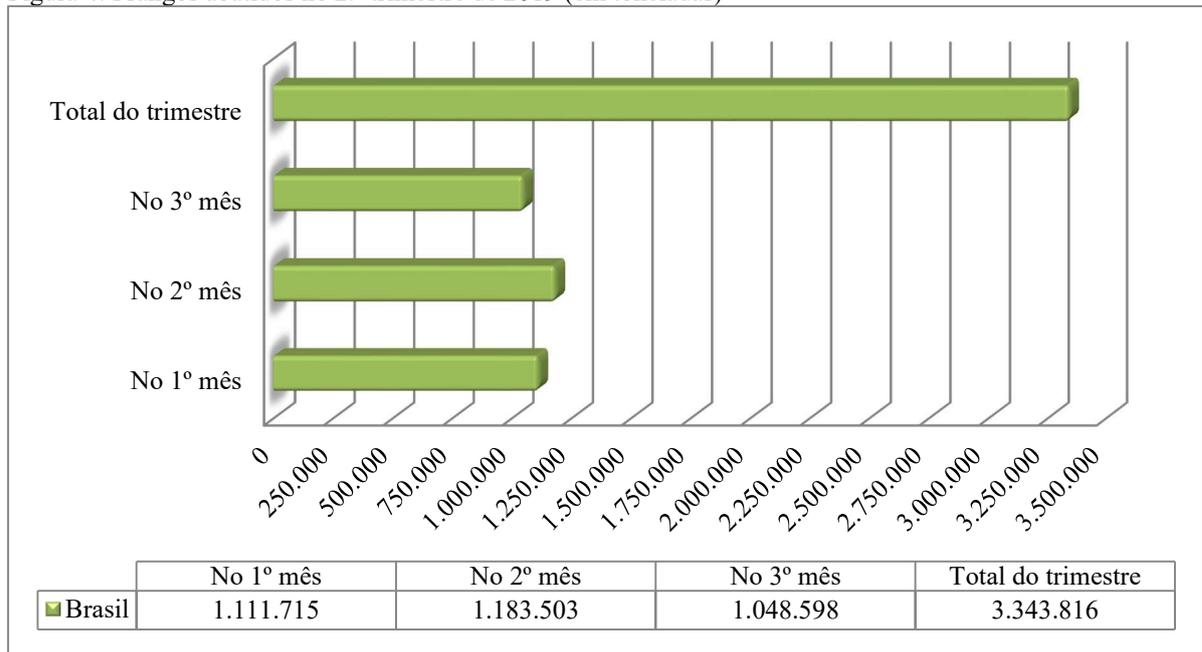


Fonte: IBGE (2019)

Segundo dados do IBGE (2017) no 2º trimestre de 2019, foram abatidas 1,42 bilhão de cabeças de frangos. Houve aumento de 3,4% na comparação com o mesmo período de 2018 e queda de 0,9% em relação ao trimestre imediatamente anterior. O crescimento na comparação anual também se deve a uma base de comparação mais baixa, devido à greve dos caminhoneiros ocorrida em 2018.

A Figura 4 demonstra a quantidade de frangos abatidos (em toneladas) no segundo trimestre de 2019 no Brasil.

Figura 4: Frangos abatidos no 2.º trimestre de 2019 (em toneladas)



Fonte: IBGE (2017)

O abate de 47,30 milhões de cabeças de frangos a mais no 2º trimestre de 2019, em relação a igual período do ano anterior, foi determinado por aumentos no abate em 15 das 24 Unidades da Federação que participaram da pesquisa. Entre aquelas com participação acima de 1,0%, ocorreram aumentos em: Paraná (+31,71 milhões de cabeças), Santa Catarina (+17,57 milhões de cabeças), Goiás (+11,40 milhões de cabeças), Minas Gerais (+3,93 milhões de cabeças), Mato Grosso (+1,02 milhões de cabeças) e Pará (+940,18 mil cabeças). Em contrapartida, ocorreram quedas em: São Paulo (-9,86 milhões de cabeças), Rio Grande do Sul (-8,94 milhões de cabeças), Bahia (-1,56 milhão de cabeças) e Mato Grosso do Sul (-374,58 mil cabeças).

De acordo com a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA, 2019), as exportações de carne de frango do Brasil, maior exportador mundial deste produto, totalizaram 381.000 toneladas em maio de 2019, um aumento de 14,4% em relação ao mesmo período do ano passado. Com preços mais altos, os embarques de aves no Brasil, (todos os produtos combinados, *in natura* e processados), aumentaram a receita em 27,3%, para US \$ 658,9 milhões. No acumulado de janeiro a maio de 2019, as vendas de carne de frango do Brasil chegaram a um volume de 1,659 milhão de toneladas, um aumento de 3,6% em comparação ao mesmo período do ano passado. Neste período, o setor gerou uma receita de US \$ 2,766 bilhões, um aumento de 6,3% em relação ao mesmo período no ano anterior, conforme a Tabela 4.

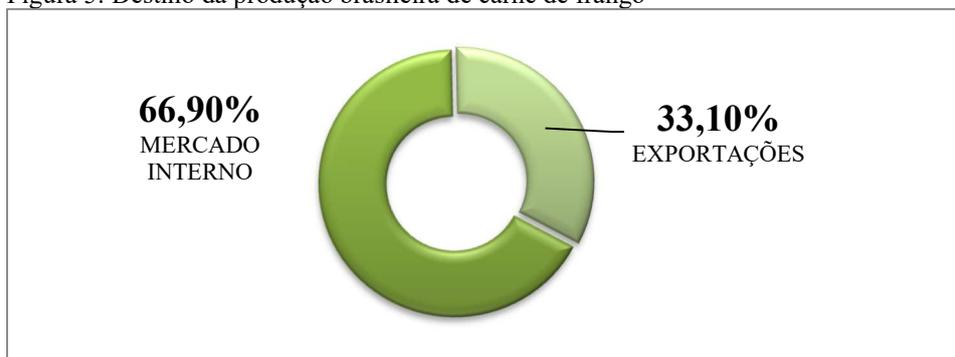
Tabela 4: Exportações do Brasil em maio/2019

Mês	Toneladas	US\$ (milhões)	Acumulado até	Toneladas	US\$ (milhões)
Maio 2018	333.200	517,6	Maio 2018	1.601.315.400	2.602
Maio 2019	381.100	658,9	Maio 2019	1.659.000.000	2.766
Aumento	47.900	141,3	Aumento	57.648.600	164

Fonte: ABPA (2019)

A ABPA informa ainda que, de toda a produção nacional de carne de frango, 66,9% foram destinadas ao mercado interno, enquanto 33,1% foi exportada (Figura 5).

Figura 5: Destino da produção brasileira de carne de frango



Fonte: ABPA (2019)

Do produto exportado, os principais países compradores foram África do Sul, Arábia Saudita, China, Emirados Árabes e Japão (Figura 6).

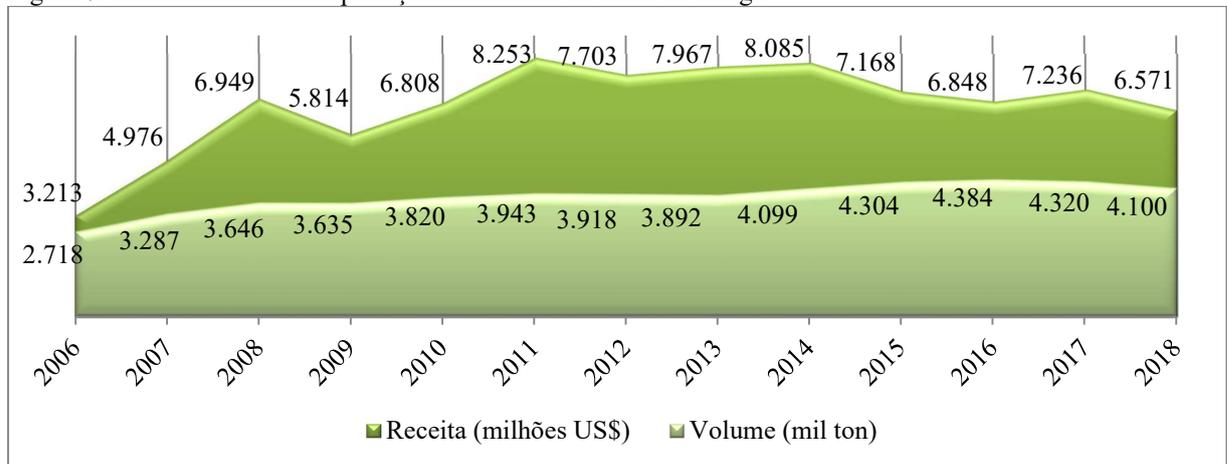
Figura 6: Países para onde o Brasil exporta carne de frango



Fonte: OCEPAR (2019)

A série histórica da exportação de carne de frango no Brasil mostra a progressão do setor, conforme a Figura 7.

Figura 7: Série histórica das exportações brasileiras de carne de frango



Fonte: ABPA (2019)

É possível perceber que houve um aumento significativo na quantidade exportada entre os anos de 2011 e 2014, ocorrendo uma diminuição do volume a partir de 2015. Já os valores da receita (em US\$) têm se mantido razoavelmente estáveis, com um discreto crescimento a partir de 2014 e nova queda nos dois últimos anos.

2.3.2 A avicultura no Paraná

No Paraná, o setor avícola é dominado por grandes empresas e cooperativas que atuam nesse mercado, sendo, portanto, referência nacional. O estado é o maior produtor nacional, possuindo o maior número de rebanhos avícolas do país (vide Tabela 6), sendo uma referência em tecnologia e organização de produção. A diversificação das atividades em terras rurais é de grande valia, principalmente na atual estrutura fundiária do Paraná (MONTEIRO, 2012).

A OCEPAR (2019) fornece dados para uma comparação entre os estados do país e as cidades do estado do Paraná com o maior número de propriedades avícolas (Tabela 5).

Tabela 5: Propriedades avícolas no Brasil e no Paraná

Propriedades avícolas por estado		Propriedades avícolas do Paraná	
Estado	Propriedades avícolas (1000 propriedades)	Cidade	Propriedades avícolas (1000 propriedades)
Bahia	407,9	Prudentópolis	4,6
Minas Gerais	341,5	Cruz Machado	2,4
Rio Grande do Sul	239,1	Pinhão	2,3
Ceará	236,5	Rio Bonito do Iguacú	2,2
Piauí	178,9	Quedas do Iguacú	2,2
Paraná	163,2	Ortigueira	2,1
Pará	147,6	Cascavel	2,0
Pernambuco	141,9	São Mateus do Sul	2,0
Maranhão	139,0	Pitanga	1,9
Santa Catarina	110,1	Francisco Beltrão	1,7

Fonte: OCEPAR (2019)

Também é possível uma comparação entre os estados do país e as cidades do estado do Paraná com o maior número de rebanhos avícolas, demonstrados na Tabela 6.

Tabela 6: Rebanhos avícolas no Brasil e no Paraná

Rebanhos avícolas por estado		Rebanhos avícolas por cidade do Paraná	
Estado	Rebanhos avícolas (1000 propriedades)	Cidade	Rebanhos avícolas (em bilhões de cabeças)
Paraná	347,7	Toledo	9,8
São Paulo	211,3	Dois Vizinhos	8,8
Santa Catarina	168,8	Cianorte	8,7
Rio Grande do Sul	159,3	Cascavel	7,6
Minas Gerais	124,4	Palotina	7,2
Goiás	100,6	Jaguapitã	7,0
Mato Grosso	58,2	Assis Chateaubriand	5,8
Mato Grosso do Sul	35,5	Nova Aurora	5,7
Espírito Santo	35,3	Cafelândia	5,5
Pernambuco	32,9	Santa Helena	5,3

Fonte: OCEPAR (2019)

Percebe-se que, apesar de em outros estados haver um maior número de propriedades criadoras de aves, o Paraná possui o maior número de rebanhos, e estes em geral se concentram na região oeste do estado.

O Paraná possui potencial agropecuário adequado para a avicultura, e esse setor é de grande importância estratégica para a economia da região. Atualmente, o setor possui 15.177

aviários registrados na Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SEAB, 2019). Destes, 13.446 (88,5%) são mantidos por integrados às indústrias e outros 1.731 pelas próprias indústrias ou de forma independente (11,5%). O estado abrange 41 empresas do setor, sendo 35 privadas e 6 cooperativas. Todos esses componentes da produção estimulam o desenvolvimento da região. O complexo agroindustrial de produção avícola no Paraná (indústria, agricultura, logística e comércio) cria mais de 50.000 empregos diretos e cerca de 500.000 empregos em toda a cadeia produtiva, conforme informação do Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná (SINDIAVIPAR, 2018). O estado do Paraná responde por 42,0% da produção na região sul, que por sua vez representa 55,3% da produção nacional. Assim, a importância do Paraná e da região sul para o Brasil está emergindo claramente como o poder econômico desse setor, gerando empregos, renda e impostos.

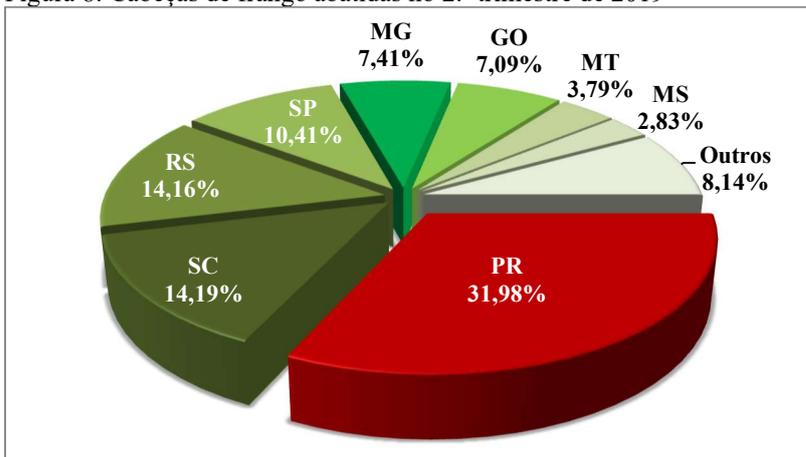
O maior produtor de frangos de corte na avicultura brasileira é do estado do Paraná, respondendo por 31,98% da participação nacional, seguido por Santa Catarina (14,19%) e Rio Grande Sul (14,16%), como demonstrado na Tabela 7 e na Figura 8.

Tabela 7: Cabeças de frango abatidas no 2.º trimestre de 2019

	Brasil	1.424.092.959	%
1º	Paraná	455.459.820	31,98%
2º	Santa Catarina	202.081.705	14,19%
3º	Rio Grande do Sul	201.622.891	14,16%
4º	São Paulo	148.309.133	10,41%
5º	Minas Gerais	105.523.242	7,41%
6º	Goiás	101.009.949	7,09%
7º	Mato Grosso	53.996.190	3,79%
8º	Mato Grosso do Sul	40.239.364	2,83%
	Outros	115.850.665	8,14%

Fonte: IBGE (2017)

Figura 8: Cabeças de frango abatidas no 2.º trimestre de 2019



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no IBGE (2017)

Conforme a OCEPAR (2019), a produção total de frangos de corte no Paraná aumentou significativamente nas últimas décadas. Por exemplo, a produção total de carne de frango no Paraná aumentou em média 13,6% ao ano entre 1980 e 2017, indo de 69,7 mil toneladas por ano para 2,8 milhões de toneladas por ano, em 37 anos.

Segundo a OCEPAR, o Paraná também é o maior exportador de frango do país, e o estado continua expandindo sua oferta. As receitas de exportação alcançaram um novo recorde, com um aumento de 8,8% de janeiro a julho de 2017 em comparação com o mesmo período do ano anterior. De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, a receita aumentou de US\$ 1,28 bilhão para US\$ 1,39 bilhão no período. Somente o estado do Paraná respondeu por 35,2% da exportação de frango no país.

De janeiro a agosto de 2018, o Paraná exportou 1.013.198 toneladas de frango, representando um faturamento de 1,56 bilhão de dólares, segundo a OCEPAR (2019), como apresentado na Tabela 8.

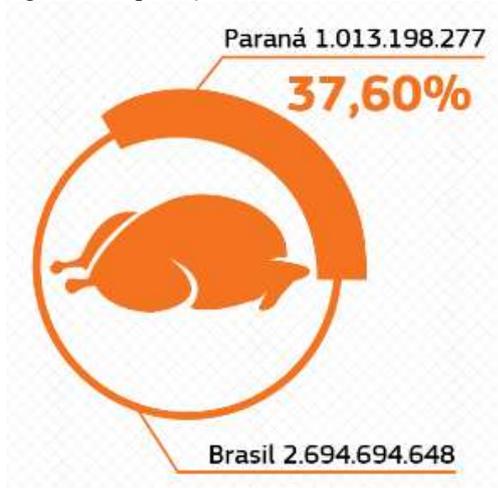
Tabela 8: Exportação e abate no Paraná

 EXPORTAÇÃO			 ABATE (cabeças)		
2018	toneladas	US\$	Mês	2017	2018
Maio	127.614	193.512.193	Maio	157.000.616	119.964.824
Junho	99.470	150.661.709	Junho	143.742.201	155.608.306
Julho	171.334	264.753.383	Julho	151.239.817	141.855.680
Agosto	142.268	229.451.338	Agosto	161.813.600	156.087.724
Acumulado	1.013.198	1.560.046.961	Acumulado	1.206.009.555	1.170.625.856

Fonte: OCEPAR (2019)

Neste período, a exportação feita pelo Paraná correspondeu a 37,6% da exportação nacional, conforme a Figura 9.

Figura 9: Exportação no Paraná



Fonte: OCEPAR (2019)

2.3.3 Cooperativas de Avicultura

Nos últimos anos, a região oeste do Paraná registrou um aumento no efetivo de aves com a entrada de cooperativas agrícolas nesse ramo agroindustrial. Cinco grandes cooperativas agrícolas, fundadas nas décadas de 1960 e 1970 e com sede em municípios da mesorregião oeste paranaense, estabeleceram várias agroindústrias, incluindo abatedouros de frangos, como segue: C.VALE (C. Vale Cooperativa Agroindustrial), em Palotina; COPACOL (Cooperativa Agroindustrial Consolata), em Cafelândia; COPAGRIL (Cooperativa Agroindustrial Copagrill), em Marechal Cândido Rondon; COOPAVEL (Cooperativa Agroindustrial de Cascavel), em Cascavel; e LAR (Lar Cooperativa Agroindustrial), com sede em Medianeira (OCEPAR, 2018). Além dessas cooperativas na região oeste, a COASUL (Coasul Cooperativa Agroindustrial), fundada em 1969 no município de São João, sudoeste do Paraná, iniciou suas atividades avícolas em 2009 (OCEPAR, 2018). Em geral, todas as cooperativas têm como base a produção de grãos, principalmente milho e soja. O estabelecimento de granjas especializadas em aves por cooperativas, principalmente no oeste do Estado, começou na década de 1980 com o objetivo de industrializar matérias-primas, diversificar a produção e melhorar a lucratividade. As cooperativas estimularam as economias das comunidades afetadas e são caracterizadas por volumes de produção e criação de empregos, resultando em concentrado poder econômico e político (MONTEIRO, 2012).

A avicultura industrial e a produção integrada são atividades realizadas por cooperativas no oeste do Paraná, motivadas por condições regionais favoráveis, como a produção em larga escala de milho e soja (grãos básicos na alimentação das aves) e expansão do mercado interno e externo de carne de frango (MONTEIRO, 2012).

Esse assunto será melhor aprofundado no capítulo 4, Descrição e Análise de Resultados, que tratará do histórico das cooperativas paranaenses e da sua relevância para a avicultura do Paraná.

2.4 AS MOTIVAÇÕES PARA A DIVULGAÇÃO: A TEORIA DA DIVULGAÇÃO E A TEORIA DA LEGITIMIDADE

2.4.1 A Teoria da Divulgação

O *disclosure* é um fenômeno complexo, portanto uma teoria simples poderia dar apenas uma explicação parcial (HOPE, 2003). Para Verrecchia (2001), inexistente uma teoria que abranja e que seja sólida com relação às informações emitidas pelas organizações, de forma que o que há é um conjunto de direcionadores que ajudam a integrar os estudos. Entretanto, Dye (2001) argumenta que a Teoria da Divulgação já se encontra em um estágio avançado, podendo ser considerada como desenvolvida.

A Teoria da Divulgação se inicia como uma área de estudo positivo da contabilidade no final do século XX, e contesta a contabilidade normativa em relação à metodologia e objetivos, ao se basear em evidências empíricas e modelos de análise resultante da teoria econômica para explicar e prever a realidade (ROVER et al., 2009).

Os mesmos autores acima afirmam que o principal objetivo da Teoria da Divulgação é explicar a ocorrência da divulgação das informações financeiras:

- a) *Divulgação baseada na associação*: comporta estudos que investigam a relação entre as divulgações financeiras e como os investidores se comportam, refletindo variáveis como preço, risco e liquidez de ativos. Nestas pesquisas, a divulgação não é uma das variáveis a serem explicadas, por isso é considerada como sendo exógena;

- b) *Divulgação baseada em julgamento*: abrange os estudos que tentam explicar os motivos da divulgação, considerando o comportamento dos que divulgam (empresas e/ou administradores) e dos que recebem (investidores ou mercado financeiro como um todo). Neste caso, o processo de divulgação é endógeno ao modelo de análise, e a informação já existe, sendo conhecida pela entidade divulgadora, o que a torna *ex post* em combinação ao momento da divulgação;
- c) *Divulgação baseada na eficiência*: pode ser caracterizada como uma abordagem *ex ante* dos arranjos de divulgação, uma vez que dá preferência a empresas sem condições de divulgação.

As categorias da divulgação são detalhadas a seguir, na Tabela 9:

Tabela 9: Características da Divulgação das Categorias de Pesquisa

Categorias de Pesquisa	Características da Divulgação	
	Momento de Ocorrência da Divulgação (<i>ex ante</i> ou <i>ex post</i>)	Processo de Divulgação (endógeno ou exógeno)
Associação	<i>ex post</i>	Exógeno
Julgamento	<i>ex post</i>	Endógeno
Eficiência	<i>ex ante</i>	não aplicável

Fonte: Salotti e Yamamoto (2005)

De acordo com o contexto acima, Verrecchia (2001) afirma que as empresas divulgam informações segundo aquilo que a favorece, deixando de lado informações negativas. No entanto Dye (2001) discorda em parte, mencionando que essa questão deve ser melhor estudada, pois existem empresas que divulgam até mesmo informações negativas – a entidade fará ou não *disclosure* na proporção em que este seja favorável ou não à empresa.

Para Salotti e Yamamoto (2005), uma empresa com ótimas perspectivas financeiras tem um incentivo maior para demonstrar seus detalhes, ou seja, os custos relacionados a essa divulgação serão compensados pelos benefícios, porque a não divulgação dessa informação levará o mercado a interpretar que as perspectivas financeiras dos próximos anos serão ruins. Verrecchia (2001), tem a mesma opinião, mencionando que as empresas de grande porte, com grande lucratividade, possuem maior capacidade de suportar possíveis gastos relacionados ao processo de divulgação.

De acordo com Salotti e Yamamoto (2005) as pesquisas sobre divulgação baseada em associação têm sido bem-sucedidas, uma vez que oferecem caracterizações detalhadas sobre as relações ou associações entre a divulgação, mudanças de preços, volume de negócios ou outro fenômeno de mercado.

2.4.2 A Teoria da Legitimidade

A Teoria da Legitimidade considera o relacionamento entre as empresas e a sociedade em que atua. Essa relação é exemplificada como sendo um contrato, em que cláusulas não são diretamente analisadas, mas estão impressas para conhecimento dos integrantes da sociedade. Com esse contexto, a sociedade interfere nas empresas de acordo com suas expectativas e seus valores, e as empresas afetam a sociedade e a percepção dela sobre sua atividade. A divulgação voluntária de seus dados concernente às suas ações é uma das principais fontes de legitimidade da empresa (ROVER et al., 2009).

De acordo com Oliveira, Machado e Beuren (2012), a legitimidade é o resultado quando a sociedade percebe que a empresa atua de acordo com normas vigentes. Assim, a conquista da legitimidade não é limitada, levando em consideração que há uma dinâmica das expectativas do mercado quanto à atuação das empresas, que o mercado compreende todos os *stakeholders*, e que seus interesses são vários e suas expectativas podem ser diferentes.

A Teoria da Legitimidade defende que as empresas devem se certificar constantemente de que sua atuação esteja de acordo com normas e valores aceitos pela sociedade e garantir que suas atividades sejam ‘legítimas’ (ISLAM E DEEGAN, 2008).

Relacionado à divulgação de informações socioambientais, Farias (2009) destaca que tal evidenciação pode ser considerada um instrumento para a conquista da legitimação da “vontade social” e é efetivada devido à preocupação com a percepção que os *stakeholders* têm da empresa e da forma com que estes são expostos às informações sobre a atuação da empresa. O mesmo autor menciona ainda que a divulgação dessas informações oscila entre as empresas de acordo com a região de instalação, o tamanho e a quantidade de impacto ambiental produzido por suas atividades.

Para Machado, Murcia e Machado (2009), as empresas potencialmente poluidoras são obrigadas por agentes externos a divulgar, adotar e investir em ações socialmente responsáveis, uma vez que devem diminuir os impactos causados ao meio ambiente, visando a preservação, como forma de alcançar legitimidade social. Similarmente, Deegan e Blomquist (2006), e posteriormente Cho e Patten (2007), enfatizam que a legitimidade empresarial está associada à divulgação de informações socioambientais, como uma espécie de conquista relacionada à recuperação do meio ambiente.

A evidenciação através de relatórios tem como finalidade divulgar ações e ganhar a legitimidade de comportamentos e atividades. Entende-se que a partir da apresentação de

informações de caráter patrimonial, econômico, financeiro e social, a empresa pode evidenciar o diferencial para seus agentes e *stakeholders*, dando estes dados para análise e acompanhamento de seu desempenho e atuação (PARSA e KOUHY, 2001).

Segundo Nossa (2002), apesar de ser considerado um assunto relevante, com a finalidade de legitimação no mercado e da necessidade de práticas de divulgação mais sólidas, ainda não há um consenso em relação ao conteúdo que deve constar nos relatórios. A literatura sugere que a evidenciação voluntária de informações socioambientais, através do relatório anual corporativo, pode ajudar a resolver alguns dos problemas que cercam a realização de legitimidade organizacional (DEEGAN, 2002). A Teoria da Legitimidade tem sido muito utilizada nesses estudos, apoiando a ideia de que as divulgações de informações socioambientais serão mantidas ou alteradas ao longo do tempo para evitar crises de legitimidade. De acordo com Belal e Owen (2007), inicialmente, estas pesquisas analisaram o conteúdo desses relatórios, com perspectivas de aumentar a legitimidade das partes interessadas, na tentativa de explicar a prática, ao invés de simplesmente descrevê-la.

Para Garcia, Peleias e Peters (2014), a Teoria da Legitimidade vem sendo aplicada pelas organizações, levando em consideração a quantidade ampla de informações divulgadas em relatórios de sustentabilidade, relatórios anuais ou até mesmo de atividades ambientais e sociais divulgadas na Internet. Os mesmos autores destacam as certificações em seus processos de gestão ambiental relacionadas a normas da série ISO 14001. Os sistemas de legitimação e de gestão de impressão são usados, especialmente, quando as empresas realizam o chamado *disclosure* narrativo, quando divulgam suas informações para o mercado, através de vários relatórios de gestão (GARCIA, PELEIAS E PETERS, 2014).

Deegan (2002) afirma ainda que os dirigentes das empresas desempenham uma função primordial em perceber como a sociedade visualiza a organização. Caso suas atividades não estejam de acordo com o contrato social, os gestores terão de efetuar correções, que necessitarão serem divulgadas para conhecimento da sociedade. De forma alternativa, uma organização pode não ser considerada legítima por conta de situações particulares que impactaram no entendimento de sua legitimidade (PATTEN, 1992).

Com base nessa teoria, as empresas que enfrentam uma maior exposição ao julgamento da sociedade, como as empresas com pior desempenho ambiental, forneceriam mais ampla compensação ou divulgações ambientais positivas, numa tentativa de conter ameaças à sua legitimidade. O estudo de Deegan (2002) comprovou que a divulgação ambiental é utilizada como uma ferramenta de legitimidade. Sendo assim, a Teoria da Legitimidade é relevante para explicar os fatores que levam as organizações a divulgarem voluntariamente informações

socioambientais. Isto porque as empresas que pretendem se estabelecer no mercado geralmente buscam equilíbrio entre os valores sociais integrados às suas operações e as normas sociais ou de comportamento aceitáveis no sistema social de que fazem parte.

As perspectivas fornecidas pela Teoria da Legitimidade indicam que as organizações fazem parte de um sistema social e existem na medida em que a sociedade considera que elas são legítimas e necessárias. Segundo Deegan (2002), a literatura atual fornece indicações de que a evidenciação social e ambiental é motivada por um desejo da administração em legitimar vários aspectos de suas respectivas organizações. Nesse sentido, os gestores tendem a utilizar os relatórios socioambientais como uma estratégia organizacional para manter a sua sobrevivência.

A Teoria da Legitimidade sugere que a divulgação de informações socioambientais é uma função de exposição à pressão da opinião governamental na esfera política e social (CHO E PATTEN, 2007). Corroborando essa argumentação, Rover (2009) frisou que a incapacidade dos gestores em atingir a legitimidade das atividades das empresas leva a pressões de grupos na sociedade, o que, em último caso, resulta em uma interferência pública, gerando aumento de regulação, licenças, impostos, ou até mesmo de restrições legais. Os gastos decorrentes destas interferências constituem o incentivo econômico pela busca da legitimidade contínua.

2.5 ESTUDOS SOBRE *DISCLOSURE* AMBIENTAL

Segundo Cardoso, Luca e Almeida (2016), verifica-se uma grande discussão relacionada aos aspectos socioambientais das organizações, especialmente sobre a maneira como suas atividades empresariais socialmente responsáveis estão sendo divulgadas. O fundamento dessas questões baseia-se em algumas abordagens teóricas, em especial a Teoria do *Disclosure* Voluntário e Teoria da Legitimidade, que já têm sido discutidas a nível internacional (CAMPBELL, 2003; ALTUWAIJRI, CHRISTENSEN e HUGHES II, 2004; HOSSAIN, ISLAM e ANDREW, 2006; BRAMMER e PAVELIN, 2008; STANNY e ELY, 2008; SPENCE, 2009; KAENZIG et al., 2011).

No Brasil, os primeiros estudos sobre evidenciação ambiental foram feitos por Ribeiro (1992) em sua Dissertação de Mestrado, e depois pelo mesmo autor em 1998, em sua Tese de Doutorado. Seguindo a mesma linha de pesquisa, Ferreira (1998) também abordou o assunto em sua Tese de Doutorado.

Analisando a literatura existente sobre o assunto, ficou evidente que, segundo Damak-Ayadi (2008), e mais tarde destacado na Dissertação de Mestrado de Rover (2009), existe uma divisão em três categorias:

- a) *Estudos descritivos* que relatam a natureza e extensão da divulgação, assim como a comparação entre países, setores e/ou períodos;
- b) *Estudos explicativos* que tratam dos determinantes da divulgação social e ambiental;
- c) *Estudos sobre o impacto da informação social e ambiental*, principalmente quanto à reação do mercado.

Nesta dissertação serão destacadas as categorias **a** e **b**, que destacam estudos descritivos e explicativos em relação à evidência ambiental.

Tratando-se de estudos descritivos e explicativos, o setor de Papel e Celulose merece destaque. Paiva (2001) retratou a questão de evidenciar gastos ambientais e, mais tarde, Nossa (2002) analisou o conteúdo de relatórios anuais no quesito ambiental das maiores empresas brasileiras e do exterior ligadas ao setor de papel e celulose. Posteriormente, Rover (2009) referenciou o trabalho desses dois autores, e mencionou que os resultados combinam com a teoria existente, pois o *disclosure* ambiental apresentado difere entre as empresas com relação ao seu porte, ao país de localização e ao tipo de relatório. Convém destacar que os autores Borba, Rover e Murcia (2006) compararam o *disclosure* de informações ambientais divulgadas no Brasil e nos Estados Unidos durante o período de 2002 a 2004, por meio da análise das DFPs e dos Relatórios 20-F das empresas brasileiras listadas na NYSE. Os mesmos autores também haviam analisado em 2005 a evidência das informações ambientais divulgadas pelas empresas brasileiras que possuem American Depositary Receipt (ADR) nível III.

Ainda mencionando o ramo de papel e celulose, foram analisadas em 2007 informações ambientais disponibilizadas nos *sites* das empresas e da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), e foi constatado que a falta de uniformidade na estrutura dos relatórios divulgados pelas entidades prejudica a análise das informações (COSTA e MARION, 2007).

Outro estudo está relacionado a diferenças na divulgação voluntária de informações ambientais disponibilizadas na internet e nos relatórios contábeis. Constatou-se que existem diferenças significativas na quantidade de informações divulgadas, encontrando maior volume de informações nos sites das companhias (CALIXTO, BARBOSA e LIMA, 2007).

Referente a estudos sobre demonstrações financeiras e demais relatórios de empresas brasileiras e fatores que influenciam na evidência ambiental, destacam-se os trabalhos de Murcia et al. (2008) e Braga e Salotti (2008).

Para Braga e Salotti (2008) existem relações positivas e significativas entre o nível de *disclosure* ambiental e as variáveis: tamanho, riqueza criada e natureza da atividade. Corroborando com essa afirmação, Murcia et al. (2008) mencionaram que as variáveis tamanho da empresa e participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial são significativas para a explicação do *disclosure* voluntário ambiental.

Rover (2009) concluiu sua dissertação de mestrado identificando as características da informação ambiental e os fatores que determinam sua divulgação voluntária pelas empresas brasileiras potencialmente poluidoras. Foram analisadas as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) e os Relatórios de Sustentabilidade (RS) do período de 2005 a 2007. O estudo consistiu em empresas de capital aberto com ações listadas na BOVESPA, e pertencentes a setores de alto impacto ambiental segundo a Lei n.º 10.165/2000, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Nos três anos analisados, as 57 empresas investigadas evidenciaram um total de 6.182 sentenças relacionadas ao meio ambiente, nas 165 DFPs e nos 31 RS analisados. Percebeu-se um crescimento na evidenciação ambiental ao longo do período investigado, especialmente do ano de 2006 para o ano de 2007 (ROVER, 2009).

Em 2013, em sua Tese de Doutorado, utilizando a Teoria da Divulgação, Rover identificou que o *disclosure* socioambiental afeta de maneira marginal o custo de capital próprio das empresas brasileiras, destarte que sua associação pode ser visualizada apenas como divulgação do Relatório de Sustentabilidade elaborado de acordo com as diretrizes GRI e com o *disclosure* socioambiental desfavorável (ROVER, 2013). A tese em questão se concentrou no *disclosure* social e ambiental, com análise das DFPs e dos Relatórios de Sustentabilidade, possuindo uma métrica mais ampla para captar esse tipo de divulgação do que estudos desenvolvidos por Rover, Borba e Murcia (2009) e Gonçalves (2013). Também buscou identificar se a publicação do Relatório de Sustentabilidade impactou o custo de capital próprio das empresas.

Em relação à evidenciação ambiental em Cooperativas, Schultz et al. (2012) determinaram o nível de *disclosure* voluntário de empresas cooperativas agropecuárias comparando com empresas de capital aberto do mesmo ramo. O estudo se concentrou na análise das demonstrações financeiras do ano de 2008. No total, foram analisadas as demonstrações de 24 empresas de capital aberto e de 14 empresas cooperativas agropecuárias. A amostra do estudo se baseou na lista das empresas com ações negociadas na Bovespa no setor de agropecuária e nas cooperativas listadas no site da revista Exame como “As Maiores Empresas por Vendas em 2008” do segmento agropecuário.

Anzilago (2015), em sua Dissertação de Mestrado, verificou se com as informações constantes nos relatórios sociais das cooperativas agroindustriais do estado do Paraná haveria a possibilidade de elaborar o Relatório Abrangente apresentado pela GRI G4. Os resultados da pesquisa mostraram que todas as cooperativas analisadas divulgaram informações de natureza ambiental, porém apresentaram carência de informações (ANZILAGO, 2015).

Santana et al. (2017) se concentraram na verificação de relatórios anuais de 2015. Os dados foram retirados do ranking das “400 maiores empresas do agronegócio” da revista Exame. Da amostra de 62 cooperativas constantes no ranking, somente 23 divulgaram relatório anual, que foram utilizadas na pesquisa. A análise da amostra foi feita com base na obra de Schultz et al. (2012) mencionada acima. Por fim, Sehn, Zanchet e Gomes (2018) analisaram as informações ambientais voluntárias divulgadas pelas cooperativas agroindustriais brasileiras, a fim de detectar e interpretar as manobras adotadas por essas empresas para atingir, manter ou recuperar legitimidade e ainda, se fazem isso de forma habitual, cognitiva ou moral. Os resultados desta pesquisa mostraram que a divulgação voluntária de informações ambientais pelas cooperativas analisadas apresenta ênfase no objetivo de ganhar legitimidade. Desse modo, a organização adota novas ações visando seu aceite por parte da sociedade.

2.6 CONTABILIDADE E EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL

Conceição et al. (2014), afirmaram que a contabilidade é uma excelente ferramenta de registro, reconhecimento, análise, informação e interpretação das operações empresariais aos administradores, acionistas, sócios e investidores em geral, se configurando como o melhor mecanismo de administração à disposição do gestor, cujos resultados levantados podem ser disponibilizados à sociedade, de forma relativamente fácil, mediante a apresentação de balanços, que incluam as respostas aos questionamentos sociais.

A contabilidade é considerada no mundo como uma das ciências mais antigas, tendo desde a sua criação a finalidade de mensurar o patrimônio, ou seja, a riqueza humana. Com o passar dos séculos, as mutações patrimoniais, acompanhadas da ascensão da economia, criaram novas técnicas de mensuração, identificação e evidenciação dos eventos financeiros e econômicos, bem como as modificações que estes causam no patrimônio (SANTOS et al., 2001).

Segundo Conceição et al. (2014), a Contabilidade Ambiental teve surgimento em 1970, período este em que as empresas passaram a se preocupar com os problemas ambientais. Mais precisamente, com a crise do petróleo em 1974 o produto chegou a um altíssimo custo e estava em escassez, havendo a necessidade de mais controle.

A Contabilidade Ambiental representa a quantificação dos benefícios e prejuízos que a industrialização, ou a prestação de um serviço, pode causar impactando o meio ambiente. Um grande conjunto de procedimentos e planejamentos estão envolvidos no desenvolvimento de um projeto que leva em consideração a preocupação ambiental (CONCEIÇÃO et al., 2014).

A Contabilidade Ambiental foi fortalecida em fevereiro de 1998, com a criação do “Relatório Financeiro e Contábil Sobre Passivo e Custos Ambientais” pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais e Relatórios (CONCEIÇÃO et al., 2014).

Rover (2009), em uma adaptação do trabalho de Epstein (2003), apresenta uma linha histórica da evolução da Contabilidade Social, englobando também a Contabilidade Ambiental, da década de 1960 até hoje, como mostra a Tabela 10.

Tabela 10: Estágios da evolução da Contabilidade Social

Estágio	Anos	Características
1	1960-1969	<p>Antecedentes da Contabilidade Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de programas governamentais sociais • Aumento da agitação social • Surgimento da preocupação social com o papel das empresas na sociedade
2	1970-1977	<p>Nascimento e Desenvolvimento Inicial da Contabilidade Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da preocupação das empresas com os impactos sociais • Contribuições acadêmicas para o desenvolvimento de modelos para mensuração e evidenciação dos impactos sociais das empresas • Experimentações empresariais com a Contabilidade Social
3	1978-1986	<p>Declínio da Contabilidade Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Declínio da agitação social em torno das questões sociais • Falta de institucionalização das preocupações sociais, quer na comunicação corporativa interna ou externa ou na tomada de decisão
4	1987-1998	<p>Renascimento do Interesse na Contabilidade Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da regulamentação ambiental • Aumento da preocupação pública e empresarial com os impactos globais sociais, incluindo meio ambiente, direitos humanos, diversidade de trabalhadores, ética e produtos de qualidade

Redesenvolvimento da Contabilidade Social		
5	1999-presente	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de modelos de mensuração e normas para divulgação externa social • Desenvolvimento de técnicas para melhor identificar, mensurar e gerenciar os impactos sociais, com vistas à sua integração nas decisões gerenciais.

Fonte: Adaptado pelo autor de Rover (2009)

Em se tratando de “relatórios financeiros”, Iudícibus (2015) afirmou que a evidenciação é o termo de comprometimento intransferível da contabilidade com seus próprios objetivos e usuários. No que tange a esta obrigação, a contabilidade tem por finalidade fornecer informações úteis aos usuários, compreendendo como útil aquela informação suficiente para influenciar a tomada de decisões.

Segundo Costa (2011), a contabilidade ecológica, contabilidade ambiental, ou contabilidade do meio ambiente, como alguns chamam, é uma área a que muitos estudiosos têm dado consideração. A partir deste contexto, o estudo do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) das organizações define o significado da contabilidade ambiental. Além disso, seu objetivo é fornecer aos seus usuários (internos e externos) informações sobre os fatores ambientais que causam modificações no patrimônio, bem como identificar, mensurar e evidenciar (SANTOS et al., 2001).

A contabilidade ambiental tem como preocupação mensurar os resultados ambientais, ou seja, levantar o valor de um patrimônio florestal ou eventos econômicos e financeiros relacionados ao meio ambiente. Segundo Martins e Ribeiro:

A mensuração econômico-financeira-física das atividades que envolvam o controle ambiental é de extrema relevância para o êxito da gestão ambiental, econômica e global da empresa no que tange ao estabelecimento dos investimentos que devem ser planejados obedecendo a prioridade e restrições de ordem econômico-financeira da empresa. (MARTINS e RIBEIRO, 1995, p. 18)

De acordo com Conceição et al. (2014), as inovações desenvolvidas pela Contabilidade Ambiental estão relacionadas a pelo menos quatro situações:

- a) o conceito do custo ambiental;
- b) a maneira de mensuração do passivo ambiental;
- c) o uso de notas explicativas abrangentes; e
- d) a utilização de indicadores de atuação ambiental de forma padronizada de informações ao público.

Os ativos ambientais diferem de acordo com os ramos de atividade de cada empresa e correspondem aos recursos econômicos controlados por uma organização, como resultado de

transações ou eventos passados, e dos quais se espera obter benefícios futuros (RIBEIRO, 2005).

Corroborando com a definição acima, Conceição et al. (2014) mencionam que os Ativos Ambientais são todos os bens e direitos com a finalidade de controlar, preservar e recuperar o meio ambiente, podendo estar no formato de capital circulante ou capital fixo. São eles:

- a) estoques dos insumos usados no processo de diminuição ou eliminação dos níveis de poluição;
- b) investimentos adquiridos ou produzidos com intenção de minimizar a degradação ao meio ambiente;
- c) gastos com pesquisas, com o objetivo de desenvolver modernas tecnologias, de médio e longo prazo, desde que tragam benefícios para a empresa.

O passivo ambiental, por sua vez, representa as obrigações dos gastos que trarão benefícios futuros com a redução dos danos ou agressão causados contra o meio ambiente. Refere-se aos benefícios econômicos ou aos resultados que serão sacrificados em razão da necessidade de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente, de modo a permitir a compatibilidade entre este e o desenvolvimento econômico, ou em decorrência de uma conduta inadequada em relação a estas questões (RIBEIRO, 2005).

Similarmente, para Conceição et al. (2014), passivos ambientais referem-se a benefícios econômicos, que serão sacrificados em função de obrigações contraídas voluntária ou involuntariamente destinadas à aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente perante terceiros, como contrapartida de um ativo ou custo ambiental. Tem origem em gastos relativos ao meio ambiente, como toda agressão que se pratica ou se praticou contra o meio ambiente, o valor gasto para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações. Passivo Ambiental representa toda e qualquer obrigação de curto e longo prazo, destinados única e exclusivamente a promover investimentos em prol de ações relacionadas à extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente, inclusive percentual do lucro do exercício, com destinação compulsória, direcionada a investimentos na área ambiental. Passivo Ambiental deve ser reconhecido quando existe uma obrigação por parte da empresa que incorreu em um custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. Portanto, esse tipo de passivo é definido como sendo uma obrigação presente que surgiu de eventos passados. Passivo ambiental está dividido em capital de terceiros e capital próprio, os quais compõem as origens de recursos da entidade.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 1.003/04, aprovou a NBC T 15, com vigor a partir de 1º de janeiro de 2006, que:

[...] estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade [...], devendo ser divulgada como informação complementar às demonstrações contábeis, [...] não se confundindo com as notas explicativas. (CFC, 2019)

No que diz respeito à divulgação, Iudicibus (2015) enfatiza que a evidenciação deve conter informações que influenciam significativamente a apresentação dos resultados e do balanço patrimonial, além de mudanças significativas de um período para o próximo, mudanças ou eventos relevantes que podem afetar as expectativas, caso contrário isso tornaria as demonstrações financeiras enganosas.

Para Costa (2011), mais e mais empreendedores serão pressionados a divulgar de forma transparente seu desempenho ambiental. Caso contrário, eles comprometerão a continuidade de suas atividades. Mas o que divulgar?

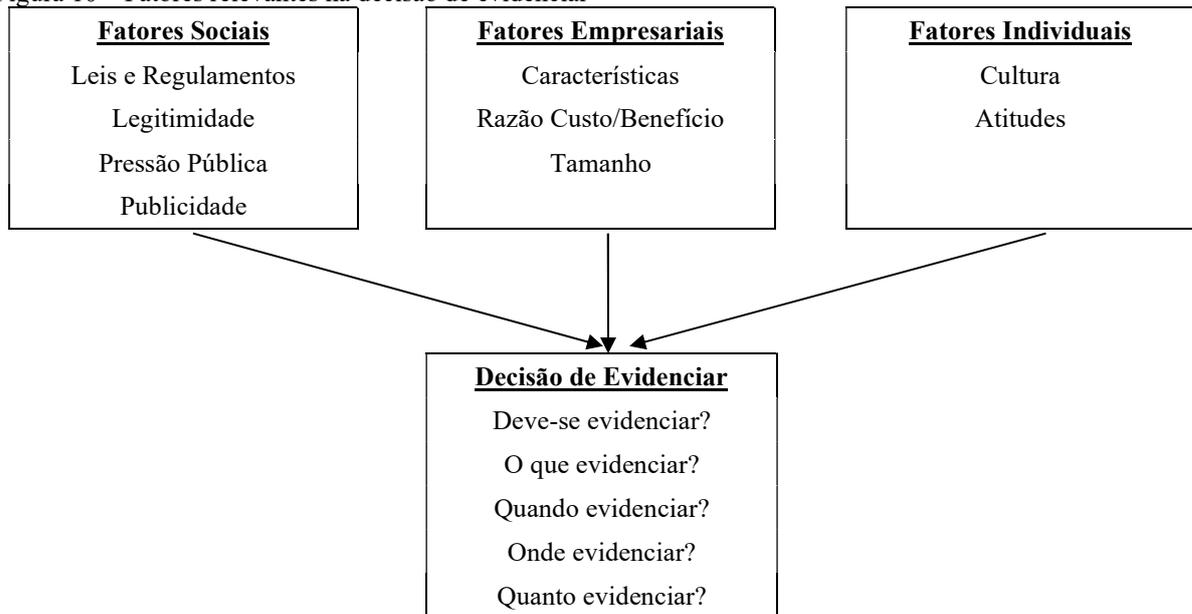
Para Nossa (2002), o que deveria ser incluído nos relatórios de contabilidade ambiental gerou muita discussão entre vários pesquisadores e órgãos institucionais que trabalham nesta área. Muitos até sugerem não apenas incluir requisitos legais, mas também outras informações voluntárias sobre questões ambientais, além das exigidas. Várias diretrizes e recomendações na área de contabilidade ambiental podem agora ser encontradas. Os aspectos financeiros da contabilidade ambiental devem se tornar cada vez mais claros à medida que a demanda e a pesquisa sobre essas informações aumentam.

Concomitantemente, Ribeiro (2005) menciona que a divulgação ambiental implica em fazer algumas perguntas:

- a) **o quê:** todas as informações sobre eventos e transações relacionadas ao problema ambiental;
- b) **como:** com o grau de detalhe exigido pela relevância dos valores e pela natureza das despesas, referindo-se ao relacionamento da entidade com o meio ambiente;
- c) **quando:** o lançamento contábil deve ser efetuado quando o evento tributável ocorrer ou quando existirem informações adicionais e adicionais;
- d) **onde:** idealmente, no corpo das demonstrações financeiras e notas, dependendo da extensão e natureza das informações a serem fornecidas.

A Figura 10 demonstra a relação entre essas questões.

Figura 10 – Fatores relevantes na decisão de evidenciar



Fonte: Adaptado pelo autor de Rover (2009)

Evidenciação (ou *disclosure*) pode ser definida como as informações contábeis qualitativas ou quantitativas divulgadas pela empresa por meio de canais formais ou informais. Seu principal objetivo é ajudar os usuários a tomar decisões e perceber os riscos e oportunidades que a empresa apresenta (COELHO et al., 2013).

De acordo com Paiva (2006), a divulgação de informações ambientais demonstra a preocupação da empresa com o meio ambiente, visando melhorar sua imagem diante da opinião pública. Além disso, a valorização do meio ambiente, tornada pública por meio de divulgações contábeis, mantém os investidores atuais e atrai potenciais investidores.

Segundo Coelho et al. (2013), um dos aspectos relacionados à divulgação de informações ambientais é que os benefícios gerados pela divulgação dessas informações excedem seus custos. Visto que essa divulgação gera custos e seu objetivo é maximizar o valor da empresa, os dirigentes tendem a divulgar apenas as informações que geram crédito, enquanto as informações que podem fazer mal à sua reputação não são divulgadas. Por outro lado, as empresas podem divulgar voluntariamente informações que são desfavoráveis para elas, quando acreditam que podem sofrer consequências adversas se não divulgarem, pois o investidor racional interpreta informações não divulgadas como informações desfavoráveis à empresa.

Voss et al. (2013) citam o estudo de Jenkins e Yakovleva (2006), sobre empresas de mineração que demonstraram iniciativa voluntária em divulgar assuntos ambientais. Os motivos apresentados para responsabilidade social corporativa e iniciativas voluntárias

incluem: opinião do setor, grupo de pressão, setor financeiro e dificuldades em obter a licença de operação.

Para Fernandes (2013), mudanças climáticas, acidentes ambientais, protocolos e conferências ambientais organizadas têm sido fatores cruciais para o aumento da cobrança dos *stakeholders* quanto à divulgação de informações ambientais pelas empresas. Como resultado dessa exigência, as empresas começaram a adotar práticas sustentáveis para serem mais competitivas e manter sua legitimidade de mercado, resultando em um aumento na divulgação de informações ambientais voluntárias em relatórios financeiros, nos sites das empresas e por meio da publicação de relatórios voluntários como IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e GRI (*Global Report Initiative*).

Para Almeida-Santos (2012), com exceção de determinados setores regulados, a maioria das empresas brasileiras não é obrigada a divulgar informações ambientais. No entanto, muitas já adotam essa prática porque, além de sua consciência social e ambiental, as empresas acreditam que serão mais bem vistas pelos *stakeholders*, gerando uma boa reputação no mercado.

Assim, a teoria do *disclosure* voluntário ajuda a entender os fatores que levam as empresas a divulgar informações voluntariamente. Voss et al. (2013) menciona que a medida de divulgação ambiental é atribuída de acordo com vários critérios. O estudo de Rosa, Ensslin e Ensslin (2012) identifica, de 1991 a 2010, as principais pesquisas sobre os critérios utilizados: ações voluntárias para o desenvolvimento sustentável; abordagem gerencial; áreas degradadas; água; biodiversidade; auditoria; clima; canal de comunicação; comunicação; combustíveis fósseis (transporte); conformidade legal; comunidade, funcionários e consumidores; contabilidade ambiental; conservação e preservação de recursos naturais; Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA); efluentes; energia; emissões atmosféricas; gerenciamento de impacto e situações de emergência; obrigação legal futura; legitimidade; investimentos e despesas; monitoramento, avaliação do ciclo de vida e cadeia de suprimentos; materiais; pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços; metas e objetivos; planejamento; questões e sanções pendentes; poluição; política; responsabilidade profissional; resíduos; seguros e concessões; resultados econômicos; transporte; sistema de gestão ambiental e certificações; treinamento/educação; tratamento de impactos.

Segundo Murcia et al. (2008) e Rover et al. (2009), as empresas geralmente usam Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) para fornecer aos usuários a maioria das informações sobre seu desempenho em relação ao meio ambiente. Como resultado, existem evidências empíricas que atestam a divulgação de informações ambientais nas DFPs de

empresas brasileiras de capital aberto, levantando questões sobre os determinantes que levam essas empresas a divulgar voluntariamente esse tipo de informação.

Como forma de comunicação com os seus investidores e demais partes interessadas, as práticas relacionadas à responsabilidade ambiental das companhias costumam ser evidenciadas em relatórios de natureza voluntária, chamado de Relatório Anual ou Relatório de Sustentabilidade (ABREU, 2016).

Os relatórios corporativos, frequentemente denominados Relatórios Anuais, ou Relatórios de Sustentabilidade, consistem em documentos de natureza não obrigatória cujo conteúdo engloba informações financeiras das companhias em diversos aspectos, especialmente quanto à governança corporativa e sustentabilidade da empresa sob a ótica econômica, social e ambiental – o “tripé” da sustentabilidade. Estes relatórios, geralmente disponíveis na seção de seu site eletrônico destinado à relação com investidores, em conjunto com outros relatórios financeiros, inclusive os exigíveis pela legislação societária em vigor e pela CMV, têm sido objeto de estudo em trabalhos nacionais e internacionais quanto à evidenciação das informações ambientais apresentadas, inclusive na interação entre variáveis (ABREU, 2016).

O ponto fundamental é estabelecer, por meio da interação com as outras ciências envolvidas, mecanismos para identificar, medir, registrar, demonstrar e analisar fatos conectados às relações ambientais (COSTA, 2011).

Ainda não existe um único padrão metodológico para a elaboração de um relatório de responsabilidade social e ambiental. Conforme mencionado anteriormente, a Resolução 1003-2004 aprovou a NBC T 15 (Norma Brasileira de Contabilidade) – Informações de Natureza Social e Ambiental – que estabelece o proceder básico para a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, entretanto, não estabelece um modelo de relatório.

Entre as iniciativas destinadas a estabelecer parâmetros para a elaboração de relatórios socioambientais, destacam-se algumas organizações como o IBASE, em nível nacional, e a *Global Reporting Initiative* (GRI), a nível internacional. Estas têm desenvolvido modelos para composição do Balanço Social e do Relatório Socioambiental (ROVER, 2009).

Outro fator importante analisado nesses estudos é o contexto em que estas pesquisas foram realizadas, tanto em economias de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Cabe ressaltar que as pesquisas sobre aspectos sociais e ambientais implementadas no Brasil são mais atuais, pois a pesquisa científica sobre práticas de evidenciação social e ambiental ainda é embrionária no país (CARDOSO, LUCA E ALMEIDA, 2016).

Segundo Rover (2009), o IBASE, criado em 1981, tendo o apoio inicial do sociólogo Herbert de Souza, em 1997 propôs um modelo de Balanço Social, como forma de divulgação voluntária de informações das empresas brasileiras, tendo o propósito de ampliar a transparência e, ao mesmo tempo, ações de responsabilidade social. O Balanço Social do IBASE é um demonstrativo anual publicado que reúne um conjunto de informações da empresa sobre projetos, benefícios e ações sociais para funcionários, investidores, analistas de mercado, acionistas e comunidade. Trata-se de um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício de responsabilidade social corporativa.

Um dos relatórios atualmente utilizados pelas empresas foi desenvolvido pela GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI), uma organização internacional que surgiu de uma reunião de investidores institucionais em Amsterdã, na Holanda. A GRI foi criada com o escopo de elevar as práticas de relatórios de sustentabilidade corporativa a um nível de qualidade equivalente ao dos relatórios financeiros. A aplicação de diretrizes e indicadores da GRI é usada para representar o comportamento da organização relatora e avaliar o seu grau de sustentabilidade (ANZILAGO, 2015, p.20).

No Brasil, a GRI firmou parceria com a UniEthos e o núcleo de pesquisa em sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, GVces. A GRI também é um núcleo colaborativo oficial do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Para Costa (2011):

Atualmente, as diretrizes GRI são a principal referência para elaboração dessas publicações, não só devido ao processo compartilhado de desenvolvimento e gestão, mas também aos fundamentos de seu conteúdo, que dialoga com as principais referências internacionais em sustentabilidade, como a Declaração Internacional dos Direitos Humanos, o Pacto Global da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, entre outras. Por essa razão, mais de 1.500 organizações no mundo todo – 70 delas só no Brasil – adotam as diretrizes GRI para a elaboração de seus relatórios de sustentabilidade (COSTA, 2011, p. 121).

Além disso, existe a questão dos indicadores ambientais a serem analisados a fim de serem inseridos nos relatórios ambientais.

Para Santos (2004), a decisão sobre o tipo de dados, o grau de detalhamento e como são tratados depende de vários fatores, como a área de conhecimento em questão, a importância do tema para a área de estudo ou mesmo a disponibilidade de dados.

Em relação à sustentabilidade, Vellani (2011) menciona que a divulgação sobre a contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável das sociedades envolve a

informação dos aspectos econômicos, sociais e ecológicos do negócio, por meio de indicadores físicos e monetários.

Entre as diferentes características dos indicadores de sustentabilidade, Callado e Fensterseifer (2010) propõem sete características principais: (1) a seletividade que vincula os fatores essenciais ao processo de avaliação, (2) a representatividade que escolhe o indicador para representar o processo com satisfação e simplicidade, graças à fácil compreensão das pessoas envolvidas no processo de avaliação, (3) baixo custo e cobrança, (4) procedimentos e avaliação sem superar os benefícios concedidos, (5) estabilidade como um procedimento de rotina que permite a comparação de tendências, (6) comparação externa que permite o desenvolvimento de indicadores para comparar o desempenho com outras entidades e (7) melhoria contínua avaliando periodicamente os sistemas organizacionais.

Para Abreu (2016), o estudo de Murcia (2009) investigou as divulgações não obrigatórias nas demonstrações contábeis das 100 maiores empresas brasileiras não-financeiras de capital aberto para identificar fatores que pudessem explicar o nível de *disclosure* das companhias. O estudo indicou maior evidência no setor elétrico, justificado pelo maior nível de regulação – entende-se que as empresas do setor elétrico devem destinar parte da receita líquida para PEE e P&D, o que poderia ensejar maior interesse do gestor na evidência desta destinação.

O conjunto de informações voluntárias é de interesse de usuários externos, assim a CVM emitiu o Parecer n.º 15/87 que recomenda a divulgação das seguintes informações: descrição da atividade, produtos e serviços; comentários sobre o ambiente econômico; recursos humanos; investimentos; P&D; novos produtos e serviços; proteção ambiental; reformulações administrativas, entre outras. A divulgação de informações voluntárias pode, em certa medida, ser condicionada por razões como tamanho, desempenho da empresa e internacionalização.

O estudo de Rover et al. (2007) aponta que poucas informações negativas são divulgadas voluntariamente, o que pode representar uma predileção dos gestores em divulgar informações que tenham reflexo positivo para seus *stakeholders* – o que corrobora a teoria com base em associação e discricionariedade. Da mesma forma, o estudo de Batista, Melo e Carvalho (2016) destacaram maior evidência ambiental nas empresas de maior potencial poluidor, e menor evidência ambiental nas empresas não poluidoras. Tal fenômeno pode ser interpretado à luz da hipótese de discricionariedade de Verrecchia (2001).

Quando a divulgação ambiental é feita de forma voluntária, ela pode ser preparada de acordo com o desejo da empresa, sem diretrizes predefinidas ou com base em diretrizes já definidas pelos órgãos institucionais (NOSSA, 2002).

Cabe destacar que as empresas buscam focar em informações sobre medidas para abrandar elementos negativos e apresentar de maneira mais objetiva os aspectos negativos decorrentes de sua implementação. Nesse sentido, percebe-se a legitimidade buscada pelas empresas, principalmente nesses indicadores, pois é através deles que se expõem suas principais medidas relacionadas à melhoria da vida das pessoas, bem como à preservação do meio ambiente, afetando diretamente a imagem constituída pelos *stakeholders*, que podem avaliar se práticas de responsabilidade social estão sendo implementadas e se elas são divulgadas em seus relatórios de sustentabilidade (CARDOSO, LUCA E ALMEIDA, 2016).

O *disclosure* obrigatório de cooperativas é modesto e refere-se principalmente à comunicação de demonstrações financeiras aos membros da cooperativa. No entanto, a publicação voluntária de demonstrações e a divulgação voluntária de informações são possíveis e são utilizadas por algumas cooperativas (SCHULTZ et al., 2012).

Por sua interação com a sociedade, baseada na união de pessoas que buscam se beneficiar de suas atividades particulares e no fato de o setor agropecuário estar em contato direto com o meio ambiente, pode-se presumir que as cooperativas tendem a fornecer mais informações voluntárias relativas ao meio ambiente. Além disso, com base nos princípios cooperativos de transparência, solidariedade, democracia e responsabilidade social, as cooperativas podem ter a tendência de divulgar voluntariamente mais informações sociais. (SCHULTZ, et al., 2012).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo trata das etapas percorridas para a execução da pesquisa. Subdivide-se nos seguintes tópicos: enquadramento metodológico; delimitação da pesquisa; procedimentos para coleta de dados; e técnica de análise dos dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

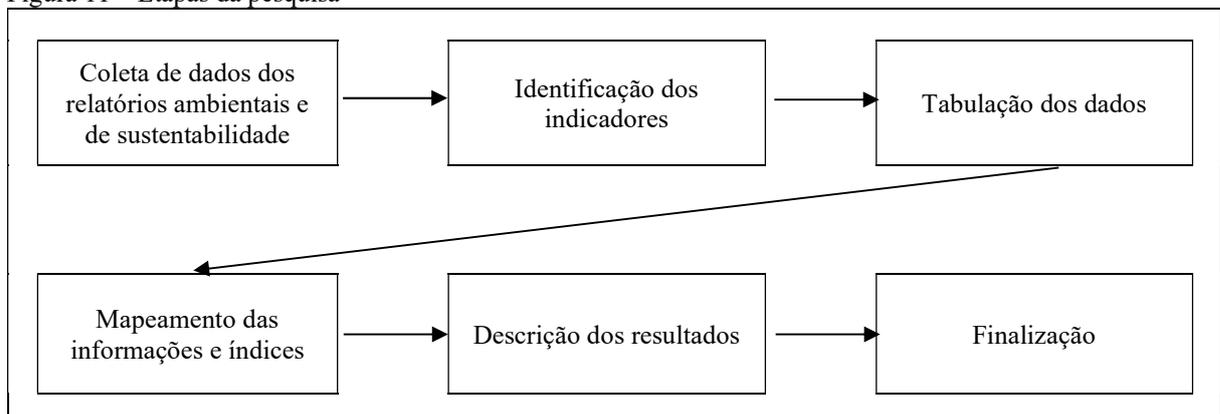
Segundo Vellani (2011), “a metodologia pode ser vista como o caminho percorrido pelo pesquisador para alcançar seu objetivo”. Para Mattar (2017), “a metodologia é a descrição dos métodos ou procedimentos que serão utilizados na pesquisa”.

Tendo em mente tais argumentações, pode-se classificar a metodologia desta pesquisa como uma pesquisa descritiva explicativa pelo fato de se destinar a explicar os fatores que determinam a evidenciação voluntária de informações ambientais pelas cooperativas de avicultura do estado do Paraná.

Quanto à abordagem do problema, serão utilizados métodos qualitativos e quantitativos. Quantitativos, em função da análise estatística dos dados na pesquisa. Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como uma pesquisa documental. A pesquisa documental, segundo Gil (2009), “é justificada no momento em que se organizam informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta”.

Assim sendo, a pesquisa terá as seguintes etapas, conforme a Figura 11.

Figura 11 – Etapas da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor

Assim sendo, a revisão da literatura sobre a produção científica de *disclosure* ambiental pode ser visualizado na Tabela 11, a seguir:

Tabela 11 – Principais estudos sobre *disclosure* ambiental no Brasil

Autor/ Periódico	Síntese da Pesquisa	Síntese dos Resultados
Ribeiro (1992) Dissertação de Mestrado – USP	Enfatizou o empenho das empresas no processo de preservação do meio ambiente, mencionando que a evidenciação é a forma de transparecer suas ações e, ao mesmo tempo, permitir ao usuário avaliar tais informações.	Concluiu que a avaliação patrimonial, considerando os riscos e benefícios ambientais inerentes às peculiaridades de cada atividade econômica, bem como a sua localização, poderá conscientizar os diversos segmentos de usuários das demonstrações contábeis sobre a conduta administrativa e operacional da empresa no que tange ao empenho da empresa sobre a questão.
Ribeiro (1998) Tese de Doutorado – USP	Analisou a gestão estratégica de custos ambientais para o bom desempenho das empresas, a evolução dos impactos de natureza ambiental e a evidenciação destes.	Concluiu que a continuidade das empresas está condicionada à sua aceitabilidade pelos usuários externos. A atuação dos gestores exige a utilização de mecanismos adequados para identificação, apuração e análise de recursos consumidos pelo negócio.
Ferreira (1998) Tese Doutorado – USP	Enfatizou a gestão econômica do meio ambiente como um enfoque sistêmico da informação e divulgação .	Concluiu que um modelo de apuração do resultado da atividade de prevenção constitui uma importante ferramenta para a análise de desempenho dos investimentos efetuados.
Paiva (2001) Tese de Doutorado – USP	Abordou especificamente a evidenciação dos gastos ambientais no Brasil, discutindo as formas de evidenciação existentes e a necessidade de novos modelos que relacionem as atividades da empresa com o meio ambiente.	Proposta de evidenciação dos gastos ambientais, com base na relevância do aspecto preventivo e nas qualidades que a informação contábil deve possuir.
Nossa (2002) Tese de Doutorado – USP	Analisou o conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional, bem como investigou o nível de <i>disclosure</i> de informações ambientais.	Os achados sustentam a tese de que o <i>disclosure</i> de informações ambientais apresentado pelas empresas do setor de papel e celulose diverge entre as companhias com relação ao tamanho da empresa, ou seja, quanto maior o tamanho da empresa, mais detalhada é a apresentação do <i>disclosure</i> das informações ambientais.
Borba, Rover e Murcia (2006) UFSC, USP	Compararam o <i>disclosure</i> de informações ambientais divulgadas no Brasil e nos Estados Unidos, durante o período de 2002 a 2004, por meio da análise das DFPs e dos Relatórios 20-F das empresas brasileiras listadas na NYSE.	Constataram que existe assimetria de informação, uma vez que o acionista americano de uma empresa que atua no Brasil recebe mais informações sobre passivos ambientais do que o acionista brasileiro dessa mesma empresa.

<p>Murcia et al. (2008) USP</p>	<p>Analisaram empresas brasileiras, a partir das informações divulgadas nas Demonstrações Financeiras, e identificaram alguns fatores que influenciam o nível de evidenciação ambiental.</p>	<p>Os resultados evidenciam que existe relação entre a informação ambiental apresentada de forma declarativa com uma boa evidência, localizada no relatório da administração. Já a informação monetária está mais relacionada com um tipo de notícia neutra. A análise de regressão demonstrou que o fator ‘tamanho’ (ativo, patrimônio líquido e receita bruta), e as variáveis ‘empresa de auditoria’ e ‘participação no ISE’ são relevantes a um nível de significância de 5% para a aplicação do <i>disclosure</i> voluntário de informações ambientais nas demonstrações contábeis.</p>
<p>Calixto, Barbosa e Lima (2007) USP</p>	<p>Identificaram as diferenças na divulgação voluntária de informações ambientais via Internet e via relatórios contábeis de uma amostra de 60 companhias brasileiras que exercem atividades potencialmente poluidoras.</p>	<p>Ao comparar o conteúdo de informações divulgadas via relatórios contábeis com as informações divulgadas na Internet, observou-se diferenças significativas, ou seja, foram encontradas mais que o dobro de informações ambientais divulgadas voluntariamente na Internet. Entretanto, foram identificadas muitas divergências na forma de divulgação entre empresas do mesmo setor, tanto através da Internet como por meio dos relatórios contábeis.</p>
<p>Braga e Salotti (2008) USP</p>	<p>Analisaram empresas brasileiras a partir das informações divulgadas nas Demonstrações Financeiras, e identificaram alguns fatores que influenciam o nível de evidenciação ambiental.</p>	<p>As evidências empíricas apontaram relações positivas e significativas entre nível de <i>disclosure</i> ambiental e as variáveis: tamanho, riqueza criada e natureza da atividade. As relações entre a variável dependente e as variáveis desempenho, endividamento, controle acionário e governança corporativa não se mostraram significativas. Esses resultados são condizentes com os de algumas pesquisas realizadas em outros países e estão de acordo com os pressupostos da teoria da divulgação.</p>
<p>Farias (2009) USP</p>	<p>Investigou a inter-relação entre a divulgação ambiental, o desempenho ambiental e o desempenho econômico das empresas brasileiras de capital aberto.</p>	<p>Os resultados do modelo sugerem que não há inter-relação significativa entre as variáveis, de acordo com as características da amostra e dos indicadores utilizados, pois se observou que a divulgação ambiental é influenciada pelo desempenho ambiental, que o desempenho econômico afeta o desempenho ambiental, mas que a divulgação ambiental não é afetada pelo desempenho econômico.</p>

<p>Rover (2009) Dissertação de Mestrado – UFSC</p>	<p>Identificou as características da informação ambiental e os fatores que determinam sua divulgação voluntária pelas empresas brasileiras potencialmente poluidoras. Para tanto, foram analisadas as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) e os Relatórios de Sustentabilidade (RS) do período de 2005 a 2007 das empresas abertas com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e pertencentes a setores de alto impacto ambiental.</p>	<p>Percebeu-se que há uma crescente evidência ambiental ao longo do tempo. De maneira geral, 73% das informações ambientais são registradas nos RSs e 27% nas DFPs.</p>
<p>Sampaio et al. (2010)</p>	<p>Investigaram a presença de um processo isomórfico entre os relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas que exploram a atividade de mineração, verificando até que ponto o volume de evidenciação de informações dessa natureza é semelhante.</p>	<p>Os resultados permitiram verificar um aumento no volume de informações socioambientais no período analisado, o que reforça o pressuposto da Teoria da Legitimidade. Também fornece evidências que permitiram verificar a presença de isomorfismo com relação aos indicadores sociais internos e externos nos relatórios anuais e de sustentabilidade.</p>
<p>Gonçalves (2013) Tese de Doutorado – UNB</p>	<p>Testou a hipótese de que há relação entre o nível de disclosure social e o custo de capital próprio de empresas brasileiras de capital aberto e que esta relação é negativa.</p>	<p>Os resultados evidenciaram que o custo de capital próprio diminui quando há maior nível de disclosure social, indicando, para o mercado acionário brasileiro, uma forma semiforte de eficiência de mercado.</p>
<p>Oliveira, Machado e Beuren (2012) Revista RGSA</p>	<p>Identificaram o nível de disclosure de caráter ambiental evidenciado voluntariamente pelas empresas potencialmente poluidoras listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).</p>	<p>Os resultados mostram que a evidência ocorre na categoria de 'Políticas Ambientais'. No ranking de disclosure, a empresa Suzano Papel e Celulose se destacou. Concluiu-se que, devido ao fato de o disclosure ambiental no Brasil não ter caráter coercitivo, as empresas não atendem ao princípio do full disclosure (divulgação plena).</p>
<p>Rover (2013)</p>	<p>Investigou a relação entre o disclosure voluntário socioambiental e o custo de capital próprio de companhias abertas no Brasil com base na Teoria da Divulgação Voluntária.</p>	<p>Os resultados alcançados, no geral, indicam que o disclosure socioambiental impacta de maneira marginal no custo de capital próprio das empresas brasileiras, uma vez que sua influência pode ser verificada apenas com a divulgação do relatório de sustentabilidade elaborado de acordo com as diretrizes GRI e com o disclosure socioambiental desfavorável.</p>

<p>Schultz et al. (2012) Revista TPA</p>	<p>Determinou o nível de <i>disclosure</i> voluntário nas demonstrações financeiras das cooperativas agropecuárias, comparativamente ao nível de <i>disclosure</i> constante nas demonstrações das companhias de capital aberto do segmento de agropecuária. Para tanto, foram analisadas as demonstrações referentes ao período de 2008. Para a coleta dos dados, utilizou-se uma métrica para orientar a análise de conteúdo e, para a análise dos dados, foram desenvolvidos três índices para a avaliação dos seguintes níveis: i) nível de aderência de empresas à evidenciação voluntária; ii) nível de <i>disclosure</i> das empresas que aderem à prática da divulgação voluntária; e, iii) nível geral de evidenciação voluntária.</p>	<p>Concluiu-se que as cooperativas possuem maior <i>disclosure</i> ambiental e social que as empresas de capital aberto. Já as empresas de capital aberto possuem maior <i>disclosure</i> econômico. As conclusões confirmaram as três hipóteses elaboradas no início do estudo. Ressaltou-se que os resultados não podem ser generalizados, pois se restringem a uma amostra de um setor específico e a um único período contábil.</p>
<p>Anzilago (2015) Dissertação de Mestrado – UFPR</p>	<p>Verificou se com as informações divulgadas nos relatórios sociais das cooperativas agroindustriais do Paraná seria possível elaborar o Relatório Abrangente proposto pela GRI G4.</p>	<p>Os resultados desta pesquisa demonstraram que todas as cooperativas analisadas evidenciam alguma informação ambiental, algumas divulgam mais informações e outras menos. Constatou-se por meio da análise de correspondência que o porte da cooperativa não influencia na divulgação dos relatórios e o indicador de sustentabilidade divulgado com maior frequência nos relatórios foi biodiversidade entre as cooperativas.</p>
<p>Cardoso, Luca e Almeida (2016) Revista UFSM</p>	<p>Investigaram as práticas de evidenciação sob o enfoque da sustentabilidade nas maiores empresas do país, com base nas diretrizes da <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI). Adicionalmente, verificou-se o <i>disclosure</i> levando em conta a natureza das atividades das empresas em relação ao seu potencial de impacto ambiental, conforme disposição da lei n. 10.165/2000.</p>	<p>Os resultados mostraram um elevado nível de <i>disclosure</i>, destacando-se as empresas com alto potencial de poluição. Além disso, percebeu-se que os indicadores sociais são os que mais proporcionam às empresas a oportunidade de discursar acerca de suas práticas voltadas para os colaboradores e a sociedade, ao passo que os indicadores econômicos e os ambientais se revelaram mais objetivos, sendo geralmente apresentados em forma de ilustrações</p>
<p>Santana et al. (2017)</p>	<p>Descreveram o <i>disclosure</i> voluntário socioambiental em cooperativas agropecuárias brasileiras. A fim de atingir o objetivo traçado, foram analisados os relatórios anuais presentes nos <i>websites</i> de uma amostra não-probabilística das maiores cooperativas agropecuárias brasileiras, referentes ao período de 2015.</p>	<p>Os resultados obtidos permitiram afirmar que há mais divulgações de informações sociais do que ambientais, com destaque para a relação com empregados e preocupação com a comunidade e com educação, e que ainda falta muito para alcançar uma boa aderência ao <i>disclosure</i> voluntário socioambiental pelas cooperativas agropecuárias analisadas.</p>

Sehn, Zanchet e Gomes (2018)	Analisaram as informações de natureza ambiental divulgadas voluntariamente nos Relatórios de Gestão/Administração pelas cinco cooperativas agropecuárias brasileiras de maior destaque no cenário nacional. Tais relatórios foram analisados a fim de identificar estratégias de legitimidade organizacional utilizadas na divulgação de informações ambientais.	Concluíram que as cooperativas agroindustriais brasileiras mantêm um processo constante de construção de sua legitimidade e se utilizam, essencialmente, da estratégia de ganhar legitimidade de forma pragmática, ou seja, entendem as necessidades fundamentais demandadas pela sociedade e adotam ações para atendê-las.
-------------------------------------	---	---

Fonte: Elaborado pelo autor

3.2 SELEÇÃO DA AMOSTRA E COLETA DE DADOS

O universo da pesquisa foi composto pelas seis cooperativas de avicultura no Estado do Paraná, apresentadas na Tabela 12:

Tabela 12 – Cooperativas de Avicultura do Estado do Paraná

COOPERATIVA	SIGLA
Cooperativa Agroindustrial Consolata	COPACOL
Cooperativa Agroindustrial de Cascavel	COOPAVEL
C. Vale Cooperativa Agroindustrial	C. VALE
Cooperativa Agroindustrial Lar	LAR
Cooperativa Agroindustrial Copagril	COPAGRIL
Coasul Cooperativa Agroindustrial	COASUL

Fonte: Elaborado pelo autor

Tendo em vista que, tradicionalmente, as cooperativas não publicam as demonstrações e relatórios em jornais, optou-se por utilizar as demonstrações contábeis e os relatórios ambientais divulgados nos seus respectivos sites. Os dados coletados referem-se ao ano de 2018 e foram submetidos a análise de conteúdo. Os relatórios foram lidos na íntegra pelo pesquisador, e assinaladas as subcategorias da métrica de pesquisa evidenciadas.

3.3 MÉTRICA DE PESQUISA

Foi utilizada neste estudo a métrica desenvolvida por Murcia et al. (2008) (Tabelas 13, 14 e 15) para a análise do *disclosure* voluntário em cooperativas de avicultura do Estado do

Paraná. Apesar de esta métrica ter sido desenvolvida para examinar a divulgação de informações de caráter ambiental por parte de empresas de capital aberto, a mesma poderá ser utilizada (adaptada) para avaliar a evidenciação de divulgações pelas cooperativas, visto que este foi o padrão de comparação aplicado. Além disso, convém ressaltar que algumas das demonstrações contábeis não são obrigatórias para as cooperativas, como é o caso da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Sendo assim, foram selecionados três grupos de informações – ambientais, econômicas e sociais –, divididos em 17 categorias e 92 subcategorias.

A Tabela 13 apresenta o grupo composto pelas informações ambientais e está dividida em oito categorias e 34 subcategorias:

Tabela 13 – Métrica de pesquisa para coleta de informações ambientais

Informações Ambientais	
Categoria	Subcategoria
Políticas Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração das políticas, práticas, ações atuais • Estabelecimento de metas e objetivos ambientais • <i>Compliance</i> com a legislação ambiental • Parcerias, conselhos, fóruns ambientais • Prêmios e participações em índices ambientais
Gestão e Auditoria Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Ambiental • ISOs 9000 • Auditoria ambiental
Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Desperdícios e resíduos • Processo de acondicionamento (embalagem) • Reciclagem • Desenvolvimento de produtos ecológicos • Uso eficiente e/ou reutilização de água • Impacto no meio ambiente (vazamentos, derramamento, terra utilizada, etc.) • Reparos aos danos ambientais
Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação e/ou utilização mais eficiente nas operações • Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia • Desenvolvimento ou exploração de novas fontes de energia
Informações Financeiras e Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos ambientais • Custo e/ou despesas ambientais • Ativos ambientais intangíveis • Passivos ambientais • Práticas contábeis de itens ambientais • Seguro ambiental
Educação e Pesquisa Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Educação ambiental (internamente e/ou comunidade) • Pesquisas relacionadas ao meio ambiente

Mercado de Créditos de Carbono	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) • Créditos de carbono • Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) • Certificados de Emissões Reduzidas (CER)
Outras Informações Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Menção relativa à sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável • Gerenciamento de florestas e/ou reflorestamento • Conservação da biodiversidade • Relacionamento ambiental com <i>stakeholders</i>

Fonte: Adaptado pelo autor, de Murcia et al. (2008)

A Tabela 14 apresenta o grupo composto pelas informações econômicas e está dividida em seis categorias e 43 subcategorias.

Tabela 14 – Métrica de pesquisa para coleta de informações econômicas

Informações Econômicas	
Categoria	Subcategoria
Ambiente de Negócios	<ul style="list-style-type: none"> • Efeitos dos eventos econômicos na empresa (taxa de juros, inflação crise) • Discussão do setor em que a empresa atua • Discussão da concorrência • Relacionamento com fornecedores • Satisfação dos clientes • <i>Market share</i> • Identificação dos riscos do negócio • Exposição cambial
Atividade Operacional	<ul style="list-style-type: none"> • Narrativa da história da empresa • Estrutura organizacional • Aspectos tecnológicos da atividade operacional • Informações por segmento ou linha de negócio • Utilização da capacidade produtiva • Indicadores de eficiência • Quantidades produzidas e/ou serviços prestados • Unidades vendidas
Aspectos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> • Objetivos, planos e metas futuras da empresa • Perspectiva de novos investimentos • Principais mercados de atuação • Perspectivas de novos mercados que a empresa pretende atuar • Política de reinvestimento dos lucros • Pesquisa e desenvolvimento • Discussão da qualidade dos produtos e serviços • Preço dos produtos e serviços da empresa
Informações Financeiras	<ul style="list-style-type: none"> • Correção monetária • Demonstração de Fluxo de caixa (DFC) • Informações contábeis em US GAAP ou IFRS • Informações detalhada sobre os custos dos produtos, serviços (CMV, CPV) • Preço ou valorização das ações por tipo (ON, PN) • Valor de mercado • Projeções (fluxo de caixa, vendas, lucros).

Índices Financeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores de rentabilidade (ROE e ROA) • Indicadores de liquidez (liquidez corrente, liquidez seca) • Indicadores de endividamento (PL-Passivo, PC-PELP) • EBITIDA
Governança corporativa	<ul style="list-style-type: none"> • Principais práticas de governança corporativa • Composição do conselho fiscal • Composição do conselho de administração • Identificação dos principais administradores • Remuneração dos administradores • Remuneração dos auditores • Principais (associados, cooperados) • Relacionamento com os investidores

Fonte: Adaptado pelo autor, de Murcia et al. (2008)

O grupo composto pelas informações sociais é apresentado na Tabela 15, composta por três categorias e 15 subcategorias.

Tabela 15 – Métrica de pesquisa para coleta de informações sociais

Informações Sociais	
Categoria	Subcategoria
Informações Financeiras Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstração do valor adicionado (DVA) • Menções ao valor adicionado ou distribuído • Investimento de caráter social • Gastos em projetos sociais
Produtos/serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Produto/serviço da empresa adequados às normas de segurança • Menção a reclamações sobre produtos e/ou serviços
Colaboradores (não administradores)	<ul style="list-style-type: none"> • Número de funcionários • Remuneração dos funcionários • Benefícios aos funcionários • Satisfação dos funcionários • Informações sobre minorias na força de trabalho • Educação e treinamento dos funcionários • Segurança no local de trabalho • Dados sobre acidentes de trabalho • Relacionamento com sindicatos ou órgãos de classe

Fonte: Adaptado pelo autor, de Murcia et al. (2008)

3.4 ANÁLISE DE DADOS

Devido à diferença de modelos existentes de divulgação de dados pelas cooperativas, não sendo possível obter um único modelo, optou-se por avaliar os dados de forma binária, ou seja, se a cooperativa divulga determinado dado recebe nota 1, se não divulga recebe nota 0.

Os dados foram analisados com a apresentação das médias de divulgação por subcategorias e com base na obra de Schultz et al. (2012), o qual desenvolveu três índices aritméticos: Índice de *Disclosure* (ID), Índice de *Disclosure* das Empresas (IDE) e Índice Geral de *Disclosure* das Empresas (IGDE).

O Índice de *Disclosure* (ID) demonstra a quantidade de empresas que fazem divulgação em ao menos uma subcategoria da categoria avaliada, o que representa a aderência das empresas a alguma divulgação voluntária. O maior valor do índice é 1 (se todas as empresas evidenciaram informações) e o valor mínimo é 0 (se todas as empresas não evidenciaram nenhuma informação). A fórmula (1) utilizada foi a seguinte:

$$ID = \frac{E}{T}$$

Onde:

ID = Índice de *Disclosure*,

E = quantidade de cooperativas que evidenciaram ao menos uma subcategoria das categorias avaliadas,

T = total de cooperativas da categoria.

O Índice de *Disclosure* das Empresas (IDE) representa o nível de evidenciação das empresas (E) que formam o índice ID. O maior valor do índice IDE é 1 (todas as empresas E evidenciaram informações que atendem todas as subcategorias da categoria) e o menor valor é $\mathbb{R}>0$ (todas as empresas E evidenciaram informações que atendem somente a uma subcategoria da categoria). A fórmula (2) que representa IDE é:

$$IDE = \frac{DE}{(SC \times E)}$$

Onde:

DE = quantidade de *Disclosure* ou evidenciação na categoria,

SC = quantidade de subcategorias da categoria,

E = quantidade de empresas que evidenciou ao menos uma das subcategorias.

O IDE não pode ser comparado entre categorias diferentes.

O Índice Geral de *Disclosure* das Empresas (IGDE) corresponde à quantidade de evidenciações em relação ao total de empresas observadas de uma mesma categoria. O valor máximo deste índice é 1 (todas as empresas observadas apresentaram informações que atendem a todas as subcategorias da categoria) e o valor mínimo é 0 (nenhuma subcategoria da categoria é atendida pela divulgação). A fórmula (3) para este índice é apresentada a seguir:

$$\text{IGDE} = \frac{\text{DE}}{(\text{SC} \times \text{T})}$$

Onde:

DE = quantidade de evidenciações da categoria,

SC = quantidade de subcategorias da categoria

T = quantidade total de empresas observadas na categoria.

Além disso, ampliou-se a metodologia por fazer uma comparação dos índices gerais de divulgação, a fim de verificar se existe diferença na divulgação voluntária entre informações sociais, ambientais e econômicas.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste capítulo, caracterizam-se as cooperativas pesquisadas, com base na divulgação em relatórios e no próprio site das cooperativas, apresentando as principais atividades desenvolvidas em relação à preservação ambiental.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS

4.1.1 Copacol

A Cooperativa Copacol completou 55 anos no ano de 2018, com sede na cidade de Cafelândia, região Oeste do Paraná. É uma indústria de alimentos que tem por missão gerar renda aos seus associados e colaboradores, produzindo com qualidade para milhares de famílias.

A Avicultura é responsável por 60% do faturamento da Copacol, sendo o principal negócio da Cooperativa, são 1 mil associados integrados na atividade. Atualmente são abatidas 320 mil aves ao dia no Abatedouro de Aves em Cafelândia, PR, e mais 230 mil aves ao dia na Cooperativa Central Unitá, PR., esta criada em parceria com a Cooperativa Coagru, em Ubiratã. Ao ano, são abatidas 143,3 milhões de aves. O menor número de aves abatidas, em comparação com 2017, se deve à paralisação ocasionada pela greve dos transportes em maio 2018.

Com o objetivo de fortalecer cada vez mais o produtor no campo e em busca da autossuficiência na produção de ovos e pintinhos, a Copacol também conta com seis granjas de matrizeiros de recria, 25 produtores de ovos férteis, além de dois incubatórios, sendo o incubatório de Goioerê uma referência em tecnologia e produtividade para todo o País.

A Cooperativa registrou em 2018 um faturamento de R\$ 3,841 bilhões, sendo que a avicultura representou 56,6% desse faturamento, com um crescimento de 11%. O resultado permitiu a distribuição de R\$ 53 milhões para os cooperados.

Em relação a questões ambientais, foram realizados 514 processos de licenciamento ambiental para os cooperados. A equipe de Meio Ambiente da Copacol, em conjunto com a Assessoria de Cooperativismo, realizou 45 palestras sobre Sustentabilidade e Reciclagem nas

escolas da região de atuação da Copacol, envolvendo mais de 1.000 crianças. A ação contou com a parceria da Syngenta, uma das maiores empresas do agronegócio no mundo.

Com a intensificação no controle e gestão dos resíduos gerados pela Cooperativa, foi possível reduzir em R\$ 200 mil as despesas com a destinação final. Foram geradas 19,5 mil toneladas de resíduos, sendo 85% destinados para compostagem (orgânicos), 9% para reciclagem e 6% para aterros.

São 4.014 hectares de eucalipto entre áreas próprias e arrendadas, para atender as demandas da fábrica de *pallets*, consumo dos secadores e cavaco para as caldeiras. Foram produzidos 85 mil metros estéreos de lenha, 11 mil metros cúbicos de toras e 300 mil metros cúbicos de cavaco.

A Cooperativa promoveu o plantio de 3 mil mudas de espécies nativas em 2018, para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente (05 de junho) e o Dia da Árvore (21 de setembro), com a participação da Escola André Luiz e a Fundação Padre Luis Luise, de Cafelândia.

Foram realizados investimentos de R\$ 4,9 milhões na construção de redes adutoras e instalação de duas novas Estações de Tratamento de Água potável com capacidade para 250 m³/h cada. Também foram aplicados R\$ 2,3 milhões na operação e na manutenção das Estações de Tratamento de Água, para suprir a demanda dos Abatedouros de Aves e Peixes. Houve um investimento de R\$ 8 milhões em melhorias e na operação das estações de tratamento de efluentes na Sede em Cafelândia, Abatedouro de Aves, Abatedouro de Peixes, Incubatórios e Unidades de Produção de Leitões. Foram investidos também R\$ 1,23 milhão no Abatedouro de Peixes em Nova Aurora e R\$ 2,03 milhões no Abatedouro de Aves em Cafelândia, com capacidade de tratamento para 2,5 milhões de litros por dia, contemplando cisternas e redes exclusivas para o reuso de água.

A Copacol investiu na instalação de 120 painéis fotovoltaicos para geração de energia solar com capacidade para 32,4 kwp, permitindo reduzir em 60% do custo com energia no CPA (Centro de Pesquisa Agrícola). Foi feito também um investimento de R\$ 584.473,00 no sistema de geração de energia à base de biogás na UPL de Central Santa Cruz.

4.1.2 Coopavel

A Coopavel faz parte de um mercado altamente competitivo, desde a distribuição de insumos até a comercialização e industrialização de grãos de soja, milho e trigo. Participa

também da integração e industrialização de carnes de frango e suíno. Esta diversificação na produção e na industrialização dá aos produtores rurais associados e à Cooperativa equilíbrio econômico sustentável.

Atualmente, são mais de 5.370 associados e 5.550 colaboradores diretos, contribuindo para um faturamento de mais de R\$2,5 bilhões em 2018. As indústrias contribuem para 75% deste faturamento, com produtos comercializados em todo o país e no exterior, em países como Holanda, Alemanha, Espanha, Ilhas Canárias, Inglaterra, Uruguai, Chile, Aruba, África do Sul, Croácia, Iraque, Catar, Bahrein, Japão, China, Hong Kong, Emirados Árabes Unidos, Romênia, Macedônia entre outros.

A Coopavel foi uma das sensações do concurso que anunciou e entregou prêmios aos vencedores da edição de 2019 do One Agro, evento de grande repercussão realizado pela Syngenta, uma das maiores empresas do agronegócio no mundo.

São inúmeras as ações de responsabilidade social desenvolvidas pela Coopavel, que em dezembro chega aos seus 49 anos de atividades. Entre elas estão a criação da Unicoop (Universidade Coopavel) com a finalidade de multiplicar e compartilhar conhecimentos para melhorar a produtividade, a relação do homem com o meio ambiente e também promover avanços na qualidade de vida dos produtores e colaboradores. A cooperativa há anos participa da Escola do Campo, parceria que leva informações sobre agricultura sustentável a alunos de quinta série. O projeto Água Viva, desenvolvido há 14 anos, protege 12 mil fontes de água com a recuperação de 160 milhões de litros, e virou modelo em vários estados brasileiros e no exterior. Outra importante ação de responsabilidade social é o de recolhimento e reciclagem de cem toneladas por ano de resíduos produzidos, que levou a cooperativa a conquistar o prêmio da One Agro no Show Rural Coopavel, um dos três maiores eventos de disseminação de inovações e novas tecnologias para o campo no mundo.

A Coopavel deu um passo monumental em inovação e sustentabilidade, alcançando a incrível marca de redução de 41.527 toneladas de gases de efeito estufa (CO₂). Considerando a sua produção anual de alimentos, essa redução é equivalente a retirar 17.303 veículos das ruas, ao plantio de 1.075.545 árvores e a apagar 1.470.050 lâmpadas.

4.1.3 C.Vale

A C.Vale é uma cooperativa agroindustrial com atuação no Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Paraguai. Possui 151 unidades de negócios, mais de 21.000 associados e mais 10.200 funcionários. Destaca-se na produção de soja, milho, trigo, mandioca, leite, frango, peixe e suínos, e atua na prestação de serviços, com mais de 260 profissionais que dão assistência agrônômica e veterinária aos associados. Para manter os cooperados atualizados tecnologicamente, a C.Vale desenvolve cursos, palestras, treinamentos e dias de campo.

A C.Vale também financia a produção, garantindo crédito aos cooperados, especialmente os pequenos produtores. A empresa comercializa insumos, peças, acessórios e revende máquinas agrícolas, assegurando preços mais competitivos aos associados. Também produz semente de soja em Santa Catarina, que é comercializada em todo Brasil. Além disso, a cooperativa mantém uma rede de supermercados com oito lojas no Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No segmento industrial, a C.Vale produz amido modificado de mandioca e rações. Neste mesmo segmento, a cooperativa mantém um complexo avícola com capacidade de abate de 600 mil frangos/dia. É o primeiro sistema de integração avícola brasileiro, em escala comercial, a utilizar processos automatizados para o controle de ambiente.

A produção agrícola e industrial precisa utilizar racionalmente os recursos naturais se quiser se manter ao longo do tempo. É por esse motivo que a C.Vale e seus associados desenvolvem ações de recolhimento de embalagens de agrotóxicos, recuperação de matas ciliares e de plantio de árvores para geração de energia limpa e renovável. Além disso, a cooperativa mantém um programa que conscientiza estudantes sobre o uso correto do meio ambiente.

As indústrias e outras unidades de produção da C.Vale são dotadas de grandes e complexas estruturas para tratamento de dejetos, acompanhadas rigorosamente por técnicos da cooperativa e dos órgãos ambientais. Ao mesmo tempo, a C.Vale mantém um programa para redução do consumo e para uso racional da água em suas atividades industriais. Para a C.Vale, meio ambiente não é moda, é compromisso permanente.

O programa C.Vale Ambiental é uma ação da cooperativa que abrange associados e funcionários em um conjunto de iniciativas para assegurar o equilíbrio entre as ações econômicas, sociais e ambientais.

O Programa de Utilização Racional da Água (PURA) é uma iniciativa destinada a promover o máximo de aproveitamento da água nas atividades industriais da C.Vale. Também envolve o tratamento de efluentes para assegurar a devolução da água à natureza de acordo com os padrões exigidos pela legislação ambiental. Os associados são estimulados a recuperar e a conservar nascentes para garantir água de boa qualidade para as futuras gerações.

Um comitê formado por profissionais de várias áreas se reúne periodicamente para apontar sugestões para aprimorar o aproveitamento de água pelos abatedouros de frangos e peixes da C.Vale. Os associados fazem a recuperação e a conservação de nascentes em suas propriedades.

A necessidade do uso racional dos recursos naturais levou a C.Vale a fornecer mudas e assistência técnica aos associados para estimular a recuperação de matas ciliares e a conservação de nascentes. Ao mesmo tempo, uma área de 1.500 hectares de reflorestamento fornece lenha para abastecer caldeiras das indústrias e secadores nas unidades de recebimento de grãos da cooperativa. Os produtores de frango também utilizam lenha de reflorestamento para aquecer os aviários.

No cultivo de grãos, o plantio direto é usado em quase 100% das lavouras. Essa técnica reduz o risco de erosão e de assoreamento dos rios. Para evitar danos ambientais, a C.Vale mantém programa de recolhimento e destinação correta a resíduos de produtos para saúde animal. A iniciativa envolve produtores de frangos e de suínos.

Recipientes de agrotóxicos são destinados a unidades de recolhimento e reciclagem pelos associados. Depois de fazerem a tríplice lavagem, os produtores entregam as embalagens em pontos de coleta previamente definidos. Em 2018, produtores de 26 municípios recolheram mil toneladas de embalagens de defensivos.

Para evitar desperdícios e controlar a geração de resíduos, a C.Vale utiliza o programa 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar). Uma central de reciclagem no abatedouro de frangos permite a separação de plástico e papelão. Com esses cuidados, menos de 1% das matérias-primas descartadas são enviadas a aterros ou a tratamento especializado.

As amidonarias da C.Vale aproveitam gás metano para a geração de energia. A medida reduz em aproximadamente 75% os custos das indústrias com lenhas e minimiza o efeito estufa.

O hipermercado da cooperativa foi construído com instalações capazes de reduzir em 70% o consumo de energia elétrica. As indústrias da C.Vale contam com refletores de LED que, além de possuir maior vida útil, também usam 70% menos energia.

Por fim, para garantir a qualidade do ar e da saúde das pessoas, a C.Vale monitora a emissão de gases atmosféricos.

4.1.4 Lar

A Lar Cooperativa Agroindustrial, empresa que em 2018 teve um faturamento de R\$ 6,4 bilhões, empregou mais de 13 mil funcionários e tem na base um quadro de 10.887 associados, elaborou um novo organograma administrativo para atender os desafios de um novo tempo. A nova estruturação, em vigor desde outubro de 2017, teve por base a criação de três superintendências: Negócios Agrícolas, Administrativa/Financeira e Suprimentos e Alimentos. Os superintendentes: Vandeir Conrad, Clélio Roberto Marschall e Jair Meyer, respectivamente, são os funcionários escolhidos para essas funções. Entretanto, as decisões da gestão dos negócios da Cooperativa no dia a dia serão sempre colegiadas, entre Diretoria Executiva e superintendências, após diretrizes já definidas pelo Conselho de Administração. Em 2019 os produtores foram contemplados com a devolução das sobras no valor de R\$ 64,5 milhões referente ao resultado do ano de 2018, entre agricultores ativos e jubilados. A marca Lar está presente em aproximadamente 300 produtos (enlatados, congelados, cortes de frangos, além de milho e soja) e as exportações chegam na América, Europa, Ásia, e nos países árabes. As unidades da Lar estão presentes em 11 municípios do Oeste do Paraná, Leste do Paraguai (10 unidades), em Mato Grosso do Sul com 14 unidades, em Santa Catarina no município de Xanxerê para produção de sementes. Para 2019 o faturamento previsto é de R\$ 6,9 bilhões.

O processo de criação de frangos da Lar busca uma melhoria contínua em estrutura, manejo e equipamentos adequados para obter os melhores resultados. Ocorreu uma evolução gradativa ao longo dos anos graças ao comprometimento entre cooperativa, produtores e equipe técnica.

Os índices da nossa avicultura são reconhecidos nacionalmente e nosso padrão considerado como referência para produção de frango. Hoje possuímos aproximadamente 700 aviários que resultam em um abate de 300 mil aves/dia, sendo que 260 aviários são certificados no padrão Global Gap para exportação.

Alguns destaques de cuidados ambientais da Lar:

- a) **GESTÃO DA ÁGUA:** Em 2018 foram recuperadas 13 nascentes na Unidade Industrial de Soja, Unidade de Distribuição de Mercadorias, Unidade Industrial de Aves e também nas propriedades de associados; redução de 66.000 m³ de água no processo de higienização da Unidade Industrial de Aves, gerando uma economia de R\$ 161.000,00 no ano.

- b) **EFICIÊNCIA ENERGÉTICA:** Aproveitamento de biogás na Unidade Produtora de Leitões em Itaipulândia e Serranópolis do Iguaçu com a geração de 1.242.534 m³ de biogás convertidos em geração de energia elétrica, que equivalem a uma economia de R\$ 781.916,80; inauguração da subestação de Energia 138 kV em Matelândia, gerando maior estabilidade no fornecimento de energia e uma economia na ordem de R\$3,6 milhões no ano; aproveitamento térmico do biogás com a redução do corte de 283.428 árvores e evitando a emissão de 4.228 toneladas de gás metano, gerando uma economia na ordem de R\$ 445.773,09 no ano.
- c) **GESTÃO DOS EFLUENTES:** Ampliação da fertirrigação na Unidade Industrial de Aves para mais 25 hectares de eucaliptos na área de reflorestamento do Rio Xaxim; melhoria do sistema de tratamento de efluentes na Unidade Industrial de Aves, alcançando 99,5% de eficiência na remoção de óleos e graxas.
- d) **EMISSÕES ATMOSFÉRICAS:** Monitoramento da qualidade do ar nas unidades de acordo com legislação ambiental vigente.
- e) **GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS:** Implantação de sistema de tratamento e destinação correta de carcaças de suínos através de trituração, tratamento térmico e incorporação em biodigestor, com viabilidade ambiental e econômica através da geração de biogás para aproveitamento energético e do biofertilizante para aplicação em lavouras da região; adesão ao Instituto Paranaense de Reciclagem (INPAR) para atendimento a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Participam: Unidade Industrial de Aves, Unidade Industrial de Mandioca, Unidade de Distribuição de Mercadorias e indústrias de rações, com investimento de R\$ 170.110,10 no programa de logística reversa.

Além disso, foi feito o reflorestamento de 207 hectares com o plantio de 345.069 mudas de eucaliptos nos municípios de Matelândia, Céu Azul, Ramilândia e São Miguel do Iguaçu, o equivalente a 253 campos de futebol. O investimento total foi de R\$ 1.147.578,00 na manutenção e melhoria da gestão ambiental.

4.1.5 Copagril

Em funcionamento desde 2005, a Unidade Industrial de Aves é um dos destaques da região, porque estimula a produção agropecuária e o comércio local e, ainda, fornece emprego para milhares de trabalhadores e incentiva o desenvolvimento de profissionais da região.

Atualmente, a capacidade de abate é de 180 mil aves por dia. A estrutura conta com aproximadamente 20.000 m² de área construída, em uma área total de 920.000 m², incluindo área de preservação ambiental, trilha ecológica, lagoas de tratamento de água e área de estacionamento.

A produção de frangos de corte foi implantada como mais uma opção para os associados da Copagril. Mesmo recente, já se tornou uma das principais atividades, responsável por aproximadamente 35% do faturamento total da cooperativa. As aves abatidas na Unidade Industrial de Aves são provenientes de sistema de integração, onde os associados integrados à Copagril são responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento das aves.

Este processo ocorre em aviários climatizados e automatizados, com controle de temperatura, alimentação e umidade. São ambientes que respeitam todos os preceitos do bem-estar animal, o que resulta em aves saudáveis, livres de estresse e outras perturbações.

Todos os aviários são acompanhados por veterinários, zootecnistas e técnicos agropecuários especialistas em avicultura de corte. Assim, o associado recebe assistência técnica profissional e capacitada, com informações sobre manejo, nutrição e sanidade.

Com mais de 220 integrados, a avicultura se desenvolve a cada ano. Atualmente, são mais de 330 aviários que produzem seis lotes por ano. A ração e os pintinhos são fornecidos pela Copagril. O associado é responsável pelas instalações e manejo das aves, as quais são abatidas no frigorífico da Copagril com 45 dias, pesando em média 2.850 kg. Foram 40.268.761 frangos em 2018, com um faturamento de R\$ 1.701.789.756,00, sendo 31,8% proveniente das aves.

A Copagril lançou seu projeto-piloto de produção de energia fotovoltaica na Loja Agropecuária no município de Quatro Pontes, com pretensão de expandir o projeto para outras unidades da cooperativa.

A proteção ambiental e a sustentabilidade estão entre as prioridades da Copagril, buscando sempre ferramentas para reduzir a emissão de poluentes na natureza e preservar os recursos que ela nos oferece.

Além de investimentos em tecnologia para contribuir com a preservação, a Copagril trabalha com projetos junto aos produtores rurais, realizando ações de conscientização junto aos associados e funcionários e desenvolvendo projetos de educação ambiental com escolas da região, para que, no futuro, a consciência ambiental seja cada vez mais forte.

4.1.6 Coasul

O Abatedouro de Aves Coasul, um dos mais modernos do Brasil, é instalado no município sede da cooperativa, em São João, PR, em uma área de 30.000 m², e 160 mil aves são abatidas por dia.

A Coasul fechou o ano de 2018 com 144 cooperados integrados à atividade avícola, os quais disponibilizam 223 aviários espalhados por uma área de atuação compreendida por 22 municípios. Os aviários em questão possuem uma capacidade total instalada de 484 mil/m², direcionada às necessidades de alojamento do complexo avícola.

Em 2018, os associados da Coasul produziram um total de 38.461.186 frangos, o que equivale a 120.412.202 quilos de frango vivo oriundos de 1.315 lotes abatidos no decorrer do exercício.

A indústria frigorífica foi responsável pela produção de 88.534.473 toneladas de carne industrializada no período. Em 2018, os produtos gerados foram comercializados em 1.618 pontos de venda, localizados no Brasil e no Exterior. No mercado interno, as vendas se concentraram nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, respondendo por mais de 40% do volume produzido. Nas exportações, que absorvem o restante da produção, foram atendidos 26 países, os quais estão distribuídos nos continentes Africano, Americano, Asiático e Europeu. Principais países compradores (faturamento 2018): 1° África do Sul; 2° Singapura; 3° Holanda; 4° Emirados Árabes Unidos; 5° Hong Kong; 6° Espanha; 7° Reino Unido; 8° Rússia; 9° Suíça; 10° Japão.

O faturamento total da Coasul em 2018 atingiu R\$ 1,96 bilhão, o maior de sua história sendo 25,63% do complexo avícola. Comparando-se com o exercício anterior, a evolução foi de 31,8%, reflexo do crescimento de suas atividades, com destaque para o mercado de grãos. A partir do resultado líquido auferido, houve um repasse de R\$ 21,9 milhões de reais aos cooperados, o que inclui sobras, benefícios e juros sobre o capital social.

Na área ambiental, a Cooperativa continuou realizando ações dentro do conceito de preservação dos recursos naturais. Em parceria com a DuPont, ARIAS e a Escola Municipal do Campo Imaculada Conceição, em São João, foi realizado o projeto Dupont Natureza, uma ação socioambiental cujo objetivo é conscientizar os alunos sobre a conservação do meio ambiente, enfocando a biodiversidade, a fauna e a flora, os biomas, bem como o consumo consciente dos recursos naturais. Na área ambiental, a Cooperativa continuou realizando ações dentro do conceito de preservação dos recursos naturais. Em parceria com a empresa Corteva Agriscience e a Escola Municipal do Campo Nossa Senhora de Lourdes, em São João, foi realizado o projeto Corteva Natureza, uma ação socioambiental com similares objetivos. Através da parceria firmada com a Associação dos Pescadores Amadores de Sulina e a empresa Bayer, realizou-se a ação ambiental voltada para a limpeza do Rio Iguaçu, iniciando no município de Sulina e concluindo no Alagado de São Jorge D'Oeste. Esse movimento, realizado por mais de 20 embarcações conduzidas por voluntários de Sulina, Coronel Vivida e São Jorge D'Oeste, busca contribuir com a preservação ambiental e a destinação correta do lixo, conscientizando a população sobre a importância da conservação do meio ambiente.

4.2 ANÁLISE DE DADOS

Conforme mencionado no tópico 3.4, sobre análise de dados, a cooperativa que divulgou determinado dado recebeu índice 1, se não divulgou recebeu índice 0. Assim sendo, em relação ao *Disclosure Ambiental*, todas apresentaram um índice ID 1 em 7 categorias e índice ID 0 na categoria relacionada a créditos de carbono, indicando que nenhuma divulga informações nessa área específica, mas todas as 6 cooperativas fazem alguma divulgação nas outras categorias de informações de caráter ambiental, resultando em uma média geral de 0,875 de ID.

O IED mede a relação entre a quantidade de dados apresentados nas subcategorias e qual seria o valor máximo possível. A categoria que obteve o menor índice, 0,500 (exceto a que não teve divulgação nenhuma), foi a de Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente, o que indica que as cooperativas informaram metade do máximo de informações que poderiam ser divulgadas nesta categoria. O índice máximo, 1,000, foi obtido na categoria Outras Informações Ambientais, no qual todas as cooperativas fizeram divulgação em todas as subcategorias. O índice médio de IED foi 0,683.

O IEDG demonstra a quantidade de evidenciações nas subcategorias em relação ao total de cooperativas observadas. Nesse caso, como todas as cooperativas divulgaram alguma informação em 7 das 8 categorias, o índice se manteve com os mesmos dados gerais do IED. Porém, como a média deste índice leva em conta o total de empresas, e não apenas as que fizeram evidenciação (visto que não houve informações em uma categoria), a média do índice IEDG foi 0,598, conforme demonstrado na Tabela 16, apresentada a seguir.

Tabela 16 – *Disclosure* ambiental

Categorias	SC	E	ED	ID	IED	IEDG
1 Políticas Ambientais	5	6	23	1,000	0,767	0,767
2 Gestão e Auditoria Ambiental	3	6	14	1,000	0,778	0,778
3 Impactos dos Produtos e Processo no Meio Ambiente	7	6	21	1,000	0,500	0,500
4 Energia	3	6	16	1,000	0,889	0,889
5 Informações Financeiras e Ambientais	6	6	14	1,000	0,389	0,389
6 Educação e Pesquisa Ambiental	2	6	10	1,000	0,833	0,833
7 Mercado de Créditos de Carbono	4	0	0	0,000	0,000	0,000
8 Outras Informações Ambientais	4	6	24	1,000	1,000	1,000
Total	34	5,3	122	0,875	0,683	0,598

Fonte: Elaborado pelo Autor

Analisando o *Disclosure* Econômico, todas apresentaram um índice ID 1 em 5 categorias e índice ID 0 na categoria de Índices financeiros, indicando que nenhuma divulga informações nessa área específica, mas todas as 6 cooperativas fazem alguma divulgação nas outras categorias de informações de caráter econômico, resultando em uma média geral de 0,833 de ID.

A categoria que obteve o menor índice IED, 0,357 (exceto a que não teve divulgação nenhuma), foi a de Informações Financeiras, o que indica que as cooperativas informaram pouco mais de um terço do máximo de informações que poderiam ser divulgadas nesta categoria. O maior índice foi obtido na categoria Atividade operacional, 0,875, no qual todas as cooperativas fizeram divulgação em quase todas as subcategorias. O índice médio de IED foi 0,563.

Novamente, visto que todas as cooperativas divulgaram alguma informação em 5 das 6 categorias, o índice IEDG se manteve com os mesmos dados gerais do IED. Porém, como a média deste índice leva em conta o total de empresas, e não apenas as que fizeram evidenciação (visto que não houve informações em uma categoria), a média do índice IEDG foi 0,469, como demonstrado na Tabela 17.

Tabela 17 – *Disclosure* econômico

Categorias	SC	E	ED	ID	IED	IEDG
1 Ambiente de negócios	8	6	21	1,000	0,438	0,438
2 Atividade operacional	8	6	42	1,000	0,875	0,875
3 Aspectos estratégicos	8	6	18	1,000	0,375	0,375
4 Informações Financeiras	7	6	15	1,000	0,357	0,357
5 Índices financeiros	4	0	0	0,000	0,000	0,000
6 Governança corporativa	8	6	25	1,000	0,521	0,521
Total	43	5	121	0,833	0,563	0,469

Fonte: Elaborado pelo Autor

Analisando o *Disclosure* Social, das três categorias, duas apresentaram índice ID 1, indicando que todas as 6 cooperativas fazem alguma divulgação nas categorias de Informações Financeiras Sociais e de Colaboradores (não-administradores). Porém, a categoria Produtos/Serviços apresentou ID 0,500, demonstrando que apenas 50% das cooperativas divulgou alguma informação nessa área, resultando em uma média geral de 0,833 de ID.

A categoria que obteve o menor índice IED, 0,389, foi a de Colaboradores (não-administradores), o que indica que as cooperativas informaram quase 40% do máximo de informações que poderiam ser divulgadas nesta categoria. Tanto na categoria Informações Financeiras Sociais, quanto em Produtos/Serviços, o índice IED foi 0,500, ou seja, a divulgação de informações nestas categorias foi de 50%. O índice médio de IED foi 0,480.

Levando em conta os dados acima apresentados, tais índices fizeram com que o IEDG sofresse uma oscilação na categoria Produtos/Serviços, mantendo, no entanto, a uniformidade em relação ao IED nas demais categorias. Conforme demonstrado anteriormente, a média deste índice leva em conta o total de empresas, e não apenas as que fizeram evidenciação (visto que não houve informações em uma categoria), então a média do índice IEDG foi 0,400, de acordo com a Tabela 18.

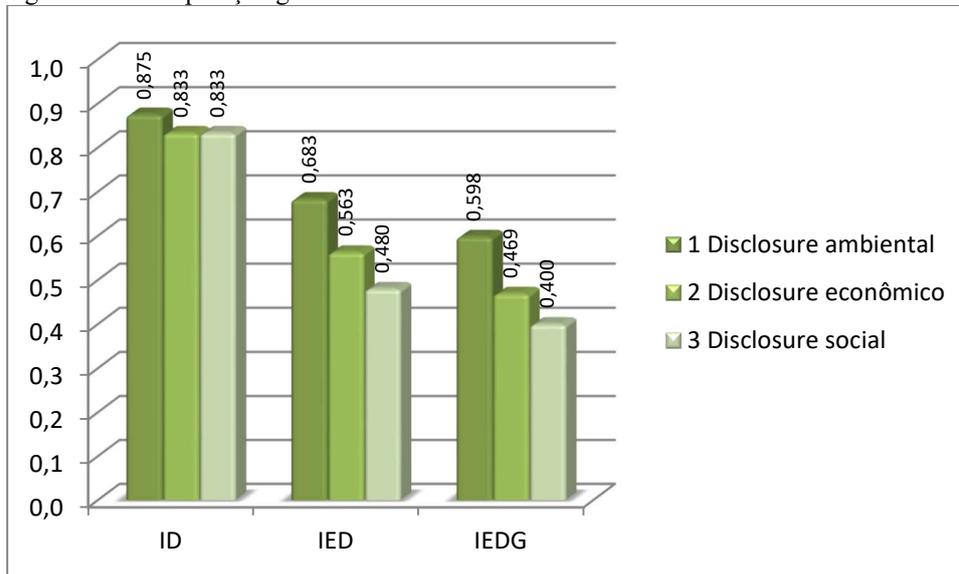
Tabela 18 – *Disclosure* social

Categorias	SC	E	ED	ID	IED	IEDG
1 Informações Financeiras Sociais	4	6	12	1,000	0,500	0,500
2 Produtos/Serviços	2	3	3	0,500	0,500	0,250
3 Colaboradores (não-administradores)	9	6	21	1,000	0,389	0,389
Total	15	5	36	0,833	0,480	0,400

Fonte: Elaborado pelo Autor

A Figura 12 demonstra a comparação entre as três categorias gerais de *disclosure*.

Figura 12 – Comparação geral de *disclosure*



Fonte: Elaborado pelo Autor

Desta comparação, pode-se concluir que todas as cooperativas analisadas divulgam alguma informação de caráter ambiental, econômico e social, com índices ID 0,875, 0,833 e 0,833, respectivamente. Os outros dois índices indicam que o *disclosure* na área ambiental é o maior entre as três categorias, apresentando índice IED 0,683, contra 0,563 na área econômica e 0,480 na área social, e IEDG 0,598, contra 0,469 na área econômica e 0,400 na área social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve o propósito de investigar o nível de *disclosure* de informações ambientais voluntário nas demonstrações financeiras das cooperativas agropecuárias de avicultura do estado do Paraná.

Foram selecionados três grupos de informações – ambientais, econômicas e sociais –, divididos em 17 categorias e 92 subcategorias das seis Cooperativas de Avicultura.

O estudo compreendeu três índices aritméticos: Índice de *Disclosure* (ID), Índice de *Disclosure* das Empresas (IDE) e Índice Geral de *Disclosure* das Empresas (IGDE).

Foi constatado que as seis cooperativas analisadas apresentam informações de caráter ambiental, havendo, no entanto, a necessidade de ampliar a divulgação no que tange à categoria de Mercado de Créditos de Carbono, e que há margem para melhora em outras categorias, especialmente em Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente.

A pesquisa concorda com Schultz et al. (2012), de que o *disclosure* voluntário de informações ambientais, econômicas e sociais nas cooperativas do setor agropecuário é modesta com o objetivo, basicamente de comunicação aos membros cooperados, mas também de fazer um bom nome no mercado externo.

Os resultados da pesquisa chegaram também à mesma conclusão de Anzilago (2015), que todas as cooperativas analisadas divulgaram informações de natureza ambiental, porém apresentaram carência de informações.

Vale mencionar que Sehn, Zanchet e Gomes (2018) ao analisarem informações ambientais voluntárias divulgadas pelas cooperativas agroindustriais brasileiras mostraram que a divulgação voluntária de informações ambientais pelas cooperativas analisadas apresentou ênfase no objetivo de ganhar legitimidade. Em relação às Cooperativas de Avicultura do Paraná, estas também adotam novas ações visando seu aceite por parte da sociedade.

O estudo também corrobora com Coelho et al. (2013), no sentido de que os gestores tendem a divulgar somente informações que geram crédito às mesmas, enquanto que as informações que possam gerar descrédito não são evidenciadas, como por exemplo, o Impacto dos Produtos e Processos no Meio Ambiente, não amplamente divulgados pelas cooperativas analisadas.

Essa dissertação tem o intuito de contribuir com estudos na área de evidênciação eco sócio ambiental no cooperativismo. Entretanto, existem limitações e restrições nesta pesquisa e os resultados não podem ser generalizados, pois se restringem a uma amostra de um setor

específico e a um único período contábil. Entre as dificuldades encontradas nas informações disponibilizadas pelas cooperativas nos sites, encontram-se os níveis imprecisos de confiabilidade, de padronização e veracidade, desde a elaboração quanto no conteúdo dos relatórios divulgados.

Como recomendação, sugere-se que se façam outros estudos que poderiam investigar quais fatores influenciam a definição e divulgação, na percepção dos gestores, das cooperativas brasileiras, ou até mesmo que a pesquisa seja ampliada para outros ramos de atividade e outros estados, uma vez que os dados aqui apresentados foram limitados a uma região geográfica específica.

REFERÊNCIAS

- ABPA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL. **Relatório Anual da ABPA**. 2018. Disponível em: < <http://abpa-br.com.br/setores/avicultura>>. Acesso em 01 set. 2019.
- ABREU, A. C. S. **Evidenciação dos gastos ambientais das empresas brasileiras do índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA**. 147f. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis, 2016.
- ALBUQUERQUE, J. L. et al. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social**. São Paulo: Atlas, 2009.
- ALMEIDA-SANTOS, P. S. et al. Nível de disclosure verde e a reputação corporativa ambiental das companhias brasileiras de capital aberto. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 9, n. 18, p. 63-82, 2012.
- AL-TUWAIJRI, S. A.; CHRISTENSEN, T. E.; HUGHES II, K. E. The relations among environmental disclosure, environmental performance, and economic performance: a simultaneous equations approach. **Accounting, Organizations and Society**, Amsterdam, v. 29, n. 5-6, p. 447- 471, 2004.
- ANZILAGO, M. **Mapeamento do Global Report Initiative nas Cooperativas Agropecuárias do Estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2015.
- ARAÚJO, M. L. M. N. de et al. Impactos ambientais nas margens do Rio Piancó causados pela agropecuária. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, Pombal, PB: GVAA, v.4, n.1, p.13-33, 2010.
- ASSUNÇÃO, J.; GANDOUR, C. C.; ROCHA, R. **Deforestation slowdown in the Legal Amazon: prices or policies?** Rio de Janeiro: Climate Police Initiative, 2012.
- BARRETO, P.; PEREIRA, R.; ARIMA, E. **A pecuária e o desmatamento na Amazônia na era das mudanças climáticas**. Belém: Imazon, 2008.
- BATISTA, K. R.; MELO, J. F. M.; CARVALHO, J. R. M. Evidenciação dos itens ambientais nas empresas do setor de mineração de metálicos cadastradas na BM&FBOVESPA. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 128-143, 2016.
- BELAL, A.; OWEN, D.. The views of corporate managers on the current state of, and future prospects for, social reporting in Bangladesh. An engagement-based study. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 20, n. 3, p. 472-494, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/09513570710748599>>. Acesso em: 01 set. 2019.
- BORBA, J. A.; ROVER, S.; MURCIA, F. D. Do Brazilian corporations disclose environmental information? Evidences from financial statement published in the New York

Securities Exchange and in the Bolsa de Valores de São Paulo. In: ASIAN PACIFIC CONFERENCE, 18, 2006, Maui. **Anais...** Maui: Asian Pacific Conference, 2006.

BRAGA, J. P.; SALOTTI, B. M. Relação entre nível de disclosure ambiental e características corporativas de empresas no Brasil. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 5, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2008. 1 CD-ROM.

BRAMMER, S.; PAVELIN, S. Voluntary environmental *disclosures* by large UK companies. **Journal of Business Finance and Accounting**, Hoboken, v. 33, n. 7/8, p. 1168-1188, set./out. 2006.

BRAMMER, S.; PAVELIN, S. Factors influencing the quality of corporate environmental disclosure. **Business Strategy and the Environment**, Bangkok, v. 17, p. 120-136, 2008.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Cooperativismo**. Brasília, 2008.

BRASIL. Leis et al. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 ago. 2010.

BUTTENBENDER, P. L. **Fundamentos e estrutura do cooperativismo**. Ijuí, 2009.

CALIXTO, L.; BARBOSA, R. R.; LIMA, M. B. Disseminação de informações ambientais voluntárias: relatórios contábeis versus internet. **Revista Contabilidade & Finanças** (online), São Paulo, v. 18, p. 84- 95, 2007.

CALLADO, A. L. C.; FENSTERSEIFER, J. E. **Indicadores de Sustentabilidade: Uma Abordagem Empírica a Partir de uma Perspectiva de Especialistas**. São Paulo, 2010.

Disponível em:

<http://www.simpoi.fgv.br/arquivo/2010/artigos/E2010_T00146_PCN40018.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CAMPBELL, D. Intra-and intersectoral effects in environmental disclosures: evidence for legitimacy theory? **Business Strategy and the Environment**, Bangkok, v. 12, p. 357-371, 2003.

CARDOSO, V. I. C.; LUCA, M. M. M.; ALMEIDA, T. A. Práticas de disclosure econômico e socioambiental nas maiores empresas do Brasil. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 9, n. 1, p. 156-173, 2016.

CHO, C. H.; PATTEN, D. M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: a research note. **Accounting Organizations and Society**, Amsterdam, v. 32, n.7-8, p. 639-647, 2007.

COELHO, F. et al. Uma análise dos fatores diferenciadores na divulgação de informações voluntárias sobre o meio ambiente. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v.24, n.1, p.112-130, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n. 1.003/04** - Aprova a NBC T 15. Dispõe sobre Informações de Natureza Social e Ambiental. Brasília: CFC, 2019.

COSTA, C. A. G. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2011.

COSTA, R. S.; MARION, J. C. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v.18, n.43, 2007.

DAMAK-AYADI, S. Some determinants of social and environmental disclosures in annual reports by French firms. In: ANNUAL CONGRESS OF THE EUROPEAN ACCOUNTING ASSOCIATION (EAA), 31, 2008, Rotterdam. **Anais...** Rotterdam, 2008.

DEUS, R. M.; BAKONYI, S. M. C. O impacto da agricultura sobre o meio ambiente. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, v. 7, n. 7, p. 1306-1315, 2012.

DEEGAN, C. The Legitimizing effect of social and environmental disclosures: a theoretical foundation. **Accounting, Auditing and Accountability**, Bradford, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002.

DEEGAN, C.; BLOMQUIST, C. Stakeholder influence on corporate reporting: An exploration of the interaction between WWF-Australia and the Australian minerals industry. **Accounting, Organizations and Society**, Amsterdam, v. 31, n. 4-5, p. 343-372, 2006.

DYE, R. An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v. 32, p. 181-235, 2001.

EPSTEIN, M. J. The identification, measurement, and reporting of corporate social impacts: past, present and future. **Advances in Environmental Accounting and Management**, Bangkok, v. 2, p. 1-29, 2003.

FARIAS, K. T. R. **A relação entre divulgação ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico nas empresas brasileiras de capital aberto: uma pesquisa utilizando equações simultâneas**. 2009. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERNANDES, S. M. Fatores que influenciam o *disclosure* ambiental: um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v.5, n.2, p.250-267, jul-dez 2013.

FERREIRA, A. C. S. **Uma contribuição para a gestão econômica do meio ambiente um enfoque de sistema de informações**. 1998. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

GARCIA, R. L. M.; PELEIAS, I. R.; PETERS, M. R. S. A teoria da legitimidade e as práticas de evidenciação da Norma ISSO 14001 por empresas brasileiras. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 14., 2014, São Paulo. **Anais do...** São Paulo, 2014.

GEBLER, L. et al. **Gestão Ambiental na Agropecuária**. Brasília, DF: Embrapa, 2007.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GONÇALVES, J. E. Histórico do movimento cooperativista brasileiro e sua legislação: um enfoque sobre o cooperativismo agropecuário. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2005, Ribeirão Preto. **Anais do...** Ribeirão Preto, MG, Brasil, 2005.
- GONÇALVES, R. S. et al. Social disclosure e custo de capital próprio em companhias abertas no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, São Paulo, v. 24, n. 62, p. 113-124, 2013.
- GOUVELLO, C.; SOARES FILHO, B. S.; NASSAR, A. **Estudo de baixo carbono para o Brasil**. Washington: Banco Mundial, 2010.
- HOPE, K. Firm-level Disclosures and the Relative Roles of Culture and Legal Origin. **Journal of International Financial Management and Accounting**, Oxford, v.14, n.3, p. 218-248, 2003.
- HOSSAIN, M.; ISLAM, K.; ANDREW, J. **Corporate social and environmental disclosure in developing countries: evidence from Bangladesh**. 2006. Working paper. Faculty of Commerce, University of Wollongong, p. 1-24.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário**. Brasília, 2017. <www.ibge.gov.br> Acesso em: 23 mar. 2019.
- INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Projeto Prodes – monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite**. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.inpe.br/>>. Acesso em: 28 jul. 2019.
- ISLAM, M.; DEEGAN, C. Motivations for an organization within a developing country to report social responsibility information. Evidence from Bangladesh. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Daca, v. 21, n. 6, p. 850-874, 2008.
- IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- JENKINS, H.; YAKOVLEVA, N. Corporate social responsibility in the mining industry: Exploring trends in social and environmental disclosure. **Journal of Cleaner Pproduction**, Amsterdam, v. 14, n. 3-4, p. 271-284, 2006.
- KAENZIG, J. et al. Using life cycle approaches to enhance the value of corporate environmental disclosures. **Business Strategy and the Environment**, Bangkok, v. 54, n. 20, p. 38-54, 2011.
- LOPES, I. V. et al. **Gestão Ambiental no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- MACHADO, M. R.; MURCIA, F. D.; MACHADO, M. A. V. Em busca da legitimidade social: relação entre o impacto ambiental da atividade econômica das empresas brasileiras e os investimentos no meio ambiente. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16, 2009, Fortaleza. **Anais**. Fortaleza: CBC, 2009.

MARTINS, E.; RIBEIRO, M. S. **A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente.** São Paulo: IBRACON, 1995. (Boletim 208)

MATTAR, J. **Metodologia Científica na Era Digital.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MONTEIRO, A. A. et al. Avicultura e cooperativismo no Paraná. **Paraná Cooperativo**, Curitiba, Ano 07, n. 82, p. 35, 2012.

MURCIA, F. D. et al. ‘Disclosure Verde’ nas Demonstrações Contábeis: Características da Informação Ambiental e Possíveis Explicações para a Divulgação Voluntária. **Revista UnB Contábil**, Brasília, v. 11, n. 1-2, p. 260-278, jan/dez., 2008.

NOSSA, V. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional.** 2002. 246 p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

OCEPAR – SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO PARANÁ. **Agronegócio e o cooperativismo no Paraná.** Curitiba: Ocepar, 2019.

OLIVEIRA, A. F.; MACHADO, D. G.; BEUREN, I. M. Evidenciação ambiental de empresas de setores potencialmente poluidores listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE). **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 6, n. 1, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Brasil Cooperativo. **Evolução no Brasil.** Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/cooperativismo/evolucao_no_brasil.asp>. Acesso em 01 set. 2019.

PAIS, P. S. M. Degradação Ambiental no Estado da Bahia: uma aplicação da análise multivariada. **Revista Geonordeste**, São Cristóvão, n. 1, p. 1-21, 2012.

PAIVA, P. R. **Evidenciação de gastos ambientais: uma pesquisa exploratória no setor de celulose e papel.** 2001. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

PAIVA, P. R. **Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção.** 2º reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

PARSA, S.; KOUHY, R. **Disclosure of social information by UK companies: a case of legitimacy theory.** 2001. Business & Economics Society International Conference

PATTEN, D. M. Intra industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: a note on legitimacy theory. **Accounting, Organizations and Society**, Amsterdam, v.17, n.5, p.471- 475, 1992.

- PINHEIRO, J. N.; FREITAS, B. M. Efeitos letais dos pesticidas agrícolas sobre polinizadores e perspectivas de manejo para os agroecossistemas brasileiros. **Oecologia Australis**, Sidney, v. 14, n. 1, p. 266-281, 2010.
- PINTO, N. G. M.; ROSSATO, V. P.; CORONEL, D. A. Degradação Ambiental Agropecuária na América Latina: uma abordagem de índices nos países da região. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 17, n. 46, p. 218-235, 2019.
- RIBEIRO, M. S. **Contabilidade e Meio Ambiente**. 1992. 246 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- RIBEIRO, M. S. **Custeio das Atividades de Natureza Ambiental**. 1998. 246 p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- RIBEIRO, M. S. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ROVER, S.; ROCHA, J. A. B.; BORBA, J. A.; VAN BELLEN, H. M. Uma Análise das Empresas de Capital Aberto Potencialmente Poluidoras: Evidências e Perspectivas do Mercado de Créditos de Carbono no Brasil. In: ENGEMA ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 9, 2007, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ENGEMA, 2007. 1 CD-ROM.
- ROVER, S.; BORBA, J. A.; MURCIA, F. D. R. Características do disclosure ambiental de empresas brasileiras potencialmente poluidoras: análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de sustentabilidade do período de 2005 a 2007. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p.23-36, 2009.
- ROVER, S. **Disclosure ambiental de empresas potencialmente poluidoras**: Características da informação ambiental e explicações para a divulgação voluntária no Brasil. 2009. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Programa de Pós Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- ROVER, S. et al. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. **Revista de Administração RA USP**, São Paulo, v.47, n.2, p.217-230, abr./maio/jun. 2012.
- SALOTTI, B.; YAMAMOTO, M. Ensaio sobre a teoria da divulgação. **Brazilian Business Review**, Vitória, v. 2, n. 1, p. 53-70, 2005.
- SAMBUICHI, R. H. R. et al. **A sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira**: impactos, políticas públicas e desafios. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012. (Texto para Discussão)
- SAMPAIO, M. S. et al. Evidenciação de informações socioambientais, teoria da legitimidade e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS-ABC, 2010, Belo Horizonte. **Anais do...** Belo Horizonte, 2010.

SANTANA, L. G. N. et al. Práticas de disclosure voluntário socioambiental em cooperativas agropecuárias brasileiras. In: ENGEMA ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 19., 2017, São Paulo. **Anais**. São Paulo, 2017.

SANTOS, R. F. **Planejamento Ambiental – Teoria e Prática**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SCHULTZ, C. A. et al. *Disclosure* Voluntário de Informações Ambientais, Econômicas e Sociais em Cooperativas do Setor Agropecuário. **Revista TPA Teoria e Prática em Administração**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 56 - 75, jul/dez. 2012.

SEHN, L. C.; ZANCHET, A.; GOMES, M. Divulgação das informações ambientais pelas cooperativas agropecuárias: uma análise a partir da teoria da legitimidade. **Informe Gepec**, Toledo, v. 22, n. 1, p. 63-82, 2018.

SESCOOP – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO. **Cooperativismo**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/sescoop>> Acesso em 10 abr. 2019.

SPENCE, C. Social and environmental reporting and the corporate ego. **Business Strategy and the Environment**, Sydney, v. 18, p. 254- 265, 2009.

STANNY, E.; ELY, K. Corporate environmental disclosures about the effects of climate change. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, Sydney v. 15, p. 338-348, 2008.

TACHIZAWA, T. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

TEIXEIRA FILHO, N.P. **Cooperativas agroindustriais e a gestão de sustentabilidade**. 2011. Disponível em: <http://www.agrodistribuidor.com.br/up_arqs/pub_20110915111019_unib_agrodistsite_coop_ersustgri_2011_08_04.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

VELLANI, C. L. **Contabilidade e Responsabilidade Social**. São Paulo: Atlas, 2011.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v.32, n.1-3, p.97-180, 2001.

VOSS, B. L.; PFITSCHER, E. D.; ROSA, F. S.; RIBEIRO, M. S. Evidenciação ambiental dos resíduos sólidos de companhias abertas no Brasil potencialmente poluidoras. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, v. 24, n. 62, p. 125-141, 2013.

ZANATTA, P. Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. **Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v.6, n.3, p. 296-312, out./dez. 2017.